

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA – FACCAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO RURAL E OS
SEUS EFEITOS SOBRE A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A
PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTO ANTÔNIO DA
PATRULHA-RS**

ALBERTO MACHADO DE MEDEIROS

Taquara

2018

ALBERTO MACHADO DE MEDEIROS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO RURAL E OS
SEUS EFEITOS SOBRE A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A
PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTO ANTÔNIO DA
PATRULHA-RS**

Dissertação apresentada para obtenção
do título de Mestre em Desenvolvimento
Regional do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Regional – Faccat –
Taquara-RS. Orientador: Prof. Dr. Jorge
Luiz Amaral de Moraes

Taquara

2018

ALBERTO MACHADO DE MEDEIROS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO RURAL E OS
SEUS EFEITOS SOBRE A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A
PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTO ANTÔNIO DA
PATRULHA-RS**

Esta dissertação foi julgada como requisito parcial à obtenção do título de

Mestre em Desenvolvimento Regional

e aprovada, em sua forma final, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes
Orientador
PPGDR/FACCAT

Prof. Dr. Mario Riedl
Coordenador
PPGDR/FACCAT

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes (PPGDR/FACCAT)

Prof. Dr^a. Dilani Silveira Bassan (FACCAT)

Prof. Dr^a. Cidonea Machado Deponti (UNISC)

“É necessário garantir meios para que os jovens possam permanecer no campo, uma vez que eles contribuem para transformações inclusivas com impactos na erradicação da pobreza e da fome.” FAO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de estar entre seus filhos e trilhar por seus caminhos.

A minha família pelo apoio e a confiança que sempre depositaram em mim.

Ao Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes por aceitar o desafio de orientar este trabalho com muita dedicação e sabedoria. Agradecer por sua simplicidade e acessibilidade que possibilitaram aliar a essa relação científica uma amizade.

À FACCAT pelo acolhimento e a constante preocupação de fornecer uma educação de qualidade e ao apoio e promoção do intercâmbio com a UTAD de Portugal.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos, que viabilizou a realização desse curso.

Aos colegas da turma de mestrado pela amizade e pelo aprendizado.

Aos colegas e amigos Cenecistas que me incentivaram nessa caminhada.

Por fim, aos agricultores familiares, entrevistados neste estudo, pela confiança e dedicação em responder aos questionamentos. Agradecer também pelo importante papel socioeconômico desempenhado por essas famílias que dedicam suas vidas a produzir alimentos.

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é analisar os efeitos das políticas públicas de crédito e financiamento sobre a permanência da agricultura familiar de Santo Antônio da Patrulha-RS, verificando a sua importância para a manutenção dessas famílias e de suas atividades agrícolas nos estabelecimentos rurais. A modernização da agricultura brasileira, implementada a partir da década de 1960, resultou na aceleração do êxodo rural e o empobrecimento de uma grande parcela de agricultores familiares que permaneceram no campo. Atualmente as políticas públicas voltadas à agricultura familiar vêm tendo um papel relevante na manutenção desse importante segmento de produção de alimentos e matérias-primas agroindustriais no país. Essas políticas buscam garantir as condições de investimento, por meio de linhas de crédito, como as do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Com isso, espera-se que, por meio do custeio e do financiamento das atividades, seja possível assegurar a oportunidade e a competitividade dessa produção nos mercados agrícolas e agroindustriais e, por consequência, a sobrevivência da agricultura familiar. O estudo foi realizado em Santo Antônio da Patrulha-RS, utilizando-se uma metodologia qualitativa, a partir de entrevistas semi-estruturadas com agricultores familiares do município. O estudo fez um levantamento das condições socioeconômicas básicas das famílias de agricultores entrevistadas e identificou a percepção desses agricultores em relação aos resultados das políticas públicas de financiamento, os motivos da manutenção das atividades e da permanência no espaço rural e uma reflexão sobre as perspectivas futuras da agricultura familiar. Ficou evidente a exclusão das pequenas propriedades quanto ao acesso às políticas públicas de financiamento, tendo em vista as burocracias e as exigências e garantias exigidas pelas instituições de crédito e/ou o fato de muitas propriedades não terem capacidade de geração de renda suficiente que justificasse a liberação dos recursos. Outros fatos como a falta de informações e os prazos para a liberação dos recursos também exercem influências no acesso a essa política. Essa realidade contribui para a busca de outras oportunidades e formas de geração de renda como é caso de muitos antigos agricultores, por exemplo, que abandonaram as atividades agrícolas e tornaram-se empregados da indústria. Dessa forma, percebe-se que o acesso às políticas públicas de financiamento da agricultura familiar é direcionado às propriedades que possuem estruturas e atividades sólidas.

Palavras-chave: Agricultores Familiares, Crédito Rural, Êxodo Rural, PRONAF.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the effects of public policies and funding on rural-urban permanence of family agriculture of Santo Antônio da Patrulha-RS, verifying your importance to the maintenance of these families' rural and agricultural activities in rural establishments. The modernization of Brazilian agriculture, implemented from the decade of 1960, resulted in the acceleration of rural-urban exodus and accelerated the rural exodus and the impoverishment of a large portion of family farmers who remained in the country. Currently public policies geared towards family agriculture come having an important role in maintaining this important segment of food production and agroindustrial raw materials in the country. These policies seek to ensure the conditions for investment, through lines of credit, like PRONAF (National Program for the Strengthening of Family Agriculture). With that, it is hope that, through the funding and financing of activities, it is possible to ensure the timeliness and competitiveness of this production in the agricultural and agro-industrial markets and, consequently, the survival of the family farm. The study was conduct in Santo Antônio da Patrulha-RS, using a qualitative methodology, from semi-structured interviews with farmers. The study made a survey of the basic socio-economic conditions of families of farmers interviewed and identified the perception of these farmers in relation to the results of the public policies of financing, the reasons for the maintenance of activities and stay in rural areas and a reflection on the future prospects of family agriculture. It was evident the exclusion of small properties with regard to access to public funding policies, with a view to the bureaucracies and the requirements and guarantees required by credit institutions and/or the fact that many properties do not have ability to generating enough income to justify the release of resources. Other facts such as the lack of information and deadlines for the release of resources also exert influences on access to this policy. This fact contributes to the pursuit of other opportunities and ways to generate income as is the case of many early farmers, for example, who left the agricultural activities and have become employees of the industry. In this way, the access to public policies for financing family agriculture is direct at properties that have solid structures and activities.

Keywords: Family Farmers, Rural Credit, Rural Exodus, PRONAF.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACISAP - Associação Comercial e Industrial e de Serviços de Santo Antônio da Patrulha

AGASA - Açúcar Gaúcho S/A

BACEN - Banco Central do Brasil

COOPERCANASUL - Cooperativa dos Produtores de cana-de-açúcar e derivados do RS

COREDE - Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Brasil

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER - Empresa de Assistência e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC - Ministério da Educação

PAA - Programas de Aquisição de Alimentos

PGPM - Políticas de Garantia de Preços Mínimos

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RS – Rio Grande do Sul

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

VAB – Valor Adicional Bruto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das propriedades abordadas no estudo.....	67
Figura 2 - Divisão Municipal do Rio Grande do Sul no ano de 1809.....	69
Figura 3 - Mapa delimitação do Município de Santo Antônio da Patrulha.....	70
Figura 4 - Mapa município de Santo Antônio da Patrulha com divisão distrital.....	71
Figura 5 - Mapa de Localização da cadeia produtiva do melado de cana-de-açúcar e da rapadura no município de Santo Antônio da Patrulha.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação do Valor Adicional Bruto - VAB 2012 de Santo Antônio da Patrulha.....	72
Gráfico 2 - Participação (%) da população rural e urbana de Santo Antônio da Patrulha.....	74
Gráfico 3 - Produção agrícola (t) de Santo Antônio da Patrulha.....	75
Gráfico 4 - Quantidade de contratos vinculados ao PRONAF no município de Santo Antônio da Patrulha – 2013 a 2016.....	77
Gráfico 5 - Volume de recursos vinculados ao PRONAF no município de Santo Antônio da Patrulha.....	78
Gráfico 6 - Principais culturas contempladas pelo PRONAF no município de Santo Antônio da Patrulha.....	79
Gráfico 7 - Principais investimentos relacionados ao PRONAF no município de Santo Antônio da Patrulha.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo dos modelos de agricultura familiar e patronal.....	37
----------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução populacional de Santo Antônio da Patrulha	71
Tabela 2 – Faixas de tamanho das propriedades estudadas ou dos agricultores pesquisados ou da amostra.....	80
Tabela 3 - Composição da produção agropecuária.....	81
Tabela 4 - Agricultores familiares que receberam assistência técnica no ano de 2017.....	85
Tabela 5 - Quantidade de pessoas que compõem as famílias	86
Tabela 6- Grau de escolaridade dos agricultores entrevistado.....	87
Tabela 7 - Fontes de acesso à informação.....	88
Tabela 8- Condição dos agricultores em relação a terra	89
Tabela 9 - Participação dos agricultores em entidades representativas.....	90
Tabela 10 - Formas de contratação da mão de obra (não familiar)	91
Tabela 11 - Contratação de mão de obra temporária	91
Tabela 12 - Quantidade de propriedade que incentivam a permanência dos filhos na agricultura familiar	96
Tabela 13 - Origem da renda das famílias da agricultura familiar	99
Tabela 14 - Atividades praticadas fora da propriedade	101
Tabela 15 - Ferramentas, máquinas e implementos utilizados nas propriedades...	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA	20
2.1 O papel do Estado nas transformações da agricultura	27
2.2 O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e o processo de modernização da agricultura brasileira	29
3 A SUCESSÃO E A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR	34
3.1 Sucessão geracional na agricultura familiar	40
3.2 Pluriatividade como forma de sobrevivência na agricultura familiar	48
4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	51
4.1 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	53
4.1.1 Real público do PRONAF	55
4.1.2 Dificuldades de acesso ao PRONAF	57
4.2 Papel das instituições de crédito.....	59
4.3 Mercados institucionais de alimentos.....	61
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	68
6.1 Caracterização do município	68
6.2 Caracterização dos estabelecimentos e dos agricultores familiares do município	80
6.2.1 Caracterização dos estabelecimentos familiares estudados.....	80
6.2.2 Perfil dos agricultores familiares do município	86
6.3 Fatores que determinam a permanência dos agricultores no meio rural e a manutenção das atividades agrícolas	92
6.3.1 O trabalho familiar e a sucessão rural.....	96
6.3.2 Geração de renda e de ocupações.....	98

6.4 A percepção dos agricultores familiares do município em relação à importância do crédito rural	104
6.4.1 Receio quanto ao endividamento.....	107
6.4.2 Burocracias dos bancos e a qualidade das informações sobre as linhas de crédito e financiamento.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES.....	130
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

A partir do final da década de 1950, teve início o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira (GOLDIN; RESENDE, 1993). Os impactos desse processo ainda se refletem nas dinâmicas atuais de desenvolvimento brasileiro. Uma análise sobre esse processo revela um discurso teórico que traz à tona o debate sobre os impactos socioeconômicos da modernização tecnológica sobre a agricultura brasileira em geral e sobre a agricultura familiar, em particular. Quando se utiliza uma abordagem apropriada para isso, evidenciam-se as complexas e rápidas mudanças socioeconômicas e ambientais no segmento agropecuário e no mundo rural brasileiro.

A integração da agricultura com a indústria foi fidelizada a partir do apoio financeiro do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O Estado passou a ter o papel de garantir a efetividade das políticas públicas na esfera econômica e social. Nesse contexto, as políticas de crédito e financiamento tiveram papel de destaque nesse processo. Diferente de outros países, o Brasil possui características particulares quanto à forma de ofertar o crédito à agricultura. A disponibilidade de crédito, com juros baixos, está relacionada com as propostas de políticas que buscam o aumento da produção de alimentos no país, a modernização do processo produtivo e a geração de divisas por meio das exportações. Da mesma forma, também, gerando uma maior demanda por insumos agropecuários.

As grandes empresas de capital internacional possuíram, juntamente com o Estado, papel determinante na implantação desse sistema, por meio da implementação de políticas de incentivo, fortalecimento das empresas públicas de apoio ao setor e incentivos fiscais voltados à exportação. Dessa forma, as políticas agrícolas e agrárias estavam direcionadas para beneficiar o capitalismo presente no campo, dando ênfase ao investimento nas culturas destinadas à produção agrícola para exportação e de matérias-primas agroindustriais, buscando atender à demanda do mercado nacional e internacional.

Nesse contexto histórico, a agricultura familiar no Brasil reflete a trajetória da dinâmica da estrutura fundiária do país, resultante, desde a independência, de uma economia do tipo agroexportadora, baseada na produção e exportação de café. Com isso, houve uma predominância do latifúndio e, mais recentemente, de grandes empresas agropecuárias. Como resultado, a agricultura familiar teve a sua trajetória

histórica marginalizada pelas atividades econômicas predominantes. A falta de incentivos e oportunidades têm sido fatores denotados à vida no campo. Um futuro promissor passou a estar relacionado à vida na cidade, em que as oportunidades de trabalho são potencializadas nesse espaço. Para Abramovay (1998), a distância entre o rural e o urbano é relativamente mínima na medida em que as fronteiras entre os dois estão relacionadas às necessidades e perspectivas de cada indivíduo ou grupo familiar.

Esse processo de modernização, que intensificou a mecanização da agricultura, refletiu diretamente na vida dos agricultores familiares. Esse modelo aplicado ao meio rural, baseado na utilização, em alta escala, de insumos agrícolas e tecnologias mecânicas, acabou tendo reflexos sobre o modelo de desenvolvimento da agricultura familiar. Essas políticas acabaram provocando, entre outras consequências, uma maior concentração de terras e de renda no espaço rural, prejuízos ambientais e, principalmente, um importante êxodo de populações rurais em direção aos centros urbanos mais próximos. Como resultado desse processo, milhares de famílias que perderam as condições de manter as atividades nas suas propriedades e de concorrer com a produção mecanizada dos grandes estabelecimentos agrícolas migraram para os centros urbanos, porque ficaram em desvantagem em relação à capacidade produtiva e nas relações comerciais (VANDERLINDE, 2005).

Para Wanderley (2009), o êxodo rural, desencadeado a partir da década de 1950, afetou uma grande parcela de agricultores que possuíam sua subsistência baseada na produção familiar, que ficou em situação de extrema vulnerabilidade em relação à manutenção das atividades produtivas e, também, em relação à sua própria sobrevivência ou permanência no meio rural. Conforme Vanderlinde (2005), a dinâmica do êxodo rural é considerada um processo de migração em decorrência, dentre outros fatores, da aplicação de sistemas econômicos na produção agropecuária.

Mais recentemente, nesse mesmo contexto, mas de forma particular, a imagem da juventude rural no Brasil vem sendo associada ao processo de migração do campo para a cidade, destacando-se o desinteresse dos jovens em continuar vivendo na área rural ou executando as atividades agrícolas. Esse desinteresse da juventude pelas atividades produtivas agrícolas é um dos grandes entraves para o desenvolvimento desse segmento (CASTRO, 2009). Relacionado a diversos fatores,

ficar ou sair do campo ainda é um grande dilema para muitos jovens rurais e um fator de risco para a sucessão familiar e para a continuidade das atuais atividades produtivas rurais.

O significativo deslocamento de jovens em direção às cidades, em busca de oportunidades de trabalho, determinou um rápido aumento da competitividade nos mercados de trabalho, dificultando assim o seu acesso a esses mercados. A falta de experiência, conhecimento técnico e prático dos jovens rurais em atividades, principalmente industriais, contribuíam para agravar a situação e as dificuldades vividas nas últimas décadas.

Historicamente, a agricultura familiar sofre com a carência de políticas públicas que incentivem a manutenção das atividades produtivas. Ao longo dos anos, o esvaziamento no campo vem afetando diretamente o volume de produção de alimentos no país. Um dos fatores que mais contribuem para o agravamento dessa situação é a baixa oferta de crédito para financiar a produção e a falta de uma gestão mais profissional por parte dos agricultores. Sem lastro financeiro para investir na produção e atender às exigências do mercado, os agricultores recorrem a outras fontes de renda e acabam deixando de realizar a produção nos seus estabelecimentos para desempenhar funções para terceiros.

Atualmente, a produção da agricultura familiar no Brasil representa em torno de 10% do PIB nacional. O desempenho da agricultura familiar, antes de tudo, é um desafio à necessidade de produção de alimentos para o país. Cerca de 70% da produção de alimentos consumidos internamente é proveniente desse segmento. Além de sua relevância na produção de alimentos para o consumo interno, que garantem a segurança alimentar, esse segmento produtivo é responsável por transformar o campo em um local de oportunidades e de crescimento, potencializando a geração de renda, emprego e a produção sustentável. A diversificação da produção, uma maior oferta de alimentos, o povoamento das áreas rurais e a geração de empregos são alguns dos fatores de grande importância para o equilíbrio econômico, social e ambiental do país. Por esses motivos, é fundamental que a agricultura familiar receba maior atenção das esferas públicas, com ações que disponibilizem recursos e possibilitem fácil acesso aos mesmos, em favor da qualificação e da viabilização da continuidade das atividades.

A oferta de crédito aos agricultores familiares, as formas de acesso destes ao crédito e uma boa gestão dos recursos nas propriedades são fatores de grande

relevância para a geração de trabalho e renda. Esses fatores são determinantes da sustentabilidade desse segmento, tendo em vista que a agricultura familiar, por suas peculiaridades, é um segmento que possui um baixo nível de investimento proveniente de capital próprio. Devido a essa característica, essa categoria torna-se dependente de recursos externos, principalmente provenientes de programas governamentais que possuam, como característica, juros baixos e condições facilitadas ou flexíveis de liquidação.

Dessa forma, o crédito rural poderia ter um papel determinante para o sucesso na agricultura familiar, proporcionando oportunidade e estímulo para um bom desempenho na produção, acesso às tecnologias e manutenção da propriedade, aspectos que refletem, diretamente, na melhoria da qualidade dos produtos e na rentabilidade da propriedade. Esses fatores são fundamentais para a permanência na agricultura e para o fortalecimento do processo de sucessão nesse setor. Por meio do Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE, no ano de 2006, em comparação ao Censo realizado em 1995, verificou-se uma queda significativa na quantidade de pessoas vinculadas à agricultura familiar no Brasil.

De acordo com Mattei (2001), a partir da década de 1990, o governo passou a direcionar atenção, também, para a agricultura familiar que, há bastante tempo, cobrava incentivos, por meio de políticas de desenvolvimento rural direcionadas a esse segmento. Com a finalidade de atender às necessidades da agricultura familiar, foram criadas políticas públicas direcionadas a esse público. Um exemplo disso é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado no ano de 1996.

Nesse cenário, acredita-se que a busca por melhores condições de vida, emprego e renda e a falta de crédito para a modernização tecnológica da produção agrícola podem ter sido os principais fatores que aceleraram o êxodo da população rural do município de Santo Antônio da Patrulha. Por isso, busca-se, com este estudo, responder à seguinte questão: as políticas públicas de crédito e financiamento agropecuário e de agroindústrias familiares podem representar um fator determinante para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e para a manutenção de suas atividades agrícolas e agroindustriais no município de Santo Antônio da Patrulha?

Este estudo justifica-se pelo fato de a agricultura familiar ter uma significativa contribuição para a produção de alimentos no país e na geração de renda e emprego em todas as regiões, conforme demonstrado acima. Nesse contexto, por apresentar, ao longo dos anos, uma considerável diminuição da quantidade de pessoas envolvidas nesse segmento e, sucessivamente, uma redução no volume de produção de alimentos, tornam-se pertinentes as abordagens que, de alguma forma, contribuam para a melhoria desse panorama.

Nesse contexto, para o município de Santo Antônio da Patrulha, por possuir uma grande concentração de agricultores familiares e uma extensa área rural, que contribui, significativamente, para a produção de alimentos, torna-se relevante um estudo como este, que colabore para a melhoria do cenário da produção agrícola. As conclusões desta pesquisa somar-se-ão aos esforços em benefício do fortalecimento desse importante segmento para o desenvolvimento da região.

O objetivo principal deste estudo é analisar os efeitos das políticas públicas de crédito e financiamento sobre a permanência da agricultura familiar de Santo Antônio da Patrulha - RS, verificando a sua importância para a manutenção dessas famílias e de suas atividades agrícolas nos estabelecimentos rurais. Mais especificamente, busca-se: verificar os principais fatores que incidem sobre a permanência ou não dos agricultores familiares no meio rural do município de Santo Antônio da Patrulha; identificar a participação relativa do crédito e do financiamento agropecuário e de agroindústrias familiares nas motivações como fator de sobrevivência da agricultura familiar do Município e estabelecer um paralelo histórico entre a vigência de políticas públicas de crédito e financiamento no país e as alterações na participação da população rural em relação à população total do Município.

A seguir, apresenta-se uma revisão teórica que serviu de base para o desenvolvimento deste estudo. Inicialmente, apresentam-se os principais aspectos do processo de modernização da agricultura brasileira e, em seguida, discorre-se sobre a definição de agricultura familiar. Na sequência, aborda-se a atuação do Estado na agricultura brasileira, o processo sucessório e a pluriatividade presente no contexto da agricultura familiar. Por fim, o crédito rural e o papel das políticas públicas direcionadas à produção agropecuária e à agricultura familiar.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Nesta seção, apresenta-se uma revisão teórica que servirá de base para o desenvolvimento do estudo. A seguir, discorre-se sobre os principais aspectos do processo de modernização da agricultura brasileira e, em seguida, sobre o papel do Estado nas transformações da agricultura.

As inovações implantadas pelo processo de modernização da agricultura brasileira, a partir de 1960, promoveu uma modernização tecnológica intensa da produção agropecuária no Brasil (AUGUSTO; RIBEIRO, 2005). Juntamente com esse processo, foram criadas políticas de incentivo à modernização, sendo que o foco dessas ações eram as grandes propriedades agropecuárias (VANDERLINDE, 2005). Dessa forma, os pequenos produtores, não beneficiados pelos incentivos, iniciaram o deslocamento para as grandes cidades em busca de oportunidades de emprego.

A agricultura, a partir da implantação desse processo, sofreu alterações expressivas em sua base técnica que resultaram, principalmente, na mudança do comportamento das relações de trabalho. Isso se deu devido à dispensa de uma considerável parcela de trabalhadores que foram substituídos por máquinas em benefício do aumento da produtividade. Com o avanço desse processo produtivo capitalista, as pequenas propriedades, inclusive a agricultura familiar, passaram a ter suas atividades inviabilizadas.

O êxodo rural está relacionado ao processo de mecanização da agricultura, mas, quando os agricultores familiares não possuíam mais condições de mecanizar e de adquirir as tecnologias necessárias para implantar esse processo em suas propriedades, passaram a ficar em desvantagem no mercado. Esse fato fez com que esses agricultores tivessem que buscar melhores opções, mesmo que essa oportunidade estivesse nas grandes cidades (CASAGRANDE; SOUZA, 2012). O desenvolvimento do agronegócio e a falta de incentivos para a agricultura familiar fizeram com que parte desses agricultores desanimassem. Esse fato, aliado a outros problemas do cotidiano da atividade, forçou essa categoria a buscar outras formas de subsistência para o seu grupo familiar (HERMES; VALENTE, 2006).

Conforme Santos (1986), a produção agrícola no Brasil apresentava um crescimento constante da área cultivada. Isso até a década de 1950. Posteriormente, na década de 1960, ainda influenciado pelo processo de

industrialização e de substituição de importações que vinham ocorrendo desde a década de 1940, o processo de modernização intensificou-se, aliado à implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado no ano de 1965. Nesse período, intensifica-se a mecanização da produção agrícola com o uso de máquinas fertilizantes e outros agroquímicos, refletindo no aumento considerável da produção. De acordo com Martine (1990), esta mecanização resultou na expulsão de cerca de 30 milhões de agricultores familiares dos espaços rurais, refletindo na aceleração do êxodo rural entre 1970 e 1980. Esse movimento de migração de parcela da população rural para o meio urbano foi motivado por uma busca por trabalho e melhores condições de saúde e de acesso à educação nas grandes metrópoles.

Nesse processo, é importante destacar a estruturação da extensão rural no Brasil, pois essas atividades estiveram voltadas para a divulgação das tecnologias produzidas e a mudança de comportamento dos agricultores de menor nível de educação formal, caracterizando-se como um processo de educação informal. A partir de meados da década de 1960, passou a predominar a assistência técnica direcionada à resolução dos problemas identificados pelos próprios agricultores. Assim, julgou-se que seria mais adequado dar prioridade aos produtores com maior capacidade de resposta às inovações tecnológicas (LOPES, 2002).

De acordo com Pinto e Coronel (2015), Balsan (2006) e Sepulcri e Paula (2005), a modernização da agricultura no Brasil, na década de 1960, pôde ser auferida, principalmente, pelo aumento do número de máquinas pesadas, pelo uso de agroquímicos e fertilizantes minerais, decorrente da maior quantidade de crédito agrícola governamental disponível. No conceito de agropecuária são incluídas as atividades que utilizam o solo para criação de animais e cultivo de plantas, sejam para fins comerciais ou para consumo próprio.

No que se refere à diferenciação entre a modernização e a industrialização da agricultura, conforme Sepulcri e Paula (2005), há dois critérios básicos que diferenciam a modernização e a industrialização da agricultura. O primeiro é a alteração dos meios de produção, deixando de ser artesanal para ser mecanizada, e o segundo é quando se compra insumos para produzir matérias primas para outros setores. Os autores afirmam que a modernização foi mundial, com a revolução verde, o que refletiu nas relações de trabalho, migração de famílias e expansão dos centros urbanos. Priori et al. (2012) citam, como parte da modernização do meio

rural, mais elementos: a ampliação da eletrificação, a irrigação e as técnicas de conservação do solo como itens de modernização.

Nesse contexto, o eixo principal do mecanismo da política pública foi o SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural, criado no ano de 1965. Esse plano possibilitou a distribuição de financiamento que subsidiou a modernização da agricultura que resultou, a curto prazo, na concentração das terras e da renda, refletindo na diminuição do número de propriedades. Esses recursos ofertados pelo Estado alcançaram apenas a classe hegemônica, os recursos disponíveis contemplam diretamente os produtores de grande porte, caracterizando a concentração e o fortalecimento do agronegócio no país (GUEDES PINTO, 1995).

Agra e Santos (2001) descrevem as mesmas consequências da modernização do campo exposta pelos outros autores, como o direcionamento do crédito rural a uma pequena casta privilegiada, o aumento da pobreza rural decorrente da mecanização, as consequências ambientais de produção em monocultura de larga escala, tais como erosão do solo, desmatamento, contaminação dos recursos hídricos – pelo uso de agrotóxicos. Contudo, descrevem o surgimento do consumidor que rejeita os produtos quimicamente contaminados, chamando-os de “consumidor-saúde”. Descrevem que os produtores que atendem a essa específica gama do mercado são os “produtores verdes”, e concluem que surge desse novo ajuste o “novo rural brasileiro”.

Conforme Singer (1976), o processo de mecanização da agricultura está relacionado, historicamente, à necessidade de atender às carências da força de trabalho para a prática da agricultura. Esse processo teve início, primeiramente, nos Estados Unidos e está vinculado à carência de mão de obra agrícola. Engelbrecht e Lima (2005) destacam que a modernização deu-se, basicamente, no preparo da terra, incluindo-se agroquímicos como fungicidas e fertilizantes, e no sistema de colheita, ambos valendo-se da mecanização, em substituição à mão de obra humana, fato que Balsan (2006) atribui como principal causador de êxodo rural e a concentração fundiária e de renda.

Da modernização da agroindústria surge o agronegócio, com uma visão administrativista da produção agropecuária. Com isso, ocorre uma transformação do ambiente rural que, visando a um aumento da produtividade e da rentabilidade, provoca uma aproximação da produção agrícola com as redes de transporte e comunicação. Desse modo, próximas aos polos de produções agrícolas, as

pequenas e médias cidades passaram a manter serviços voltados ao agronegócio, com profissionais qualificados, como veterinários e engenheiros agrônomos e agrícolas (SANTOS; VALE, 2012).

Algumas regiões modernizaram-se com agriculturas comerciais sem, contudo, excluir a economia familiar, como exemplifica Balsan (2006), ao tratar das culturas de arroz, soja, trigo e uva no sul do Brasil. Santos e Vale (2012) destacam o êxodo rural como o resultado de maior impacto socioeconômico da modernização da agricultura brasileira. Mas, contraditoriamente, também apontam que as cidades próximas às áreas de produção agropecuária tornaram-se cidades-dormitórios, quando as pessoas trabalham no campo e apenas dormem na cidade.

Sepulcri e Paula (2005) ressaltam que o processo de modernização possibilitou um expressivo ganho no que tange à extensão rural. Descrevem a criação da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, como de fundamental importância para o desenvolvimento de tecnologias físicas e genéticas para a modernização da agropecuária no Brasil. Exemplificam, utilizando o caso da soja que, com o uso de tratores, sementes geneticamente modificadas, agroquímicos e fertilizantes, teve o seu cultivo expandido expressivamente ao longo dos anos.

A modernização da agricultura brasileira passou a ser impulsionada por políticas que beneficiaram o aumento da produtividade das *commodities* destinadas à exportação. Esse processo foi determinante para a mecanização e o desenvolvimento tecnológico do agronegócio brasileiro, a partir da incorporação de insumos e máquinas, fomentados pelos incentivos governamentais.

Conforme Wanderley (2000), o intuito das políticas voltadas para a agricultura, implantadas ao longo dos anos, tinha por objetivo teórico a diminuição da pobreza rural. Na prática, esse propósito nem sempre era o objetivo; as políticas, por muitos anos, apenas agravaram a situação de pobreza no país. O desenvolvimento era remetido à produção agrícola das grandes propriedades, resultando na marginalização do restante dos grupos sociais que não se enquadravam a essa classificação.

Apontando a política de crédito rural como a principal alavanca da modernização da agricultura brasileira, Engelbrecht e Lima (2005) dizem que essa foi segregante, beneficiando grandes produtores em detrimento dos pequenos e que, por consequência, contribuiu para a concentração de terras, declínio das

condições de trabalho no campo e êxodo para as cidades, que contribuíram para o agravamento da pobreza dos agricultores proprietários de pequenos estabelecimentos.

Sepulcri e Paula (2005) referem-se ao financiamento público, afirmando que esse fortaleceu a interação entre a agricultura e a indústria, e que o crédito avança além da modernização dos meios de produção, alcançando as exportações, sejam por incentivos fiscais ou linhas de crédito específicas. Os autores ainda apontam o crescimento da frota nacional de tratores ao crédito rural, bem como a expansão da agricultura para o Centro-Oeste do Brasil. Essa estratégia de investimento e expansão não se enquadra às necessidades da agricultura familiar do país.

O crédito rural permeia a modernização agropecuária, porquanto subsidiou a mecanização, mas também financiou as pesquisas de desenvolvimento de sementes mais resistentes, insumos de melhor qualidade e a modernização biotecnológica. Tal incentivo econômico está intimamente ligado ao papel do Estado nas transformações da agricultura, podendo ser considerado política pública. Sepulcri e Paula (2005) descrevem que, por exemplo, a criação e o aperfeiçoamento técnico da EMBRAPA foram fatos importantes no desenvolvimento da agropecuária nacional, por meio do cumprimento de seu papel de apoio pela extensão rural.

O acesso ao crédito rural para os pequenos proprietários, na maioria das vezes, dava-se por meio de cooperativas, para aquisição do pacote tecnológico, que Engelbrecht e Lima (2005) chamaram de “subordinação às cooperativas”. No entanto, as críticas ao crédito rural subsidiado são, em linhas gerais, em relação à concentração dos benefícios aos grandes proprietários, em detrimento ao produtor familiar (SEPULCRI; PAULA, 2005). Engelbrecht e Lima (2005) também criticam essas políticas, avaliando que essa disparidade na distribuição do crédito fomentou o êxodo rural, facilitando que as terras dos agricultores familiares fossem adquiridas pelos grandes proprietários, que tinham maior facilidade de acesso ao crédito rural, por meio de contratos de compra e venda ou arrendamento.

Tanto Santos e Vale (2012), como Engelbrecht e Lima (2005) atribuem ao crédito rural a alteração do cenário urbano-rural. Com a globalização e o acesso do produtor rural às tecnologias de comunicação, surgiram as estratégias de administração e escoamento – o agronegócio – que aproximou os prestadores de serviços dos produtores. Com isso, cidade e campo mesclam-se, rompendo o paradigma de área puramente rural e puramente urbana que colaboraram para

ultrapassar as fronteiras entre rural e urbano. Agra e Santos (2001) apontam a necessidade de reforma agrária, aliada a um crédito fundiário e de assistência técnica como parte da solução para a pobreza rural que seus estudos indicam. Trabalham o conceito de desenvolvimento rural sustentável, tratando como tal a atenção voltada ao homem, para melhoria da qualidade de vida e redução da pobreza rural.

A introdução das máquinas e dos insumos na agricultura foram fatores que marcaram o início do processo de sua modernização. Esses agentes promoveram expressivas mudanças no campo que perpassam, desde questões sociais e econômicas, até a possibilidade de cultivar diferentes variedades. Essas novas possibilidades caracterizaram a transformação da agricultura primitiva para um modelo de produção modernizada e com uma intensiva escala de produção (KAGEYAMA, 1996).

De acordo com Antonello (1996), a implantação de um modelo modernizado de produção agrícola estaria atribuída à disponibilidade de capital para investimento. Os critérios de acesso a essas linhas não contemplavam os pequenos produtores. Isso ocorria devido à situação de que grande parte desses produtores permaneciam em um ciclo de reprodução estrutural onde a colheita, resultado da produção, destinava-se à sobrevivência do grupo familiar, inviabilizando o investimento na qualificação da produção. A implantação das políticas agrícolas não se destinou a esse grupo de produtores. A produção proveniente dessas propriedades não interessava ao mercado externo.

Nesse modelo, observa-se que as políticas públicas de financiamento da agricultura eram direcionadas quase que exclusivamente às propriedades que tivessem a sua produção destinada à exportação e capacidade para incorporar o pacote resultante do processo de modernização, adotado pelo governo, visando viabilizar a produção em alta escala.

Ribeiro (1979) salienta que os recursos provenientes do crédito rural, advindos do SNCR, destinaram-se a poucos agricultores, foram distribuídos aos que já apresentavam potencial para modernizar ou aos produtores que já possuíam uma produção mecanizada e com alto rendimento. Ao menos 80% dos agricultores brasileiros não foram contemplados com o crédito rural ofertado pelo governo. O aumento na cobrança de impostos foi exigido, em contrapartida, aos desembolsos

estatais e abrangeu todos os produtores, independente se a propriedade obtivesse acesso ao crédito.

O crédito para as pequenas propriedades era ofertado pelas agências bancárias que exigiam, como garantia, os meios de produção, incluindo a propriedade da terra. Então, considerando os riscos envolvidos na obtenção de crédito, os produtores familiares evitavam a adesão ao modelo de financiamento. O crédito rural passou a ser visto por esses produtores como uma forma de agravamento da situação financeira das propriedades, devido à incidência de juros e exigência de dar a terra como garantia de pagamento (ANTONELLO, 1996). De maneira geral, os autores acima destacam que as políticas públicas de financiamento da agricultura eram, exclusivamente, direcionadas às propriedades que tinham a sua produção destinada à exportação e que tivessem capacidade de incorporar o pacote de modernização ofertado pelo governo.

A partir de 1978, o cenário da política monetária brasileira começa a sofrer alterações significativas que afetaram diretamente o SNCR. O Estado elevou as taxas de juros e diminuiu a oferta de recursos, passando a direcionar o sistema de crédito às instituições privadas. Essa decisão repercutiu negativamente junto aos grandes produtores, tendo em vista que o impacto sobre os custos das propriedades, desse novo modelo de captação de recursos, era muito significativo (DELGADO, 2001). Os grandes proprietários de terra, historicamente, sempre exerceram influência no direcionamento das políticas públicas agrícolas. O acesso aos benefícios, como crédito e assistência técnica, nunca chegaram por completo aos pequenos produtores. O acesso às políticas nem sempre estava diretamente relacionado ao tamanho ou às necessidades da propriedade, mas, sim, ao poder de pressão exercido pelos grupos dominantes (MARTINE, 1990).

De acordo com Delgado (2001), a concentração na dominação do capital e da posse das grandes propriedades dificultou a reprodução e a sobrevivência dos pequenos núcleos produtivos nos aspectos socioeconômicos, resultando em uma massa de desempregados no campo. Nesse cenário, a alternativa estava em se deslocar para as regiões industriais ou se manter no meio rural, buscando a subsistência na produção em um pequeno espaço. Outra opção que restou para a agricultura familiar foi ofertar a força de trabalho às poucas oportunidades existentes.

Segundo Szmrecsányi (1990), o fato das propriedades e os meios de produção terem sido absorvidos, exclusivamente, pelos grandes proprietários rurais, acabou por refletir na falta de empregos permanentes nesse meio, aliado a uma baixa remuneração dos trabalhadores. Esse fator contribuiu para o fenômeno conhecido por êxodo rural. Os migrantes, na busca por condições melhores de sobrevivência, obtiveram a opção de ficar no meio rural e conviver na extrema pobreza ou buscar as grandes cidades e se deparar com uma realidade, na maioria das vezes, pior.

O alto nível de mecanização resultou na mudança do perfil da mão de obra demandado pelas propriedades agrícolas. A força de trabalho, a partir desse período, esteve relacionada com a operação e manutenção dos equipamentos agrícolas, resultando no aumento do número de desempregados.

2.1 O papel do Estado nas transformações da agricultura

O Estado, a partir da década de 1960, obteve uma grande influência na implantação do modelo de transformação da agricultura no país. Responsável por criar políticas e ferramentas facilitadoras nesse contexto, estão inseridos o crédito rural, as empresas de pesquisa estatais e os órgãos destinados a assistência técnica. No início da década de 1970, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. A Embrapa, aliada a outras empresas públicas e privadas de pesquisa passaram a estudar e desenvolver as principais áreas da produção do país. As bases genética, vegetal e tecnológica passaram a ser aspectos desenvolvidos e qualificados que auxiliam na promoção da modernização da agricultura brasileira. Esses aspectos promoveram o reconhecimento mundial da Embrapa em pesquisas para a agropecuária (GASQUES et al., 2010).

Nesse período, o crédito rural foi favorecido e flexibilizado de diversas formas a atender às necessidades dos agricultores. O crédito internacional ganha espaço nessa modalidade de financiamento. O crédito rural, no período de 1970 e 1985, foi considerado o principal instrumento de política para a efetividade da industrialização do campo (MÜLLER, 1989). Por meio das análises das políticas agrícolas visando à modernização, percebe-se a relevância do crédito rural, nesse período, para implantar e concretizar a modernização da agricultura no país. Para isso, foi

facilitada a entrada de recursos estrangeiros, que eram amplamente destinados ao público que atendesse ao perfil de produção exigido.

A partir da década de 1980, com a redução da disponibilidade de moeda nacional, houve uma drástica redução da oferta de crédito rural. A partir de 1985, na busca por linhas de financiamento que minimizasse a fase inflacionária do período, o subsídio do crédito rural foi oficialmente extinto. Nesse momento, cerca de 92% do volume disponibilizado de crédito vinha do Tesouro Nacional, passando para 58% no ano de 1986, chegando a 7,8% em 1995 (COELHO, 2001). De acordo com o mesmo autor, a falta de crédito para realizar o financiamento da produção não resultou, inicialmente, no volume de produção. Apesar da oferta de crédito ter encolhido drasticamente, o PIB agrícola continuou apresentando uma evolução crescente nessa década. A partir de 1999, motivado pela desvalorização constante do real, devido à influência do câmbio, o PIB apresenta uma acentuada redução.

A redução da oferta de crédito afetou a capacidade produtiva do agronegócio brasileiro. Esse fato também contribuiu para o aumento dos custos produtivos e a perda de competitividade no mercado externo. A partir desse momento, passou-se a incentivar a pesquisa, também, no sentido de qualificar a produção agrícola e reduzir custos, visando melhorar a sua competitividade.

O Estado, em sua atuação, de acordo com Delgado (1985), deve considerar esse setor como peça fundamental, tanto para a economia quanto para o meio social. No intuito de promover o crescimento econômico do país, o Estado traçou caminhos na busca de fomentar a agricultura. A esfera pública, mediante esse cenário de ascensão, passa a regulamentar a economia capitalista de forma a garantir a efetividade das políticas propostas.

De acordo com Oliveira (1995), o aporte da política agrícola atendeu à necessidade das culturas consideradas dinâmicas, produção agrícola que atendesse aos interesses da indústria e a exportação. As atividades destinadas à produção de alimentos básicos para a população perderam espaço para as lavouras de monocultura, no intuito de garantir o fornecimento das agroindústrias ou para atender à demanda de exportação. A agricultura capitalista direcionou a produção em grande escala dos produtos que possuíam uma melhor agregação de valor e melhor preço de mercado, maximizando, dessa forma, o lucro das empresas.

O papel do Estado em articular e promover a relação social e econômica da agricultura deu-se de modo divergente, e a ênfase das políticas concentrou-se no

atendimento dos interesses das grandes propriedades. Os grupos com maior poder, detentores de grande volume de capital, têm, nesse período, grande influência sobre as decisões políticas, possuindo privilégios e condições favoráveis para a exploração econômica. O Estado, desde sua essência, possui a obrigação de tratar, igualmente, a luta de todas as classes presentes na sociedade (GONÇALVES NETO, 1995). Dessa forma, conforme Rodrigues (1997), a partir do momento em que o Estado considera necessária a intervenção direta no processo de modernização da estrutura produtiva agrícola, por meio de ferramentas sistematizadas, o segmento identifica a necessidade de se adaptar às novas tendências.

Por fim, conforme Santos (1999), não se alcança o desenvolvimento rural apenas com políticas de combate à pobreza, sendo necessário, também, um conjunto de políticas estruturais e assistenciais compensatórias que ataquem, principalmente, os grandes problemas de desigualdades regionais e de renda. A estrutura agrícola, concentradora de renda e de terra, deveria ter sido alterada com a realização de um amplo programa de reformas, somando-se a um programa de crédito fundiário e assistência técnica.

2.2 O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e o processo de modernização da agricultura brasileira

O histórico do crédito rural brasileiro teve seu início no século XVI, possuindo como objetivo o fomento do setor açucareiro. Os benefícios desses recursos destinavam-se aos proprietários de engenhos para fins de investimento em ferramenta, máquina e a compra de escravos. No século XIX, esse tipo de crédito estendeu-se, principalmente aos produtores de café. Os recursos eram provenientes das casas de exportação que possuíam seus negócios voltados para as exportações. Em seguida, essa função passou a ser realizada por comerciantes e bancos estrangeiros, porém, no início do século XX, com o agravamento da crise econômica, os produtores de café passaram a demandar um alto volume de recursos. Essa situação revelou a necessidade de uma atuação mais efetiva do Estado em criar um sistema de crédito para esse segmento de produção (MASSUQUETTI, 1998).

A dinâmica econômica do Brasil, até a década de 1930, era baseada no setor agrário-exportador. Assim, as políticas existentes nesse período eram destinadas, exclusivamente, para o incentivo de atividades produtivas para a exportação, baseando-se em políticas cambiais e na oferta limitada de crédito. A produção agrícola interna sempre esteve em segundo plano em se tratando de incentivos governamentais. Esse setor apenas obtinha vantagens na medida em que ocorriam crises no setor exportador (MASSUQUETTI, 1998). Percebe-se que, nesse período, havia uma falta de competitividade da produção brasileira. Esse fato ocorria devido às condições dos mercados e dos modelos econômicos então instalados. Dessa forma, a produção agrária não recebia a devida importância quanto à criação de políticas sólidas de financiamento e de comercialização.

Conforme Graziano da Silva (1989), a produção agrícola interna passou a ser vista de outra forma a partir do momento em que as atenções voltaram-se para a expansão do setor industrial urbano. Os incentivos ao setor cafeeiro passaram a ser desenvolvidos e aplicados pelo Estado. A partir da década de 30, passou-se a beneficiar, também, os setores canavieiro, açucareiro e algodoeiro. Para isso, foram criados o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que tinham como finalidade principal propor políticas gerais para o setor e a regulação do mercado. O Instituto Brasileiro do Café (IBC) visava à aplicação das políticas e o controle de preços do café no mercado. Em 1937, com a criação do Estado Novo, de Getúlio Vargas, ocorreram mudanças econômicas que afetaram diretamente o setor agrícola.

A adoção de políticas protecionistas restringia a importação de alimentos, bens de consumo e matérias-primas provenientes de origem agrícola. Em andamento a essas ações, em benefício de reduzir as importações, foi adotada uma série de políticas de créditos destinadas à agricultura e ao desenvolvimento de instituições para administrar o controle de preços mínimos (NÓBREGA, 1981).

Conforme o mesmo autor, o aporte financeiro disponibilizado para financiar a agricultura foi possível a partir da fundação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Brasil (CREAI). A fonte de crédito facilitava a compra de sementes e adubos, além da compra de animais, o melhoramento do rebanho e a aquisição de animais utilizados nos trabalhos produtivos das propriedades. Os recursos eram distribuídos por meio do Banco do Brasil, pela emissão de bônus.

A Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, criada em 1943, pelo Estado Novo, objetivava o apoio à produção que, de acordo com Mueller (1983), na prática, não correspondia às necessidades. No ano de 1950, foi estabelecida uma efetiva política de preço mínimo que garantia, principalmente, aos produtores e cooperativas beneficiar-se desse incentivo. Nesse período, a agricultura era considerada um setor sinônimo de atraso; ao contrário, a indústria estava em pleno crescimento, assistida por um desenvolvimento tecnológico moderno. A falta de assistência à produção agrícola ocasionou umas das maiores crises de abastecimento.

Os problemas da agricultura, entre a década de 1950 e 1960, estavam relacionados a um baixo nível produtivo destinado para o mercado interno e aos altos preços praticados por esses produtos. Fatores como a falta de uma dinâmica às inovações tecnológicas, a capacidade de ampliar e a variedade da produção destinada para exportação, a utilização de forma eficiente da terra e da mão de obra agrícola aplicada e o fator cultural, presente no meio, contribuíram para o agravamento da situação que se estendia desde a aplicação da mecanização, no minifúndio, até a utilização, de forma eficaz, dos meios de produção do latifúndio (MASSUQUETTI, 1998). De acordo com essa autora, o atraso vivido no setor rural, na década de 1960, discorria de deficiências presentes no sistema agrário do país. Esses fatores contribuíam para a baixa produtividade e o agravamento da pobreza da população rural. A falta de extensões de terras para a exploração extensiva, racional e conservadora apenas teria sua ocorrência a partir de mudanças no regime agrário brasileiro. Por outro lado, as grandes propriedades, dominantes da economia agrícola, possuíam dificuldades em dar andamento aos processos de modernização e de introduzir novas relações de trabalho, prejudicando o desenvolvimento da agricultura no país.

Massuquetti (1998) afirma, ainda, que, no intuito de realizar o “desenvolvimento do país”, em 1964, o governo militar estava orientado a incentivar a produção agrícola, visando ao abastecimento de alimentos à população e o fornecimento de matérias-primas para a indústria instalada no meio urbano. Para atender a essas demandas de produtos agrícolas, medidas como a utilização de insumos modernos, capacidade de armazenagem, garantia de preços e treinamentos foram desenvolvidos. O crédito agrícola foi um dos principais fatores

que viabilizou a implantação de tratores, implementos, adubos, sementes de qualidade, conservação do solo, sistemas de irrigação e treinamento técnico.

O processo de modernização da agricultura, a partir da aplicação de insumos modernos, e um crescimento expressivo do volume de produção, conforme Fürstenau (1987), estimulou o aumento da necessidade de exportação e, conseqüentemente, a geração de divisas que possibilitasse o crescimento econômico do país. Com isso, houve a necessidade de criar condições de acesso aos insumos e instrumentos que possibilitassem o financiamento aos produtores. Assim, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR no ano de 1965. A fonte de financiamento ofertada pelo SNCR objetivava a implantação de um programa que possuía 48 processos de modernização na produção agrícola, demandando, dessa forma, uma quantidade expressiva de máquinas e insumos.

Para Cabral (2001), o crédito proveniente do SNCR era ofertado aos produtores e cooperativas que obtivessem atividades de beneficiamento, armazenagem e industrialização da produção agropecuária. O crédito, também, destinava-se para o custeio da produção e comercialização. Enfim, todos os esforços estavam dirigidos em proporcionar o aumento produtivo e o fortalecimento de toda a cadeia do agronegócio. A base dos recursos disponibilizados aos produtores era proveniente de aplicações compulsórias dos bancos que, por sua vez, eram complementados por recursos oriundos das Autoridades Monetárias. Os recursos relacionados a essa primeira fonte foram determinados por meio da Resolução nº 69 do Conselho Monetário Nacional, no ano de 1967, que determinava a destinação de 10% dos valores depositados em bancos comerciais aos empréstimos rurais.

A política do SNCR contemplava uma série de setores determinantes para a tão esperada ascensão da produção agrária brasileira. A estruturação dos diversos setores envolvidos nessa cadeia viabilizou o acesso a esse novo pacote de modernização que possibilitou o crescimento vertiginoso da capacidade produtiva e, respectivamente, das divisas.

Os beneficiários da política de crédito foram os médios e grandes produtores rurais, pelo motivo central de possuírem capacidade de aumento de produção. Apenas uma mínima parcela de pequenos agricultores foi contemplada, nessa época, pela política de crédito. Essa abrangência era centralizada em algumas regiões e segmentos de produção. Essa exclusão provocou uma imensa

insatisfação e críticas em relação à eficiência desse programa. Os benefícios provenientes do crédito eram destinados à produção que se enquadrava aos itens destinados à exportação, deixando assim, a produção para consumo interno fora dessa consideração (MASSUQUETTI, 1998).

De acordo com Rego (1980), no ano de 1976, os principais produtos destinados para a exportação, como café, soja e cana-de-açúcar, representavam cerca de 40% do total de crédito disponibilizado por meio do SNCR. Existia uma concentração quando à distribuição do crédito rural. Verifica-se que as regiões Sul e Sudeste foram as mais beneficiadas com a oferta do crédito; por outro lado, as regiões Norte e Nordeste ficaram desassistidas nesse aspecto. Araújo (1983) apresenta os dados referentes à distribuição dos recursos, onde São Paulo concentrava cerca de 19,7%, o Rio Grande do Sul com 18,6%, Minas Gerais com 13% e Goiás com 7,1%. Essa concentração justificava-se pela escala de produção e culturas praticadas nessas regiões.

Conforme Massuquetti (1998), a ocorrência de baixas taxas, presentes nos financiamentos rurais, incentivaram os bancos a financiar produtores que possuíam garantias e condições de quitar os futuros pagamentos. O risco dessas operações estava ligado à intenção das instituições financeiras em direcionar o público-alvo a ser contemplado com as linhas de crédito. Dessa forma, os grandes produtores eram os principais beneficiados com a oferta de financiamento. No final da década de 1970, as linhas de crédito passaram a disponibilizar menores volumes de recurso e de subsídios, decorrentes da inflação, e a falta de ações políticas que garantissem a estabilidade econômica do país obrigou a revisão dos programas de financiamento da agricultura.

O segundo choque do petróleo, ocorrido no início dos anos de 1980, pôs em discussão os novos planos do desenvolvimento econômico. Mesmo em meio a um cenário desfavorável, o governo buscava manter os investimentos em áreas importantes, em benefício de passar uma visão de estabilidade e confiabilidade. Ao final do ano de 1980, o governo implantou medidas no intuito de controlar a situação monetária do país. Para isso, precisou cortar recursos destinados às estatais, aumento nas taxas de juros e restrições na liberação de créditos para investimento em muitas áreas da economia (BRUM, 2003).

Conforme Massuquetti (1998), foi a partir do ano de 1981 que houve a movimentação para uma nova percepção e condução da economia do país. O

projeto previa uma adaptação às novas realidades do mercado mundial, medidas que possibilitassem, também, a redução da dependência de empréstimos externos, aliadas a um aumento nas exportações e, assim, respectivamente, um equilíbrio nas contas do país. Nesse período, a recessão econômica inviabilizou o crescimento do PIB, apresentando um desempenho de 3,4% no ano corrente. A queda nas receitas do governo aprofundou o desequilíbrio do sistema econômico. Dessa forma, uma das únicas alternativas estava em captar recursos por meio de empréstimos de fontes externas. No ano de 1983, a economia brasileira apresentou um desempenho negativo no PIB de 2,9%. Esse desempenho dificultou, ainda mais, as expectativas de uma recuperação da balança comercial que seria determinante para garantir o pagamento de dívidas.

Segundo Brum (2003), o cenário de recessão econômica instalado no país ocasionou a ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, por sua vez, orientou a implantação de duras medidas quanto ao controle da inflação, mediante a adoção de ações voltadas para a elevação das taxas de juros, redução da oferta de crédito, aumento na arrecadação de impostos, diminuição dos gastos públicos, redução das importações, aumento das exportações e, por fim, corte de salários. Essas ações desencadearam uma queda drástica no volume produtivo das atividades econômicas, sendo que a indústria foi o setor que mais sofreu com a instalação dessas medidas.

De acordo com Campos (2004), a década de 1980 foi marcada por fracassos contínuos na condução das políticas econômicas. Os planos propostos possuíam, entre outros objetivos, implantar mudanças da moeda, ajustes no câmbio e o congelamento de preços. Nesse período, o governo passou a ter dificuldades em honrar pagamentos importantes provenientes de financiamentos anteriormente adquiridos. Isso passou a justificar cortes profundos em verbas destinadas a muitos setores. Nesse contexto, a agricultura foi profundamente afetada.

3 A SUCESSÃO E A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores são aliados na busca pela segurança alimentar e de atores estratégicos que exercem papéis fundamentais que contribuem para alcançar um futuro sem fome. A agricultura familiar é quem produz a maior parte dos alimentos para consumo doméstico dos países da grande parte do mundo. Geralmente,

desenvolvem-se as atividades agrícolas a partir da diversificação produtiva, o que lhes dá um papel importante na garantia da sustentabilidade ambiental e conservação da biodiversidade. Devido a isso, 2014 foi declarado, pelas Nações Unidas, como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, cujo objetivo era posicionar o setor no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificar os desafios e oportunidades para promover uma mudança para um desenvolvimento mais justo e equilibrado (FAO, 2014).

Batalha e Souza Filho (2005) definem como agricultores familiares aqueles produtores que realizam a direção dos trabalhos sem a ajuda de empregados, sozinhos ou com o apoio do seu grupo familiar. Outro fator que caracteriza esse regime de trabalho é o número de empregados contratados, que não pode ser superior ao da mão de obra familiar. A EMATER (2001) entende que o termo agricultura familiar refere-se aos pequenos empreendimentos rurais administrados pelo próprio grupo familiar em regime de colaboração.

Tedesco (1999) considera outros fatores na definição da agricultura familiar. Para esse autor, os atributos, como tamanho do estabelecimento, utilização de equipamentos mecânicos, tipo de atividade, insumos utilizados, intensidade de uso dos fatores, número de atividades, renda obtida e o consumo de tecnologia são características importantes na determinação e definição dessa categoria.

Percebe-se que a definição do termo agricultura familiar, por parte dos autores apresentados, leva em consideração a relação que os componentes de um determinado grupo familiar possuem em relação ao exercício da produção agrícola e ao meio rural onde se encontram. Esses fatores são acompanhados de outros critérios de diferenciação às demais categorias de produtores, como é o caso do tamanho das propriedades, o tipo de produção, a quantidade de pessoas envolvidas nas atividades e entre outros.

Nas últimas décadas, a agricultura familiar passou por inúmeras dificuldades. De acordo com Wesz Junior (2009), entre os grandes problemas existentes na atividade, o processo de minifundização destaca-se como sendo o principal fator que inviabiliza a sustentabilidade das famílias. Esse fator, aliado à modernização agrícola, ocorrida nas últimas décadas no país, acaba por fragilizar a situação das pequenas propriedades que não possuem capacidade de produção em alta escala.

Conforme Chemin e Ahlert (2010), a agricultura familiar, no Brasil, surgiu a partir da chegada de europeus no país. A prática caracteriza-se por um sistema de

produção composto pelos indivíduos que constituem a família, em que esses se beneficiam dos resultados sem prover salários. Esse modelo representa um sistema de produção em que a gestão estratégica está sob o controle da família.

Segundo Camilotto e Stock (2012), a agricultura de subsistência é fator relevante na busca pela manutenção de grande parte dos produtores rurais nas propriedades. Esse modelo de agricultura possui uma contribuição significativa para a segurança alimentar das populações rurais e urbanas. Na medida em que se disponibiliza uma alimentação de qualidade e diversificada, a fonte produtora, nesse caso, o conjunto das unidades produtivas da agricultura familiar, está colaborando para a formação social e para o desenvolvimento das regiões.

De acordo com Spanevello e Lago (2008), a agricultura familiar possui características distintas que diferenciam de outras categorias sociais. O interior dos estabelecimentos rurais são os locais onde ocorre o surgimento das novas gerações por meio da socialização e estilo de vida. Sendo assim, o indivíduo está naturalmente inserido no meio rural, cabendo a ele optar pelo segmento na agricultura ou pela procura de outro meio profissional.

A agricultura familiar possui algumas similaridades com as empresas familiares, contendo, também, muitas diferenças significativas. A família rural possui a característica de constituir um caixa único que é responsável por suprir tanto as necessidades do negócio quanto as despesas da família. Possui, ainda, outra particularidade que está ligada à centralização das decisões nos pais, sendo esses responsáveis pela gestão da propriedade rural (CHEMIN; AHLERT, 2010).

Nessa relação realizada pelo autor, percebe-se que as principais diferenças estão relacionadas à gestão, visto que, nas empresas familiares, ocorre uma relação de caráter profissional quanto à tomada de decisões e o planejamento, isso devido à inserção de seus produtos e serviços no mercado, em um ambiente competitivo que exige a formação de diferenciais competitivos.

O IBGE (2006) identificou, por meio do Censo Agropecuário de 2006, 4.366.267 estabelecimentos classificados como agricultura familiar no Brasil, representando 84,36% dos estabelecimentos da agricultura no país, vinculando cerca de 12,3 milhões de pessoas. Esse levantamento constatou que a agricultura familiar ocupava uma área de 80,10 milhões de hectares, participando com uma fatia de 24% da área ocupada pela agropecuária no país. Em média, a agricultura familiar ocupava, na época, uma área de 18,37 hectares por estabelecimento familiar. O

censo realizado no ano de 1995, revelou que o número de pessoas vinculadas com a agricultura familiar, no Brasil, chegava a 17,9 milhões, resultando numa queda de 31,28% em comparação ao ano de 2006, impactando, significativamente, no volume de produção e na renda gerada pelas famílias.

Os estudos realizados, por meio do convênio firmado entre a FAO/Incrá (1994) possibilitaram a classificação dos estabelecimentos a partir da renda monetária bruta. A agricultura, então, foi dividida em dois modelos de acordo com o exposto no quadro 1.

Quadro 1 - Comparativo dos modelos de agricultura familiar e patronal

Modelo Familiar	Modelo Patronal
Trabalho e gestão intimamente relacionados	Completa separação entre gestão e trabalho
Direção do processo produtivo assegurada diretamente pela família	Organização centralizada
Ênfase na diversificação	Ênfase na especialização
Ênfase na durabilidade de recursos e na qualidade de vida	Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis
Trabalho assalariado complementar	Trabalho assalariado predominante
Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo	Tecnologias dirigidas, eliminação de decisões de terrenos e de momentos

Fonte: Adaptado FAO/INCRA (1994).

Conforme Corrêa e Ortega (2002), o principal objetivo era a integração entre mercado e agricultores. As relações, fora desse contexto, não condiziam com as propostas das políticas públicas de incentivo. De acordo com as autoras, as propostas de desenvolvimento não objetivavam a manutenção das pequenas propriedades e combate da pobreza no campo.

Lourenzani (2006) considera a agricultura familiar um importante segmento socioeconômico do país, responsável por gerar trabalho e desenvolvimento local e regional de norte a sul do Brasil. Apesar desse segmento produzir em uma área menor em comparação com as propriedades não familiares, a agricultura familiar é responsável por garantir alimentos necessários para o consumo interno no país.

Esse fator revela sua importância para a segurança alimentar, ganhando destaque para a expressiva produção de mandioca, feijão, milho, café, leite e bovinos.

De acordo com o IBGE (2006), o censo realizado revelou que um terço da receita gerada na agropecuária brasileira provém da agricultura familiar, considerando que cerca de 69% dos produtores familiares declararam, nessa pesquisa, que teriam obtido alguma receita naquele ano. A mesma pesquisa constatou que três milhões de agricultores familiares obtiveram receita com a venda da produção, gerando uma renda média de R\$ 13,6 mil por família. Houve destaque para a venda de produtos vegetais e a venda de animais. Uma outra parcela de agricultores, cerca de 1,7 milhões, declararam ter percebido outras receitas não provenientes da atividade de produção do estabelecimento. As aposentadorias e pensões são responsáveis por 65% desses rendimentos, e outra parcela de 24% são provenientes de outras atividades realizadas fora do estabelecimento.

Os principais fatores que afetam o desempenho da agricultura no país são as condições ambientais, as políticas governamentais e o mercado. A essas esferas, abrigam-se diversos outros fatores que colaboram para o desempenho da produção: os fatores financeiro, humano e tecnológico, que possuem grande relevância nessa escala (LOURENZANI, 2003). Conforme Queiroz (2004), a agricultura, no Brasil, está condicionada a diversas variáveis que podem afetar, diretamente, no resultado da unidade produtiva. Dentre as principais, destacam-se sazonalidade, clima, mercado e custos.

A categoria de produtores agrícolas, hoje classificados como agricultores familiares eram denominados, até o início da década de 1990, de colonos, meeiros, parceiros, pequenos agricultores ou pequenos produtores. Inicialmente, o termo agricultura familiar foi utilizado para nomear uma categoria social no contexto das discussões políticas. O termo estava relacionado ao contexto das relações dos movimentos sociais e dos sindicatos que defendem as causas rurais que, a partir do ano de 1980, começaram a ser excluídos das principais políticas voltadas a esse segmento de produção, principalmente as políticas relacionadas ao crédito agrícola. A organização política e a mobilização dessa categoria conseguiram que o Estado passasse a considerar essa categoria e a desenvolver políticas de crédito e financiamento a esses agricultores a partir da década de 1990.

Dentre a percepção da maioria dos autores citados acima, a conceituação do termo agricultura familiar permite identificar um segmento produtivo que direciona

grande parte da sua produção ao sustento do grupo familiar ou autoconsumo. Além do percentual de produção total destinada aos mercados, também fatores como volume total e diversificação da produção, tamanho das propriedades, a forma de trabalho e o tipo de cultivo são considerados os diferenciais mais relevantes na comparação com os estabelecimentos denominados de patronais. De acordo com Lima (2006), o termo agricultura familiar atual remete, ainda, ao pensamento clássico que, em tempos passados, era relacionado à inserção do desenvolvimento das práticas da agricultura no contexto do capitalismo, com a intenção de atribuir valor à produção agrícola familiar.

O desafio contemporâneo que envolve o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar das propriedades da agricultura familiar está relacionado a diversos fatores. Um fator determinante, que exerce influência no desenvolvimento e na sustentabilidade das propriedades rurais, está ligado a acordos comerciais justos. A qualificação e a especialização das propriedades produtoras de laranja, no sul do estado do Paraná, possibilitou a criação de certificados que garantem a qualidade e a segurança alimentar dos produtos comercializados. Esse processo garantiu a valorização da produção dessa região, refletindo em expectativas comerciais e na melhoria da qualidade de vida dos produtores e de suas famílias. A certificação passou a ser uma ferramenta de valorização comercial para essas propriedades, possibilitando a competição com grandes produtores e marcas. Além disso, torna-se um importante estímulo ao grupo familiar em manter e suceder as atividades, evitando, assim, o agravamento do êxodo rural (BÁNKUTI; BÁNKUTI; BOUROULLEC, 2013).

A continuidade da agricultura familiar está relacionada à permanência dos filhos no meio rural, e que esses possuam a vontade de herdar o patrimônio da família. O processo de migração dos jovens, juntamente com o envelhecimento da população no campo, aliados à seletividade do êxodo, agravam a situação da proporção de indivíduos do sexo masculino no meio rural. Esses fatores impõem restrições à continuidade da criação de novos grupos familiares (SPANVELLO; LAGO, 2008).

A agricultura familiar, como vem sendo destacada pelos diversos autores citados acima, possui um papel social e econômico de suma importância. O êxodo rural dos agricultores, ou a falta de sucessores, que optam por não assumirem a propriedade e as atividades herdadas, contribuem para a diminuição da produção de

alimentos, aumento acelerado das populações urbanas e a falta de oportunidade para a ocupação das pessoas.

3.1 Sucessão geracional na agricultura familiar

Conforme Zago (2016), o Brasil teve, nas últimas décadas, uma redução drástica da população rural. Apenas em torno de 20% da população do país ainda vive no meio rural. Nessa movimentação geográfica e social, destaca-se o percentual de jovens, sendo grande parte desses do sexo feminino. A migração vem ao longo do tempo ganhando força em proporções satisfatórias, presente nas regiões da agricultura familiar, inclusive no sul do país.

Um dos grandes responsáveis pelo esvaziamento do meio rural é a baixa remuneração gerada pela atividade. A estrutura econômica do estabelecimento reflete na manutenção da propriedade, favorecendo ou não a ocorrência de um processo sucessório. Diferentemente da atividade urbana, em que o indivíduo depende dos salários, no meio rural essa dependência se torna relativa, visto que a posse da propriedade permite a sobrevivência (WINCK et al., 2013).

Para Hermes e Valente (2006), a migração de agricultores para as cidades deu-se devido à falta de oportunidade e incentivos no meio rural que viabilizassem a produção agrícola. O processo migratório pode ser caracterizado por um processo temporário, definitivo, interno ou externo, estando diretamente relacionado às necessidades e expectativas de cada um dos grupos populacionais. O processo migratório possui diversas motivações, tais como as relacionadas com os fatores econômicos, necessidades financeiras, oportunidades de emprego e qualidade de vida, entre outras.

O presente momento de tensão vivido pela agricultura familiar, no que se refere à migração dos jovens para o meio urbano, segundo Silva (2015), revela um cenário de preocupação para com a produção e manutenção das propriedades da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Alguns fatores ainda contribuem com a permanência dos produtores e de seus sucessores, como a proximidade das propriedades do meio urbano, independência financeira, bem como a oportunidade em manter um laço afetivo com a família. Pelo fato de haver uma desigualdade na colaboração dos trabalhos produtivos, praticados nas propriedades da agricultura familiar, os membros do sexo masculino predominam nesse meio.

A capacidade produtiva, no meio rural, tem influência no processo de migração, principalmente dos jovens. Esse movimento intensifica o aumento da população da terceira idade. Os estudos de Camilotto e Stock (2012) indicam que apenas a metade das propriedades rurais familiares possuem jovens que tenham o interesse de suceder seus pais na manutenção das atividades. Essa perspectiva revela a necessidade de rever e formular as políticas públicas de incentivos aos produtores rurais. Esses mesmos autores afirmam, ainda, que o suporte da assistência técnica e extensão rural têm proporcionado mecanismos que possibilitam alcançar a motivação, visando à melhoria da qualidade de vida da população rural e, ao mesmo tempo, qualificando tecnicamente as propriedades.

Conforme Froehlich et al. (2011), é essencial que as políticas públicas sejam elaboradas e executadas com o propósito de desenvolver, de forma sustentável, o meio rural. O autor aponta, em seu estudo, a ocorrência de uma consolidação da masculinização do meio rural, bem como a diminuição da população jovem, revelando um processo de envelhecimento. Nesse sentido, torna-se necessário implantar ações que modifiquem esse cenário e que possibilitem manter o equilíbrio demográfico rural.

A manutenção da agricultura familiar e da vida nos espaços rurais está atrelada a uma série de fatores. A proximidade entre o rural e o urbano possibilita a comparação entre os estilos de vida presentes em cada um desses espaços. O acesso ao consumo e à capacidade de geração de renda são algumas circunstâncias que despertam a reflexão entre sair ou permanecer no meio rural.

Segundo Abramovay et al. (2003), tratar sobre o processo sucessório hereditário é um assunto complexo, um assunto, muitas vezes, abordado em momentos delicados como na morte de familiares ou na situação de divisão de bens. Dessa forma, verifica-se que as propriedades da agricultura familiar no sul do Brasil não estão preparadas para enfrentar o processo sucessório devido à falta de critérios definidos para esse tema. Na mesma linha de pensamento, Silva (1999) destaca que a sucessão ainda é um assunto que não é tratado na grande parte das propriedades da agricultura familiar. O processo sucessório é considerado um assunto que remete a desavenças e ressentimentos, refletindo nas expectativas dos jovens em permanecer ou não no meio rural. No caso de não haver a permanência dos filhos, na continuidade da produção, a propriedade fica à disposição para venda ou arrendamento.

A sucessão, nas propriedades da agricultura familiar, deve ser um assunto discutido e planejado ao longo do tempo. Muitos fatores exercem influências e podem definir a continuidade ou não das atividades agrícolas familiares. Fatores como o tamanho da propriedade, quantidade de herdeiros, modelo de produção praticado e a geração de renda estão entre os principais aspectos que influenciam para o sucesso ou insucesso desse processo.

Adachi (2006) ressalta que o momento certo para se iniciar o processo sucessório é quando o sucedido ainda possui plena capacidade de colaborar e acompanhar o sucessor em todas as etapas. É necessário que o líder familiar inicie cedo o processo de formação dos filhos, buscando esclarecer e planejar abertamente o processo sucessório. O constante contato entre o grupo familiar e as questões sucessórias torna esse processo pacífico e benéfico a todas as partes, garantindo o futuro da nova geração de agricultores e da agricultura no país.

Stropasolas (2011) explica que não existe uma receita para o bom resultado no processo de sucessão nas propriedades rurais, porém alguns critérios são essenciais, como a necessidade dos jovens em se manter no meio rural e suceder os pais nas atividades produtivas. Devem, também, buscar a qualificação educacional e profissional. Nessa consideração, deve-se levar em conta as necessidades de absorver o conhecimento técnico e administrativo para dar andamento nas atividades da propriedade, sendo que esses fatores podem refletir positivamente no desempenho produtivo e na rentabilidade da produção agropecuária.

Conforme a FAO (2017), é possível verificar que os processos de migração dos jovens rurais pertencentes a núcleos da agricultura familiar são cada vez mais frequentes. Nesse contexto, a juventude rural torna-se um assunto de grande importância para muitas nações, devendo ser tratado com responsabilidade pelos diversos atores envolvidos, garantindo que esse segmento possua a atenção necessária ao seu desenvolvimento e perpetuação.

As questões sucessórias, no que tange à transmissão das propriedades, conforme Carneiro (2001), gera um processo que revela, em muitos casos, contradições e conflitos entre os interessados. A divisão da herança, nas propriedades rurais, pode resultar no encerramento das atividades devido à divisão das terras ou por intenção do sucessor. O processo sucessório, referente a sua

efetivação, deve ser planejado no intuito de conduzir a resultados satisfatórios, beneficiando tanto os herdeiros quanto à manutenção do estabelecimento.

O processo sucessório dos estabelecimentos rurais na atualidade, de acordo com Winck et al., (2013), é um dos principais problemas identificados nas propriedades. Os filhos dos produtores apresentam, na sua maioria, desinteresse em assumir as atividades de produção nos núcleos familiares.

Muitos fatores influenciam no processo sucessório nas propriedades da agricultura familiar. De acordo com Coradini (2011), destacam-se, de forma negativa, os aspectos referentes à saúde, salubridade do trabalho e as condições de envelhecimento no meio rural. Outro fator que pesa, quando da escolha do jovem em se manter no meio rural e seguir como sucessor da propriedade, está ligado às relações familiares.

O mesmo autor defende que existem outros fatores determinantes para a permanência e para a ocorrência da sucessão na agricultura familiar. Esses estão ligados à minimização das diferenças sociais e econômicas, a localização geográfica e a cultura do local. Não se pode esquecer, nessa relação das questões tecnológicas, que da possuem um impacto significativo no desempenho das unidades produtivas. O consumo e o lazer já fazem parte do cotidiano do meio rural, a proximidade das propriedades do meio urbano favorece para que os jovens rurais possuam um fácil acesso a serviços e entretenimento, possibilitando construir uma visão comparativa desses dois meios.

Os estudos sobre a sucessão familiar são assuntos que despertam a curiosidade do autor já há alguns anos na história da humanidade, isso devido às relações hierárquicas constantes nesse processo. Nesse contexto, as relações presentes no processo sucessório da agricultura familiar possibilitam as mais diversas reflexões. Nessa relação, estão presentes inquietações que passam desde a questão da definição do futuro sucessor até as tratativas de como isso ocorrerá (MELO, 2013).

Segundo Castro (2009), a realidade em que se encontram as pequenas propriedades rurais é tida como fruto da falta de sucessores que venham a promover a manutenção das atividades. O desafio imposto ao jovem rural, que assume o controle da propriedade, revela uma dura concepção cultural, social e econômica. Enfrentar os conflitos presentes no processo sucessório é o primeiro passo para dar continuidade às atividades. O incentivo à permanência do jovem no meio rural

também depende de fatores políticos e econômicos que possuam condições de perceber, na juventude rural, uma forma de transformação social.

A sucessão ou a falta de sucessores, conforme menciona Spanevello e Lago (2008), vem sendo um dos grandes responsáveis por inviabilizar a continuidade da agricultura familiar. Para garantir a existência das propriedades rurais, deve-se garantir a permanência de, ao menos, um dos filhos que, por sua vez, dê segmento ao estabelecimento rural. O encaminhamento da herança por si só não garante a sucessão na propriedade, deve haver o interesse e o conhecimento das práticas por parte de algum dos filhos.

Um estudo que buscou identificar e analisar a lógica do processo sucessório na agricultura australiana constatou uma carência de agricultores preparados e com a experiência necessária para realizar a produção de alimentos e assumir o comando dessas propriedades. De acordo com Hicks et al. (2012), muitos fatores ainda prejudicam a transição, o conflito entre familiares ainda marca o processo sucessório. A necessidade de modernizar o processo de transição tradicional é essencial para se reverter o cenário atual, buscar a renovação de forma menos onerosa e conflituosa, garantindo o futuro das próximas gerações.

Investigando como as mudanças promovidas pelo processo sucessório se refletem e quais os seus impactos sobre as propriedades familiares, Borec et al. (2013) demonstraram a importância de o sucessor estar vivendo na propriedade e de estar diretamente envolvido no negócio da família, inteirado sobre o dia a dia da propriedade, possibilitando, dessa forma, um processo sucessório bem sucedido. A partir de uma análise da sucessão em 40 propriedades de agricultores familiares na Eslovênia, eles demonstraram que, em 70% das propriedades de agricultura familiar, havia grandes chances de se obter um bom processo sucessório, garantindo a sobrevivência e a sustentabilidade dessas propriedades, quando o processo era realizado dessa forma.

Esses autores ressaltam que as propriedades que apresentaram um baixo potencial de ter um bom processo sucessório podem, ao longo do tempo, sofrer alterações e melhorar sua situação, dando-lhes condições de promover esse processo de forma satisfatória no futuro. Eles destacam que os fatores que podem contribuir para essa mutação são aqueles relacionados com o tamanho da propriedade e, principalmente, com o tipo de exploração socioeconômica.

Um questionamento pertinente, conforme descreve Silva (2015), é saber como se dá, ou de que forma far-se-á a reprodução geracional nas propriedades da agricultura familiar, uma vez que a sucessão não se trata apenas do direito de herdar a propriedade e os bens que ela contém. É de extrema importância que a sucessão se estenda, também, à transferência do modo de vida e, principalmente, a transferência de todo o conhecimento e saber.

Kischener, Kiyota e Perondi (2015), a partir de seus estudos, procuraram verificar os fatores que interferem na sucessão geracional e que influenciam na estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Os autores concluíram que os principais fatores que contribuem para a permanência dos jovens no meio rural estão relacionados aos aspectos de renda, convivência na comunidade e projetos de reprodução social da família.

A reprodução social e a sucessão possibilitam investigar e propor condições que viabilizem a permanência do jovem no meio rural e na agricultura. Um aspecto pertinente, que necessita ser tratado, está relacionado ao êxodo dos jovens do sexo feminino do meio rural. O afastamento das mulheres da produção agrícola pode estar relacionado à estratégia familiar de projetar a reprodução social. Esse deve ser planejado e direcionado aos diversos aspectos como a educação e a carreira profissional. O núcleo familiar define quais dos filhos serão encaminhados para estudar e se qualificar, para que, no futuro, encaixem-se profissionalmente, em uma carreira urbana e qual dos filhos será qualificado para suceder as atividades da agricultura (BRUMER, 2008).

Nas propriedades onde os jovens apresentam o interesse em dar continuidade à atividade rural, as maiores preocupações dos produtores são em relação à insegurança patrimonial do imóvel no futuro. Na atualidade, essas propriedades pertencem aos pais; posteriormente, um dos filhos será o sucessor, dando continuidade nas atividades rurais, realizando os investimentos necessários para a sustentabilidade. Essa situação é levada em consideração visto que a sucessão não garante, futuramente, a posse da propriedade, colocando em risco o investimento realizado e a sua atividade profissional (CHEMIN; AHLERT, 2010).

Silva (2015) descreve que são muitos os fatores de características macro e microssociais que exercem influência sobre a juventude rural nas suas escolhas. Dessa forma, os mesmos fatores que podem colaborar para sua permanência no campo, podem, também, exercer influência para sua saída. Essa definição dá-se

pela forma social de como são abordados esses fatores, tanto do caráter de divisão geracional quanto dos fatores sexuais presentes na divisão do trabalho no grupo familiar.

Sobre a permanência ou saída dos jovens do meio rural, Camilotto e Stock (2012) consideram que, para se alcançar o entendimento sobre a complexidade envolvendo as relações dos jovens rurais, as atividades e a perspectivas que esses possuem em relação ao futuro, parece ser necessário criar arranjos familiares que garantam aos jovens uma maior autonomia em relação ao trabalho e à renda. A modernidade promove consideráveis mudanças e obriga as propriedades a se enquadrarem, ao longo do tempo, a essa tendência. Isso parece induzir mudanças nas opções individuais e coletivas de populações rurais, alterando, significativamente, o cenário e o mapa demográfico e econômico, influenciando a criação de novas possibilidades e potenciais de desenvolvimento regional. No cenário em que se apresentam essas tendências, seria de grande importância traçar caminhos que possibilitem articular políticas econômicas e para o trabalho, mesmo que esse esteja na esfera de dentro ou de fora dos limites da agropecuária.

Entre os principais fatores que determinam a permanência do jovem no campo, de acordo com os estudos de Silva (2015), destaca-se positivamente, a visão de uma valorização do meio rural, a possibilidade de obter uma melhor qualidade de vida e a maior liberdade quanto aos fatores ligados à renda e horários de trabalho. No intuito de propor formas de incentivar a permanência das famílias no campo, Santos et al. (2014) valem-se da perspectiva de que as boas práticas agroecológicas beneficiam a produção sustentável; a conservação do solo e dos recursos naturais possibilita o fortalecimento da agricultura familiar. Além desses aspectos, a independência comercial das propriedades é de suma importância para a viabilidade e o prosseguimento dos trabalhos, visto que a comercialização dos produtos, em boa parte das propriedades, perpassa por atravessadores.

A qualidade de vida da população jovem, presente no meio rural, de um modo geral, é classificada como positiva, considerando sua relação com a natureza, a qualidade, a quantidade e diversidade de alimentos e as relações familiares. As dificuldades estruturais, como o acesso à educação e serviços de saúde, ou ao lazer, aspectos presentes nas discussões e no cotidiano dos agricultores, principalmente, na fase da juventude, evidenciam a necessidade de abordar e

propor discussões que venham traçar novos caminhos que possibilitem a continuidade da produção nos núcleos familiares (CAMILOTTO; STOCK, 2012).

De acordo com Brumer (2008), a sucessão nas propriedades familiares ainda é tida como um processo com propostas à masculinização; as mulheres não são legitimadas a dar seguimento às atividades produtivas. As estratégias familiares para guiar o processo sucessório, nas propriedades da agricultura familiar, são baseadas nas questões técnicas e nas questões relacionadas à gestão da propriedade. O interesse do filho, em dar segmento na atividade produtiva da família, acaba por determinar a sua legitimidade; os demais filhos, principalmente as mulheres, buscam no meio urbano uma posição profissional e a qualificação escolar.

A mesma autora chama a atenção para a necessidade de se analisar os aspectos relacionados à exclusão feminina das atividades praticadas na agricultura familiar. As qualificações profissional e escolar são consideradas fatores que determinam esse distanciamento, visto a imposição ou o pré-conceito existente no meio rural que permeia essa classe. A legitimidade social da agricultura familiar, em relação à inserção da mulher no processo sucessório, considera que essa não deve fazer parte apenas da divisão da herança familiar, mas também, que exerça seu papel na sucessão e manutenção das atividades produtivas e sociais. Esse fato apresentado pela autora é identificado na realidade das propriedades, uma vez que se verifica que há um distanciamento das mulheres em relação à vida no meio rural, à sucessão e às práticas agrícolas. Isso se deve, principalmente, pela consideração da fragilidade quanto ao desempenho das atividades produtivas e a desconsideração das atividades domésticas como parte integrante das atividades familiares, restando, assim, na maioria dos casos, a dedicação aos estudos e ao trabalho urbano.

O tamanho da propriedade, a localização, o grau de escolaridade e o acesso ao crédito são, conforme Souza (2013), fatores determinantes que exercem influência no processo sucessório nos estabelecimentos produtores de leite em Coronel Xavier Chaves e Silveirânia, em Minas Gerais. O estudo constatou que as unidades rurais produtoras de leite, ao longo do processo sucessório, dão prioridade ao aperfeiçoamento do processo de renovação e manutenção patrimonial e, em segundo plano, às tratativas relacionadas à geração de lucro.

De acordo com Castro (2009), a imagem da juventude rural, no Brasil, é associada ao processo de migração do campo para a cidade. Ficar ou sair do campo

ainda é o grande dilema que muitos dos jovens rurais sofrem. Esse dilema perpassa por diversas questões; o desinteresse da juventude pela atividade rural é o grande entrave para o desenvolvimento desse segmento.

Os desafios presentes na fase de sucessão estão entre alguns dos fatores que exercem influências na permanência dos agricultores familiares no meio rural, desempenhando suas atividades produtivas e sociais. Além disso, a sobrevivência desse segmento produtivo, no presente cenário, exige uma capacidade de adaptação constante, principalmente no que diz respeito às condições estruturais, tecnológicas, financeiras e comerciais. A geração de renda está entre os mais importantes pilares da sobrevivência da agricultura familiar, assim, a pluriatividade vem sendo um fator diferencial e estratégico nesse contexto.

3.2 Pluriatividade como forma de sobrevivência na agricultura familiar

Na atual realidade que vivemos, torna-se, cada vez mais, comum que as famílias necessitem complementar sua renda. Nesse contexto, temos os agricultores familiares que buscam inovar e, como consequência, maior rendimento, sem deixar de lado a qualidade. Assim, a pluriatividade pelo “olhar” de Schneider et al. (2006, p.1) nos traz que:

“[...] lentamente, a pluriatividade passa a ser reconhecida entre os especialistas e formuladores de políticas como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento rural que visa fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares [...]”.

Essa diversificação de atividade já vem sendo adotada há bastante tempo, tanto nas famílias agrícolas como nas não-agrícolas. Como afirma Godoy e Wizniewsky (2013), esse fato não deve ser considerado como uma prática inovadora e recente. Essa não se trata de uma “nova” estratégia utilizada nas propriedades agrícolas.

A pluriatividade é entendida por Wanderley (1997) como a prova da capacidade de adaptação da agricultura familiar, trazendo um novo contexto social, uma forma de proporcionar que as famílias permaneçam no meio rural. Nesse sentido, a pluriatividade é a forma de viabilizar a sobrevivência da agricultura

familiar, proporcionando que famílias não tenham que deixar suas propriedades, ou seja, garante sua permanência no campo.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a uma “lenta e gradual” subordinação à indústria. Assim, o processo é comandado pela relação existente entre tecnologia e competitividade, que possibilitou a incorporação de uma capacidade industrial às propriedades que absorveram os modernos fatores. No entanto, o autor destaca que as mudanças estruturais nos modelos produtivos, que passaram a contextualizar um modelo capitalista, não passam a desconsiderar desse contexto as propriedades pequenas, isso devido à capacidade dessas em desenvolver meio de geração de renda e ocupação de modo acessório (KAUTSKY, 1980 *apud* SCHNEIDER, 2003).

O mesmo autor destaca que a permanência das famílias em suas propriedades estaria relacionada à própria natureza do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, porque não se opõe à superioridade técnica e empresarial da grande exploração, o que favorece a obtenção de maior taxa de lucro pelos capitalistas. Os pequenos proprietários continuariam a desempenhar o papel fundamental de fornecimento da força de trabalho para as unidades maiores.

Outro aspecto que pode ser destacado é que essas atividades ajudam na redução da pobreza, já que, na maioria das vezes, a renda das famílias rurais depende da combinação de fatores, como o valor obtido na produção agropecuária, dos salários recebidos pelos membros da família em outras explorações agrícolas e das chamadas rendas não-agrícolas, como pensões, aluguéis, aposentadoria, etc. (KAGEYAMA, 2001).

Conforme Schneider (2009), as atividades agrícolas possuem princípios diversificados e complexos. A partir dessa consideração, torna-se difícil determinar o seu início e término. Para o autor, essa consideração estará sempre em discussão, considerando que essas arbitrariedades fazem parte desse contexto, visto que não ocorre uma divisão e percepção dos agricultores quanto às atividades agrícolas e não-agrícolas.

Então, conforme Kageyama (2001), a pluriatividade passa a ser um instrumento para entender a produção familiar. A pluriatividade é o fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas, quando pensamos na renda dessas pessoas. Como consequência, essas famílias geram múltiplos empregos com uma

fonte de renda diversificada. Tem sido referido na literatura, às vezes, sem muita distinção, como pluriatividade ou como agricultura de tempo parcial.

Nesse sentido, como ressalta Schneider (2009), a pluriatividade pode apresentar características individuais ou coletivas. Essa relação considera que, quando um dos indivíduos de uma determinada família passa a realizar atividades que perpassam as relações de trabalho presentes na propriedade, é caracterizada a pluriatividade. Assim, precisa-se considerar que a pluriatividade possui sua consideração apenas na ocorrência da combinação do desempenho de atividades agrícolas e as não-agrícolas. Os estudos desse autor também revelam que a pluriatividade foi influenciada pelos processos de modernização, terceirização e o aumento das relações de trabalhos baseadas na prestação de serviços da agricultura. O desenvolvimento das atividades industriais também contribuiu para o crescimento da oferta de força de trabalho pelos agricultores familiares.

A pluriatividade possui a capacidade de criar um cenário de diversificação e reprodução social nas famílias da agricultura familiar, possibilitando, assim, o acesso ao mercado de emprego, renda e estabilidade, oportunidade aos jovens que possuem interesse em manter a produção nas propriedades da agricultura familiar.

Para Schneider (2009), o desempenho da pluriatividade deve estar relacionado às propriedades da agricultura familiar que, por razões de indisponibilidade de recursos e o tamanho reduzido de terras, possuem dificuldades de manter o seu sustento e a manutenção das atividades. Essas quando relacionadas à pluriatividade, devem possibilitar o complemento de ocupação e renda auferida pelas propriedades.

Isso demonstra que a agricultura familiar é o cenário ideal para a ocorrência da pluriatividade, justificando, dessa forma, a permanência no meio rural e a manutenção sustentável das atividades agrícolas. A proposta da pluriatividade está em diversificar as fontes que compõem a geração de renda familiar suficiente para o sustento das pessoas e a manutenção da propriedade.

Deve ser ressaltada, também, a importância de existir políticas públicas destinadas a incentivar a diversificação de atividades. Para Carneiro (2008), se forem dadas aos jovens as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades alternativas à agricultura e ampliadas e melhoradas as condições de acesso aos bens (materiais e simbólicos), com certeza, será valorizada a vida no campo, passando, assim, a oferecer alternativas bem mais atraentes.

O desenvolvimento de fontes de geração de renda na agricultura familiar está relacionado à capacidade produtiva e diversificada da propriedade e da força de trabalho dos indivíduos que compõem as famílias. Porém, o alcance dessas condições depende de políticas públicas que viabilizem o acesso ao crédito e ao mercado.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Bianchini (2005), a análise e os estudos proferidos sobre a agricultura brasileira, aliada às contribuições da FAO/INCRA, ao estabelecer parâmetros norteadores para a construção das políticas públicas sensíveis às especificidades dos distintos tipos de agricultores familiares presentes no Brasil, possibilitaram estruturar e qualificar um tratamento de forma mais igualitário aos produtores. Nesse aspecto, segundo Fürstenau (1987), a partir dos anos 1960, a agricultura, no Brasil, começa a ganhar visibilidade e passou a ser vista como parte integrante de um grande complexo agroindustrial. A agricultura, na sua história, é caracterizada pela carência de crédito para investimento nas atividades, dificultando a integração ao processo de modernização e fragilizando o crescimento econômico do país.

A partir desse período, a agricultura brasileira passou a ser considerada determinante para o desenvolvimento do Brasil. O desafio estava em ampliar a capacidade produtiva para atender às necessidades de exportação e a criação de divisas. Para isso, as políticas públicas passaram a ter o papel de promover esse desenvolvimento por meio de financiamentos e condições comerciais.

De acordo com Massuquetti e Netto (2000), a história do financiamento rural, no Brasil, teve seu início em 1965, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Essa política de investimento rural buscava inserir a produção agropecuária ao processo de modernização nacional. Conforme Nante (2001), o crédito ofertado, inicialmente, pelo SNCR era destinado ao investimento em insumos modernos, como máquinas, equipamentos, defensivos e fertilizantes, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva da propriedade.

Segundo Gasques e Verde (1995), o surgimento de novas linhas de fomento disponíveis aos agricultores começou a surgir na década de 1980. Essa nova linha era, diferentemente da anterior, de instituições privadas, que possibilitam a

abrangência e o acesso de outros segmentos de produção da agropecuária brasileira. Essa linha de crédito privado possuía maiores taxas de juros e apresentava um alto nível de exigibilidade como garantias. Para acompanhar a evolução, a produção agropecuária necessita de acesso à informação e à tecnologia a fim de obter uma produção eficiente e com qualidade, garantindo aos produtores a sustentabilidade e a permanência no segmento.

Nesse período, apesar das linhas de crédito e financiamento não possuírem taxas de juros atrativas, as instituições financeiras privadas passaram a ter um importante papel, tendo em vista a sua capacidade de atender aqueles agricultores que não estavam enquadrados nos critérios do SNCR. Com isso, se ampliou a oferta de crédito aos agricultores que antes não tinham acesso aos mercados das novas tecnologias de modernização.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE (2006), apenas 781 mil estabelecimentos da agricultura familiar realizaram a captação de recurso para custeio da produção, investimento, comercialização e manutenção. Mais de 3,5 milhões de estabelecimentos não utilizavam qualquer forma de financiamento, considerando que a grande maioria não pretendia realizar investimento ou não obtinha informações, conhecimento, orientação, ou por receio de contrair dívidas.

Conforme Batalha (2001), o governo federal possui a maior fatia em relação à disponibilidade de recursos para o investimento na agropecuária. Por meio do Banco do Brasil, o governo pulveriza grande parte dos recursos ofertados. A gestão da oferta de crédito é orientada para beneficiar o acesso aos captadores em busca de um melhor retorno para os investimentos e a redução dos riscos.

Abramovay (1999) considera que a agricultura familiar se fortaleceu a partir do momento que o Estado passou a considerar esse segmento como peça fundamental para o desenvolvimento do país. O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), nesse contexto, foi determinante na transferência de renda para a agricultura familiar que exerce papel fundamental no que diz respeito à segurança alimentar e ocupação da população rural. De acordo com o mesmo autor, a inclusão promovida por meio do acesso ao PRONAF possibilitou um fortalecimento da agricultura familiar em função da grande relevância que esse setor representa na produção de alimentos para o mercado interno. O PRONAF desenvolve o sistema de incentivo à produção sustentável por meio dos

estímulos à diversificação da capacidade produtiva no núcleo familiar, com o objetivo de fortalecer a permanência e a geração de renda para o homem do campo.

4.1 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995, por meio da Resolução nº2.191, do Banco Central do Brasil. Essa resolução foi instituída em 1996, pelo Decreto nº 1946. A implantação desse programa possibilitou o acesso ao crédito, em larga escala, para a agricultura familiar, propiciou um aumento significativo no número de unidades produtivas que geram renda e um aumento expressivo nos níveis de ocupação e na qualidade de vida. Esse programa considerou o enquadramento da agricultura familiar com base em três características. A primeira é a gestão da unidade produtiva desempenhada por indivíduos que possuam laços consanguíneos ou casamento. A segunda é que grande parte do trabalho seja realizado pelos membros da família. A terceira é o fato de os meios de produção serem de propriedade do grupo familiar, possibilitando a transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos líderes do grupo familiar (FAO/INCRA, 1996).

Para Abramovay (2003), o desempenho da agricultura familiar no país, antes de tudo, é um desafio à necessidade de produção de alimentos para uma nação. Grande parte da produção de alimentos, que está presente na mesa dos brasileiros, é produzida pela agricultura familiar. Essa agricultura, no Brasil, além de ser extremamente importante para a produção de alimentos, transforma o campo em um local de oportunidade e crescimento, potencializando a geração de renda, a produção sustentável e a manutenção de relações sociais entre os indivíduos.

Para isso, a oferta de crédito torna-se peça fundamental para a promoção desse processo. O PRONAF é o programa de política pública que possibilitou o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar no país. Para Fernandes (2013), o PRONAF, inicialmente, apresentava uma organização dividida em quatro linhas de atuação que atendiam à necessidade de crédito da agricultura familiar e a estrutura pública municipal. O principal foco do programa estava no financiamento da produção em que a destinação dos recursos era voltada para o custeio e investimento da atividade praticada nas propriedades da agricultura familiar. O

crédito, por sua vez, era ofertado diretamente pelos bancos que realizavam as negociações junto aos agricultores.

Apesar de o PRONAF possuir, como prioridade, os atendimentos das necessidades de crédito da agricultura familiar, inicialmente, quando da sua implantação, não foi observada essa prática. A oferta do PRONAF era direcionada às propriedades que apresentavam potencial de aplicação tecnológica e que possuíssem as garantias exigidas pelos bancos. Dessa forma, o público-alvo nesse período eram agricultores familiares em fase de transformação produtiva e mercadológica, com perfil de gestão voltado para a sustentabilidade econômica da propriedade. Essas considerações resultaram na exclusão de milhões de agricultores familiares que possuem a agricultura como um meio de subsistência.

Conforme Fernandes (2013), o PRONAF é um programa inovador com o objetivo de atender às necessidades e viabilizar a produção da agricultura familiar, frisando a relevância desse segmento produtivo para o sistema agropecuário brasileiro. Esse programa possibilitou o fortalecimento das pequenas propriedades e qualificou a vida do homem do campo. A agricultura familiar brasileira, assim como ocorre nos países desenvolvidos, é dependente da ação do Estado para garantir a sustentabilidade da atividade e manter os agricultores no campo, evitando o êxodo rural. Esse propósito só pôde ser alcançado por meio da implantação de um programa de crédito dirigido aos agricultores familiares em benefício de inserir esse segmento como uma classe social no cenário econômico, desmistificando a visão que se tinha da agricultura familiar no Brasil.

Segundo Buianain (1999), o objetivo do PRONAF esteve atrelado à necessidade de fortalecer a competitividade da agricultura familiar dentro do setor de agronegócios. Por meio da oferta de crédito, buscava-se atender às necessidades produtivas e estruturais das propriedades familiares, além de aliar esforços por meio de ações estatais e municipais, buscando eliminar os gargalos que impediam o desenvolvimento dos territórios rurais onde estava presente a produção familiar.

Já para Denardi (2001), o PRONAF é um programa que foi uma conquista dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais. O programa é resultado da atuação legítima do Estado em benefício de uma classe social, nesse caso, os agricultores familiares que, historicamente, sofrem com a marginalização em relação ao acesso aos benefícios das políticas agrícolas.

De acordo com Silva (2000), o PRONAF possui, como eixo principal, o acesso ao crédito para financiar a produção agrícola e a infraestrutura. O financiamento da produção é constituído por linhas de crédito distribuídas em cinco categorias de beneficiários. A definição e a classificação das categorias são determinadas pelo agrupamento das diferentes características dos agricultores familiares brasileiros.

Na visão de Mattei (2005), os resultados obtidos a partir da implantação do PRONAF podem ser analisados em duas fases distintas. A primeira fase abrange o período de 1996 a 1999, período em que ocorreu a implantação do programa. Essa primeira fase contou com a disponibilidade de um aporte de recursos que alcançou R\$ 1.896 bilhões, porém desse montante apenas R\$ 313 milhões foram, efetivamente, distribuídos e investidos nas propriedades. Esse resultado revelou a ocorrência do direcionamento do crédito para outro público que obtinha estruturas produtivas anuais.

A distribuição dos recursos ofertados pelo PRONAF obtém dois momentos distintos em relação ao montante disponível para captação. Entre o período de 1999 a 2002, o volume de recursos ficou em torno de 2 bilhões. Os recursos tiveram expansão a partir do ano de 2003 e, sucessivamente, no de 2004, quando o volume triplicou em comparação com o ano de 1999. A agricultura familiar, no ano de 2005, obteve a disponibilidade de R\$ 7 bilhões; já a agricultura patronal, nesse mesmo ano, obteve a oferta de 50 bilhões (VEZZALI, 2007).

O PRONAF, em sua segunda fase, após o ano de 2000, passou a apresentar melhores resultados no que diz respeito a sua abrangência e distribuição uniforme. Isso foi possível pelo fato da reformulação dos critérios de classificação dos agricultores quanto à captação dos recursos. Passou-se a considerar para a seleção a definição de 4 modalidades para classificação da renda. Esse método possibilitou ampliar, consideravelmente, o número de contratos e uma distribuição mais igualitária dos recursos. Entre os anos de 1999 e 2004, houve a ampliação em 100% dos contratos (MATTEI, 2005).

4.1.1 Real público do PRONAF

De acordo com Correa e Ortega (2002), um dos principais pontos levantados pelas críticas ao PRONAF está relacionado ao direcionamento e à destinação de suas linhas. Alguns pontos, como a forma de distribuição dos recursos, regiões e

culturas, destacam-se como fatores a serem discutidos e avaliados em contrapartida às necessidades de financiar a produção de alimentos no país. O financiamento da produção agropecuária no Brasil sempre esteve direcionado aos donos de grandes propriedades, caracterizando, assim, uma concentração dessa oferta em um determinado grupo, nesse caso, propriedades com potências capitalistas.

Para os mesmos autores, o PRONAF deveria ser uma forma de democratizar o acesso ao crédito, a sua oferta e o seu alcance deveriam servir como meio de atender às necessidades da imensa população de agricultores familiares existentes no país. Isso são fatos que, na prática, não são observados com muita frequência, o acesso ao financiamento mantém critérios exclusivos a uma parte significativa de agricultores, passando a manter características concentradoras como em outros momentos da história do crédito rural. Algumas normas do programa passam a direcionar a essa centralização, principalmente, no que diz respeito às garantias exigidas para que ocorra a liberação dos créditos.

Conforme Carneiro (1997), a proposta do PRONAF apresentava uma nova concepção inovadora a partir de premissas que objetivavam, principalmente, o direcionamento aos agricultores familiares que, até então, eram marginalizados no que diz respeito ao acesso ao crédito. Outro importante fato está relacionado à implantação de processos produtivos sustentáveis que eram totalmente rejeitados pela produção do agronegócio. Por fim, outro assunto que ganha destaque nessa consideração da oferta de crédito à agricultura familiar está relacionado à inclusão desse segmento produtivo ao contexto social mais justo.

O autor ainda menciona que a base referencial do PRONAF possui pontos baseados na bem-sucedida modernização ocorrida na França. Porém, uma grande diferença comparativa entre os dois modelos refere-se à capacidade do Estado em criar um aporte de políticas públicas e de investimentos que possibilitassem essa transformação.

Segundo Bruno e Dias (2004), o PRONAF possui particularidades que alimentam a manutenção da produção social, aliada à capacidade de gerar renda em benefício do desenvolvimento econômico dessa categoria. Por esses motivos, a seletividade do programa define critérios que objetivam a criação dessas capacidades. A capacidade de implantação de novas tecnologias, a mecanização e a expansão mercadológica passam a ser elementos essenciais presentes nas propriedades contempladas.

De acordo com Corrêa e Silva (2004), a partir do momento em que se buscou distinguir a agricultura familiar do modelo produtivo patronal, não distinto quando do processo de modernização, percebeu-se que existiam necessidades básicas para o desenvolvimento desse setor. Nesse mesmo sentido, Abramovay e Veiga (1999) destacam que o PRONAF ainda é um programa repleto de carências, considerando o baixo número de agricultores familiares que acessam essas linhas de financiamento.

Por sua vez, Guanziroli (2006) considera que, na prática, o PRONAF possui como foco a distribuição de recursos aos agricultores familiares com melhores situações financeiras, considerando que devem comprovar renda compatível à capacidade necessária para honrar as obrigações do crédito. Nesse sentido, as propriedades precisariam, primeiramente, estruturar-se ao ponto de atender às exigências impostas. Essa situação traz à tona o sentido da existência do programa, uma vez que esse imputaria a necessidade da criação de outras políticas que viabilizassem a promoção da estrutura inicial exigida.

4.1.2 Dificuldades de acesso ao PRONAF

Conforme Bittencourt e Abramovay (2001), o sistema bancário proporciona um dos principais entraves no que diz respeito ao acesso ao crédito e financiamento direcionados aos agricultores familiares. O modelo de atuação do sistema bancário, tanto estatal quanto privado, impossibilita a criação de uma relação duradoura com os indivíduos que possuem baixos níveis de renda. A precariedade, as grandes instituições financeiras estatais e o desprezo dos bancos privados em tratar o acesso ao crédito com populações desprovidas de renda possibilitaram o desenvolvimento do interesse de outras instituições em absorver essa demanda.

Os mesmos autores referem que outro fator que ganha destaque, quando do acesso ao PRONAF, está relacionado à falta de agilidade nos processos de concessão do crédito, isso devido à baixa oferta de recursos, em determinados momentos, processos burocráticos e a falta de capacidade humana apresentada por algumas instituições financeiras. Nesse sentido, um outro ponto pode ser destacado quando se observa a dificuldade de acesso ao PRONAF. Esse está ligado ao exagero das garantias solicitadas para atender à burocracia.

Nesse contexto, de acordo com Belik (2000), em diversas regiões, as agências do Banco do Brasil, umas das responsáveis por pulverizar o PRONAF, exigem uma gama de garantias como, por exemplo, hipotecas de imóveis, reciprocidade, avalistas e, entre outros, isso acaba por inviabilizar, em muitos casos, o acesso de agricultores que possuem a condição de posseiros e assentados.

Um fato de destaque, que passa a ser tratado com cautela pelos bancos, está relacionado a inadimplências nos pagamentos dos recursos disponibilizados. De acordo com Assis e Silva (2003), em benefício de minimizar essa ocorrência, recorrem ao aumento das exigências quando da tomada dos financiamentos, agravando, assim, a situação de inviabilidade de uma parcela expressiva de produtores. A descapitalização de grande parte das propriedades da agricultura familiar passa a ser o principal impasse da proposta integradora do PRONAF.

Conforme Búrigo (1999), o PRONAF, em uma consideração a respeito da sustentabilidade operacional, enfrenta uma série de dificuldades no que se refere à manutenção de sua oferta, visto a baixa remuneração de suas ações aos bancos que disponibilizam essa oferta. Outros problemas estão relacionados à ocorrência de uma relação distante entre as instituições financeiras e os agricultores, isso devido à falta de experiência dessas organizações em atender a esse público. Dessa forma, esse programa de crédito vem acarretando uma série de dificuldades que se estendem desde a precariedade na divulgação de informações até a divergências quando da aplicação dos princípios do programa.

O autor também destaca que outro problema identificado na operacionalização do PRONAF está relacionado ao longo prazo para a liberação dos recursos presentes em algumas linhas de crédito que divergem da proposta do programa. Essa situação resulta em prejuízos aos produtores que buscam essa fonte de recursos, fatores sazonais pertinentes ao ciclo produtivo acabam sendo prejudicados com essas situações de atrasos e empasses quando da liberação dos recursos.

De acordo com Ferreira et al. (2002), nas relações comerciais existentes entre as instituições financeiras e os produtores familiares, é de praxe a imposição relacionada à aquisição de serviços bancários aos agricultores, o que implica no aumento dos custos a eles. A incidência da obrigatoriedade da compra de produtos financeiros por parte dos agricultores que acessam o PRONAF acarreta no aumento do endividamento da propriedade perante as instituições bancárias. Essa situação

demonstra a falta de sensibilidade das instituições que estão à frente da representatividade desse programa governamental, visto que o objetivo está em proporcionar um subsídio ao atendimento de uma situação de fragilidade em que se encontra a grande maioria desses produtores.

Um fato pertinente em relação às dificuldades de acesso ao PRONAF, conforme mencionado por Bittencourt (2003), está relacionado aos pontos de localização das agências financeiras que ofertam o programa. A grande maioria das instituições financeiras estão nos centros das cidades e, quase sempre, os beneficiários do PRONAF estão localizados em propriedade distantes. Assim, acabam tendo despesas referentes ao deslocamento até as dependências dos bancos. Essa etapa, por sua vez, é apenas uma dentre as demais em que o produtor familiar deverá superar para atender a todas as demandas do programa. Uma outra tarefa está relacionada à obtenção da DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, em que o agricultor deve procurar a EMATER ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais localizados em sua cidade para providenciar essa declaração.

Conforme a concepção do mesmo autor, uma das possibilidades do PRONAF está relacionada à formação de grupos de aval solidário, sendo que esses são um entrave ao acesso dos recursos, considerando que, em muitos desses grupos, os agricultores não depositam confiança nos demais componentes, situação essa que inviabiliza a concretização dos financiamentos ligados a essa modalidade.

Preto (2005) destaca que existe um outro problema relacionado ao acesso ao PRONAF. Esse estaria ligado ao favorecimento, por parte das instituições financeiras, em relação à oferta de algumas linhas de crédito. Os planos destinados ao custeio nas propriedades da agricultura familiar estariam sendo o foco dos bancos, visto os prazos de retorno presentes nessas linhas. Por outro lado, Ferreira et al. (2002) também destacam que o programa está perdendo em partes a sua objetividade, considerando que os bancos passaram, ao longo do tempo, a dificultar o acesso aos recursos destinados aos investimentos de estruturação das propriedades familiares.

4.2 Papel das instituições de crédito

De acordo com Berquo (2006), no decorrer dos anos, a atuação e o desempenho das intermediações financeiras vêm passando por importantes

mudanças e melhorias. Os processos de controle de moeda e das operações financeiras de crédito passam a obedecer a regras que orientam as atuações das instituições e dos órgãos que as regulamentam.

Para Kaufman (1973), os recursos financeiros devem estar em equilíbrio; sendo assim, os mercados financeiros tornam-se os responsáveis por esse ajuste. Portanto, surge a figura do intermediador, que aparece para preencher essa lacuna. Nesse cenário, o intermediador financeiro torna-se responsável por captar recursos junto aos agentes superavitários e direcioná-los aos agentes econômicos deficitários.

Conforme Assaf Neto (2009), a instituição financeira intervém no processo de mediação, sem ter envolvimento direto com os recursos, simplesmente, favorece a realização da transação entre poupadores e tomador de recursos, financiando, dessa forma, as necessidades de investimentos, capital de giro e gastos de consumo.

As instituições financeiras e de crédito, por sua vez, possuem um papel determinante na oferta de recursos. São elas que possibilitam a pulverização do capital em benefício das pessoas e organizações que dele necessitam. Durante o processo de movimentações de recursos, por parte dos agentes econômicos, as operações financeiras superavitárias para os deficitários poderiam ser realizadas de forma direta; entretanto, os agentes econômicos superavitários, em sua maioria, não consideram como principal as atividades de destinação de seus recursos excedentes, com vistas a financiamento dos agentes econômicos deficitários (CLEMENTE; KÜHL, 2006). Segundo esses autores, o mercado de crédito, sendo responsável pelo financiamento dos setores produtivos da economia, dedica-se a contribuir para o suprimento de suas deficiências de capital de giro, investimentos e das chamadas operações correntes (curto e longo prazo), amparadas por garantias, que podem ser hipotecas, penhor ou fiança.

Bittencourt (2003) nos diz que os agricultores familiares necessitam de crédito, mas também necessitam ter acesso a vários serviços financeiros. As cooperativas de crédito são provas disso, constituídas por agricultores familiares de baixa renda, nas quais esses demandam por atividades financeiras. Também têm mostrado que é economicamente viável o financiamento das atividades, obtendo, inclusive, excelentes taxas de adimplência.

Na descrição das falas dos agricultores, percebe-se a relevância das cooperativas de crédito para a agricultura familiar. Diferentemente da atuação das demais instituições financeiras, essas possuem como característica uma visão mais focada nesse público, possibilitando, assim, o atendimento de necessidades específicas e particulares desses agricultores. Contudo, Bittencourt e Abramovay (2001) mostram que, em função de todos os obstáculos existentes para o acesso ao crédito a partir da lógica do sistema bancário, o Sistema Cresol (Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária) representa uma alternativa frente às demais instituições bancárias. Isso porque esse Sistema contribui para mostrar que os recursos governamentais podem chegar a populações sem garantias e contrapartidas, em proporção muito maior do que os bancos são capazes de propiciar, por isso o Cresol tem o objetivo explícito de enfrentar esse problema e parte da premissa de que existe um público não contemplado pelas instituições bancárias, o qual necessita de uma geração de renda, sendo essa inibida pelas restrições sociais a que agricultores, desprovidos de patrimônio submetem-se quando solicitam crédito.

4.3 Mercados institucionais de alimentos

No ano de 1955, por meio do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar o governo federal passou a distribuir recursos aos estados e municípios, visando à aquisição de alimentos para a merenda escolar dos alunos que estivessem vinculados à educação básica em escolas públicas e em instituições filantrópicas (BRASIL, 2013). De acordo com Turpin (2008), a compra de alimentos destinados ao suprimento das instituições governamentais, até meados da década de 1990, ainda era centralizada no Governo Federal, quando os alimentos, em grande parte, eram industrializados. Entre eles, destacavam-se biscoitos, leite em pó, carne enlatada e achocolatados. A partir desse período, o Conselho Nacional de Saúde intensificou as críticas quanto à qualidade da alimentação disponibilizada pelo Governo Federal. Sob essa pressão, passou-se a descentralizar esse processo.

Essa descentralização foi formalmente implantada, a partir do ano 1998, com a criação de FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão vinculado ao MEC - Ministério da Educação. Porém, somente no ano de 2001, foi

determinada a obrigatoriedade de que 70% das verbas destinadas à alimentação fossem direcionadas à aquisição de produtos agrícolas (BRASIL, 2013).

De acordo com Maciel (2008), o mercado institucional de alimentos, em uma reflexão ampla, leva em consideração a participação de três importantes esferas governamentais: os municípios, o estado e o governo federal. São eles os principais atores que possibilitam a ocorrência das operações de compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Essa relação de consumo pode ocorrer de forma contínua, como é o caso do consumo das escolas, hospitais e creches. Outra forma de direcionar essa produção está relacionada às demandas esporádicas. Isso ocorre em situações de calamidade pública ou programas que preveem o controle de preços, como é o caso das Políticas de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) ou Programas de Aquisição de Alimentos (PAA).

Conforme Peraci e Bittencourt (2010), o PAA foi criado em 2003 com o objetivo de integrar o “Fome Zero”, um programa governamental com o intuito de combater a fome e a miséria no país. O principal objetivo deste era incentivar a produção e a comercialização da produção realizada nas propriedades da agricultura familiar, sendo estruturado a partir das seguintes diretrizes: I) incentivar a produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, contribuindo assim para sua segurança alimentar; II) gerar renda entre os agricultores familiares mais pobres com a venda do excedente de sua produção ao governo federal; III) incentivar a criação ou o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar nas comunidades em que esses eram frágeis ou inexistentes; IV) ampliar os estoques de alimentos para a distribuição pelos programas alimentares, procurando garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; e V) promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (PERACI; BITTENCOURT, 2010).

O programa PAA possibilita a garantia de renda aos agricultores familiares e o desenvolvimento das condições de alimentação dos indivíduos que se encontram em situação de insegurança alimentar ou vulnerabilidade social. Na realidade do país, a segurança alimentar e a fome ainda são desafios contemporâneos; sendo assim, a agricultura familiar possui um papel estratégico nesse contexto (PERACI; BITTENCOURT, 2010).

Para se alcançar os objetivos propostos do programa, foram criados mecanismos de incentivos comerciais à aquisição direta da produção realizada nas propriedades da agricultura familiar. A principal inovação estava em desenvolver um modelo que dispensasse a necessidade de intermediários, possibilitando uma relação direta entre governo e agricultores. Para outros destinos, as principais organizações beneficiadas são escolas, entidades sociais, restaurantes populares e programas de distribuição de cestas básicas (BRASIL, 2012). A operacionalização do programa está dividida em cinco modalidades: I) compra direta da agricultura familiar; II) compra da agricultura familiar com doação simultânea; III) formação de estoque pela agricultura familiar; IV) incentivo à produção e consumo do leite; e V) compra institucional.

De acordo com Silva et al. (2014), o surgimento dos mercados institucionais passa a formatar o Estado como um defensor das causas dos agricultores familiares que, até então, eram marginalizados em relação às políticas públicas que possibilitassem a qualificação das atividades e a valorização comercial. Nesse sentido, os mercados institucionais passaram a dar garantias que, anteriormente, não eram possíveis. Essas medidas possibilitaram atingir um conjunto de objetivos: de um lado, a contribuição no escoamento da produção agrícola e, por outro lado, o fornecimento de alimentos às pessoas em condições de vulnerabilidade.

A relação presente nos mercados institucionais é caracterizada pela “cooperação institucional”, onde compradores, consumidores e fornecedores possuem um engajamento a partir do diálogo e o prévio planejamento, diferentemente das relações comerciais tradicionais, em que os objetivos estão voltados para a maximização dos resultados financeiros. O apoio mútuo presente entre as partes passa a desfavorecer a relação de vantagens competitivas, sendo que uma série de fatores, como preço, quantidade ofertada e qualidade já estão acordadas (MACIEL, 2008).

Pode-se, então, perceber, de acordo com as considerações de Turpin (2008), Grisa (2012) e Triches e Schneider (2010; 2012), que o mercado institucional favorece a inserção, de formas mais justas, da agricultura familiar. Ao longo dos anos, essas mudanças determinaram transformações de ambos os lados, fornecedores e consumidores, uma vez que ocorreram melhorias expressivas na qualidade da alimentação fornecida às instituições governamentais e, por outro lado, uma distribuição de mercado e renda às categorias dos produtores familiares.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os elementos da metodologia que serviram de base para a análise dos efeitos das políticas públicas de crédito e financiamento sobre a permanência da agricultura familiar de Santo Antônio da Patrulha-RS. Apresenta-se, também, as ferramentas e instrumentos metodológicos determinantes para a realização da coleta dos dados junto aos entrevistados, e o seu tratamento, para a verificação da importância e dos fatores de manutenção dessas famílias e de suas atividades agrícolas nos estabelecimentos rurais.

Conforme Yin (2001, p.19), um estudo como este normalmente se utiliza “[...] quando se colocam questões do tipo “como” e “por quê”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre o evento e quando o foco se concentra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Assim, percebe-se que este estudo atende a esses requisitos, considerando a temática e a problematização proposta e investigada.

Da forma como se estruturou a problematização do presente estudo, um levantamento bibliográfico enriqueceu a pesquisa com dados secundários sobre temas relacionados à trajetória histórica da agricultura brasileira, apresentando-se aspectos do seu desenvolvimento econômico, social e político. Esse levantamento possibilitou analisar a organização desse contexto histórico, as limitações e os potenciais que influenciaram o desenvolvimento da agricultura familiar no país.

Assim, após a estruturação e a problematização de pesquisa, foi possível realizar uma revisão bibliográfica, abordando temas como a trajetória histórica da agricultura no país, políticas públicas, financiamento e crédito, êxodo rural, sucessão e a pluriatividade, temas esses presentes na literatura. Esse levantamento possibilitou a apropriação e a compreensão dos diversos fatores que exercem influência para a manutenção das atividades agrícolas familiares.

Em relação à modalidade, essa será uma pesquisa exploratória visando proporcionar maior familiaridade do problema por meio do levantamento bibliográfico e de uma pesquisa de campo, com a aplicação de entrevistas com agricultores familiares de Santo Antônio da Patrulha. De acordo com Vergara (2000), a aplicação de uma pesquisa descritiva possibilita apresentar as características de um determinado fenômeno, identificado por meio da coleta de dados.

Este estudo relacionou, a partir da utilização de ferramentas qualitativas, a percepção dos agricultores familiares entrevistados no que diz respeito às motivações que contribuíram para a manutenção ou para o abandono das atividades agrícolas. De um modo geral, essa escolha se adequa à necessidade do estudo, uma vez que se buscou aprofundar o conhecimento a respeito da realidade desse grupo de agricultores a partir da coleta exploratória dos dados.

No que diz respeito à representatividade da amostra, a partir da consideração de que o estudo aborda o caso dos agricultores familiares de Santo Antônio da Patrulha entrevistados, deixando assim de realizar uma relação generalizada, ficando restrita ao universo abordado no estudo. Assim, conforme destacado por Gil (2001), o estudo de caso considera uma determinada limitação que, por natureza, não garante que uma determinada delimitação seja representativa em relação ao universo que pertence.

Outro fato está relacionado à aplicabilidade dos resultados, já que, conforme Becker (1997), um estudo de caso pode não apresentar os resultados estimados quando da sua reaplicação, uma vez que os fatores relacionados à temporalidade exercem influência quando da abordagem de uma determinada problemática, desvendando as múltiplas faces do fenômeno abordado.

Nesse sentido, a questão que envolve os limites quando da aplicação do estudo de caso, considerando seu aspecto metodológico, torna-se válida a partir do momento em que são apresentados um conjunto de dados que expressam a realidade das propriedades abordadas neste estudo. Assim, esse discurso possibilita validar a aplicação do estudo de caso como método para atender aos objetivos propostos.

Por vezes, o estudo de caso possui, por sua principal aplicabilidade, a abordagem qualitativa. Isso não remete a uma ideia de exclusividade, uma vez que o desenvolvimento de bases quantitativas também possa ser utilizado. Isso demonstra a capacidade desse método em abordar, principalmente, elementos qualitativos, mas também dados mesclados e quantitativos.

Dessa forma, como defendido por Yin (2001), as fontes de dados mais relevantes são atribuídas às informações coletadas a partir de entrevistas, documentos, constatações físicas, registros, arquivos, observação participante e a observação direta. Para isso, este estudo utilizou, em sua pesquisa, a análise documental, a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os agricultores

familiares, levantamento de dados secundários e a observação direta do pesquisador que possibilitou, em certos momentos, compreender o caso abordado.

A entrevista semiestruturada foi a principal fonte de dados primários deste estudo. Para isso, foi seguido um roteiro de perguntas direcionadas aos agricultores familiares. Foram entrevistados 30 agricultores no período de 01/08/2017 a 30/10/2017. Coletaram-se os dados necessários para tomar a devida consciência sobre os aspectos pertinentes a questões que a experiência ou as leituras não puderam evidenciar, buscando atender ao objetivo de entender se o crédito exerce influência para a manutenção das atividades produtivas e para a permanência das famílias nas propriedades. A pesquisa, também, possibilitou a coleta de dados relevantes à caracterização das propriedades em vários aspectos, como seu tamanho, tipos de atividades práticas, composição da renda, mão de obra empregada, sucessão, pluriatividade, crédito e financiamento.

A seleção das famílias para a realização das entrevistas teve como base a definição que atribui o conceito de agricultura familiar aos produtores rurais que praticam a atividade de forma colaborativa. Deve-se considerar, também, para essa definição, a não ocorrência de contratação de número de empregados superior ao da mão de obra familiar (BATALHA e SOUZA FILHO, 2005). Para tanto, cabe esclarecer que a pesquisa levou em consideração, também, o conceito de agricultura familiar definido por Abramovay, “[...] aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento [...]” (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Este estudo não utilizou ferramentas estatísticas para o cálculo e a definição do montante de entrevistas necessárias, porém foi seguida a ideia da saturação para, então, determinar a cessação dessa etapa. Minayo (2008) considera a quantidade de elementos suficiente na medida em que ocorre reincidência das informações, em que as ideias se repetem-se no discorrer das entrevistas. A partir do momento em que as ideias dos diferentes agricultores familiares começaram a apresentar discursos repetitivos, percebeu-se a possibilidade de finalizar o procedimento.

As entrevistas foram aplicadas na localidade de Miraguaia, segundo distrito de Santo Antônio da Patrulha. Por meio da figura 1 é possível observar a delimitação desse distrito e a localização das propriedades abordadas.

Figura 1 - Localização das propriedades abordadas no estudo



Fonte: Adaptado de Santos (2011)

Por fim, no que diz respeito às fontes secundárias de dados, este estudo também utilizou informações que auxiliaram na fundamentação e na qualificação da pesquisa. As principais fontes foram levantadas por meio da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, BACEN – Banco Central do Brasil, FEE – Fundação de Economia e Estatística, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Banco do Brasil, Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha, Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha. Os dados coletados a partir de fontes secundárias e da pesquisa de campo são apresentados no capítulo que segue.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Mediante os dados coletados a campo, foi possível traçar o perfil das propriedades pesquisadas, identificando-se, assim, suas características socioeconômicas e suas atividades agropecuárias desenvolvidas.

A partir desse momento, apresenta-se uma discussão a respeito da comparação entre os discursos dos agricultores familiares e a literatura que embasa assuntos relacionados aos diversos fatores que contribuem para a permanência desses agricultores no meio rural.

6.1 Caracterização do município

O município de Santo Antônio da Patrulha tem sua história vinculada às origens do estado do Rio Grande do Sul que remontam à Colônia do Sacramento, no ano de 1680, quando os portugueses chegam para povoar e proteger o território brasileiro. Assim, por volta de 1736, é construída, por Cristóvão Pereira de Abreu, a estrada dos Tropeiros. Nesse período, ocorria contrabando de gado, atividade importante para a região, e que utilizava esse caminho, surgindo, assim, um “Registro” ou “Guarda”, mais tarde chamada Patrulha, que tinha como objetivo fiscalizar e cobrar impostos dos rebanhos que ali circulavam, com destino a Sorocaba e Minas Gerais. Esses acontecimentos foram responsáveis por dar parte do nome do Município, que antes chamava-se de Guarda Velha de Viamão.

Em 1743, o Sr. Inácio José de Mendonça e Silva, soldado da “Guarda”, se estabelece onde hoje é a sede do Município, junto com sua esposa, Sra Margarida Exaltação da Cruz. Assim, eles foram os fundadores do Município, construindo, em sua propriedade, uma capela onde hoje se localiza a Pira da Pátria, na Avenida Borges de Medeiros. Esse local foi chamado de Capela de Santo Antônio. Como consequência, surgem ao seu redor novas moradias.

Nessa época, os campos do Litoral Norte são favoráveis à criação de rebanhos bovinos e equinos. Em 1743, ocorre a divisão da primeira sesmaria, geralmente a paulistas e lagunistas, nos campos do atual município de Tramandaí. Nesse contexto, também existem os índios que ali habitavam, porém já tinham sido capturados para que esses locais fossem liberados para a criação dos rebanhos. Os registros indicam que, nesses campos, viviam indígenas das tribos Carijó, vindos de

Laguna, Arachás, da Serra, próximo a São Francisco de Paula, e Caaguás, membros da Nação Guarani.

Alguns anos após, em 1760, a Capela recebe o nome de Curada de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão. Ao seu redor, o povoado cresce e prospera, passando a ser mais efetiva a vida em sociedade. Essa organização social e administrativa dá suporte às atividades em todo o Litoral Norte e parte da Serra. Outro fato importante é a presença de casais açorianos no município, que chegaram por volta desse ano. Sendo alguns destes casais, vindo de Rio Grande, onde fugiram da invasão dos espanhóis e outros avulsos. Porém, o Governador da Capitania só recebe ordens de assentá-los em 1771.

Em 1809, ocorre a divisão do Rio Grande do Sul em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. A figura 2 apresenta o mapa do estado do Rio Grande do Sul quando dessa divisão a partir dos quatro municípios.

Figura 2 - Divisão municipal do Rio Grande do Sul no ano de 1809



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

O Município está localizado na região da Encosta Inferior do Nordeste do Rio Grande do Sul e é limitado, ao norte, com Rolante e Riozinho, ao sul, com Viamão e Capivari, a leste, com Osório e Caraá e, a oeste, com Taquara, Glorinha e Gravataí.

A distância até Porto Alegre é de 76 km, e a cidade e as vias de acesso são as BR 290 e RS 474, além da RS 030. Com 1.049,807 km² de território, representa 10% da área da Região Metropolitana de Porto Alegre. Segundo os resultados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, a população total de Santo Antônio da Patrulha foi de 39.685 habitantes, com um grau de urbanização de 71%. A densidade demográfica registrada era de 37,8 hab/km². Na figura 3, pode ser visualizada a delimitação atual do município de Santo Antônio da Patrulha.

Figura 3 - Mapa delimitação do município de Santo Antônio da Patrulha



Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Google Maps (2017)

A divisão do Município está organizada em 6 distritos, sendo eles: Sede, Miraguaia, Catanduva Grande, Pinheirinhos, Evaristo e Chico Lomã. A partir da figura 4, é possível identificar essa divisão e localização de cada um dos distritos.

Figura 4 - Mapa município de Santo Antônio da Patrulha com divisão distrital



Fonte: Adaptado de Santos (2011)

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento do Município, a agricultura local possui uma parcela significativa na geração de ICMS, principalmente, pela produção de arroz nas regiões de várzea. Na região de serra, a produção é caracterizada pela atividade de agricultura familiar, produzindo, principalmente, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, fruticultura e agroindústria como a produção e comercialização de cachaça, rapadura e outros derivados da cana. O beneficiamento de arroz destaca-se por sua representatividade no Município, por absorver grande parte da produção e uma parcela significativa de mão de obra.

Na tabela 1, apresenta-se a evolução da população no município de Santo Antônio da Patrulha, entre 1970 e 2010. Os dados retratam a diminuição da população total num patamar de 25,9% nesse período. A diminuição da população rural foi responsável por caracterizar essa redução, visto que a população urbana apresentou um aumento considerável de 79% nesse mesmo período.

Tabela 1 - Evolução populacional de Santo Antônio da Patrulha

Ano	População Total	População Rural	População Urbana
1970	53.626	37.921	15.705
1980	41.363	25.033	16.330

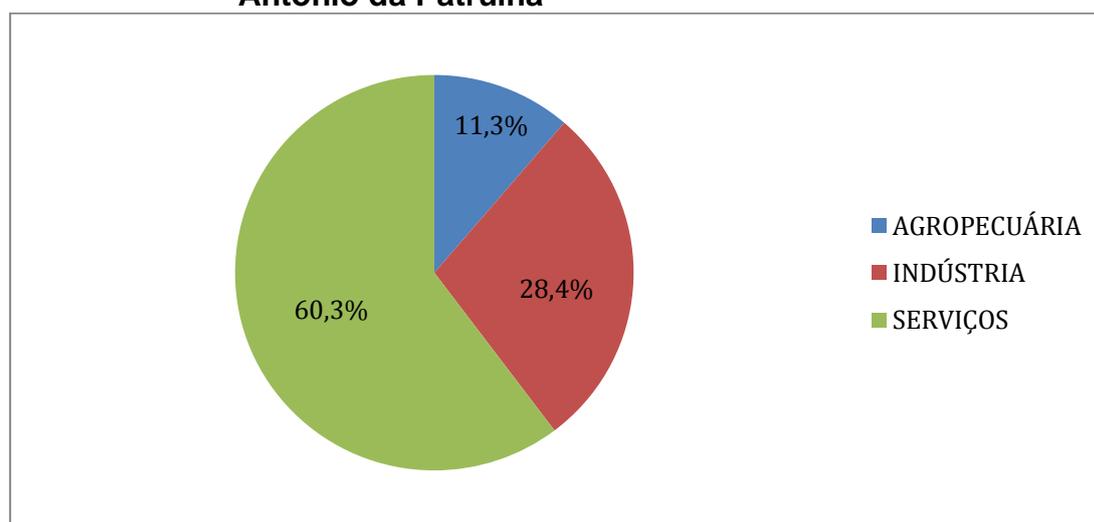
1991	40.607	19.542	21.065
2000	39.035	15.552	23.483
2010	39.685	11.571	28.114

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações dos Censos Demográficos IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

O município de Santo Antônio da Patrulha pertence ao COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, que tem uma grande concentração de indústrias e de serviços. Dentre os COREDEs é o que possui a maior participação no PIB estadual do Rio Grande do Sul. A distribuição de renda da população do Município, nesta primeira análise, leva em conta os dados da renda familiar obtidos nos levantamentos censitários do IBGE, atualizados para 2010 – Santo Antônio da Patrulha possui 96% dos domicílios com rendimento, em que 33,6% estão na faixa até dois salários mínimos.

A distribuição das atividades econômicas do Município está representada no gráfico 1, ganhando destaque as atividades agropecuárias, com uma participação de 11,3%, o maior índice dentre os municípios que compõem o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

Gráfico 1 – Participação do Valor Adicional Bruto - VAB 2012 de Santo Antônio da Patrulha



Fonte: COREDE (2015)

De acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE, no ano de 2015, o Município possuía 1615 empresas atuantes, destacando-se a participação da indústria, em que, segundo a ACISAP – Associação Comercial de Santo Antônio da

Patrulha, 351 estabelecimentos estão ligados à indústria de transformação, principalmente, a metal-mecânica, a calçadista e a alimentícia, com destaque para a produção de alimentos derivados da cana-de-açúcar. A indústria extrativista participa com cerca de 45 empresas no Município.

A cadeia da produção de calçados, no município de Santo Antônio da Patrulha, apresenta uma expressiva participação no número de empregos; cerca de 19% dos postos de trabalho são vinculados a essas atividades. A produção dessa cadeia atende, principalmente, à preparação do produto e de insumos que abastecem a produção de calçados, em especial, da região do Vale dos Sinos.

O bloco dos serviços gerais no Município ganha destaque, também, por apresentar expressividade na formação de postos de trabalho congregando 9,7% dos empregos. Esse comportamento deve-se, e, geral, pelo atendimento da demanda de serviços públicos básicos (saúde e educação), além de serviços voltados a atender a demandas das empresas e famílias.

O setor metal-mecânico caracteriza-se pelo fato de estar vinculado a outras cadeias produtivas, como é o caso da construção civil e da cadeia do transporte, mediante a produção de insumos e acessórios para abastecer outros mercados que possuem grande potencial de agregação de valor dentro do Município. Dessa forma, esse setor torna-se atrativo devido à oferta de trabalho que demanda mão de obra qualificada, contribuindo para o aumento da renda e do consumo.

A indústria de alimentos, também, mostra-se importante para a economia do Município. Essa representa 8% dos postos de trabalho que estão presentes, principalmente, no beneficiamento de arroz, que representa 28% dos empregos, no abate de reses, na fabricação de produtos de panificação, na fabricação de biscoitos e na fabricação de rapaduras e de outros derivados da cana-de-açúcar, que abastecem, com expressividade, inclusive o mercado externo.

As despesas do governo exercem influência na distribuição de renda no Município, mediante o investimento em infraestrutura e a prestação de serviços, atraindo mão de obra. As atividades reflexas, como padarias, farmácias, mercados, postos de gasolina e manutenções detêm parcela de contribuição significativa ao conjunto de atividades propulsivas, representando 11,63% dos empregos.

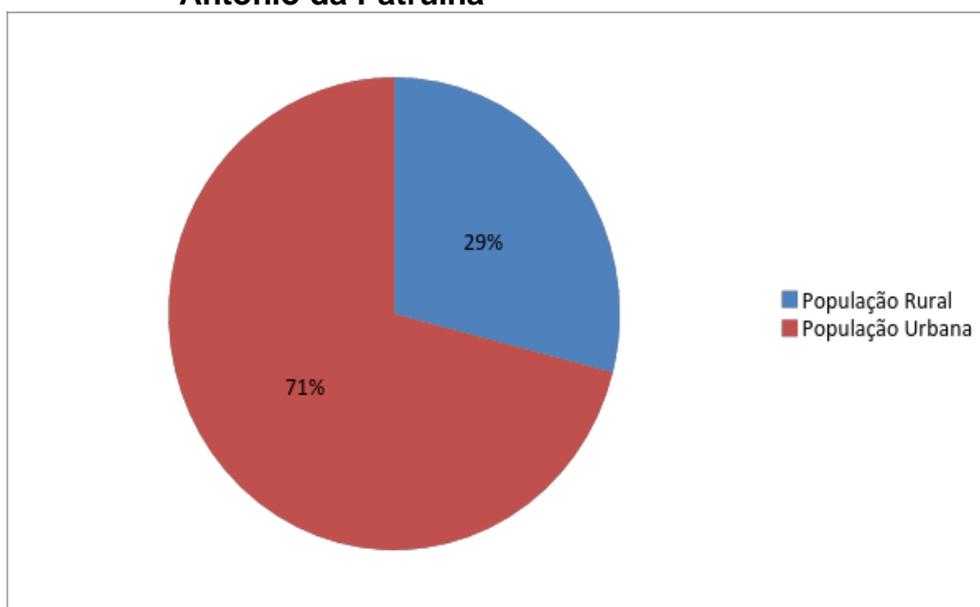
Na produção agrícola, o Município ganha destaque para a produção de arroz. De acordo com o IPEA (2009), o município de Santo Antônio da Patrulha está entre os 30 municípios com maior produção de arroz em casca do estado do Rio Grande

do Sul, sendo o único município presente no levantamento que compõe o COREDE Metropolitano.

Dessa forma, fica evidente que a distribuição dos empregos no município de Santo Antônio da Patrulha revela um perfil de uma economia diversificada, considerando que grande parte dos postos de trabalho estão distribuídos, de forma regular, em quatro setores: calçados, serviços gerais, metal-mecânico e indústria de alimentos.

O IBGE (2010) apresenta que, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, a população urbana do município de Santo Antônio da Patrulha corresponde a 2,43 vezes a população localizada no meio rural. O gráfico 2, a seguir, apresenta esse percentual de participação da população rural e urbana presente no Município.

Gráfico 2 - Participação (%) da população rural e urbana de Santo Antônio da Patrulha

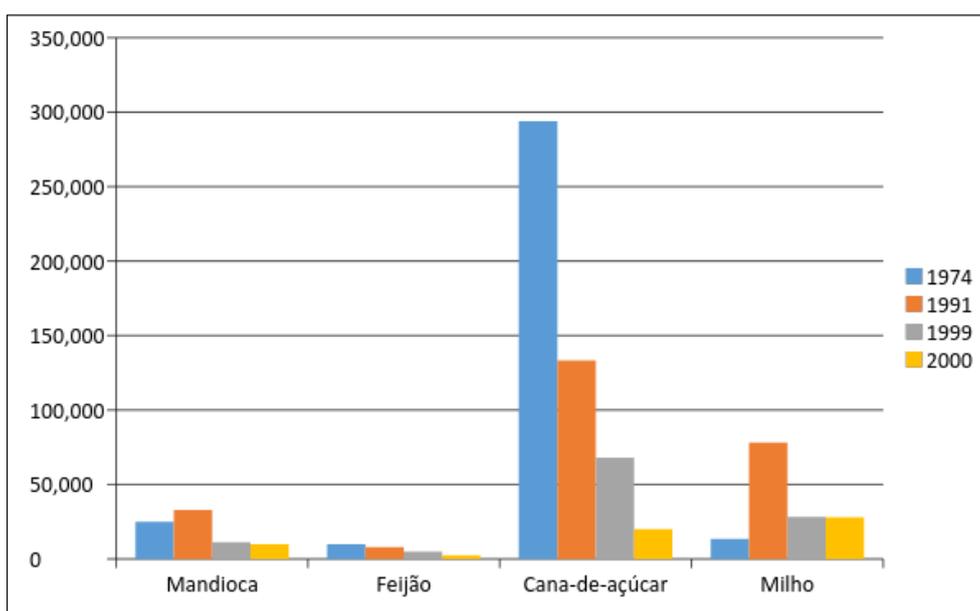


Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do IBGE (2010)

De acordo com os dados apresentados na evolução da população do município de Santo Antônio da Patrulha, essa registra uma redução de 27% da população total do Município. A população rural teve uma redução total de 69%, destacando-se a década de 1970, quando o índice de redução foi de 34%, ficando, nas décadas seguintes, na média de 23%. Os dados sobre a redução da população rural do Município evidenciam o contínuo movimento de êxodo rural que se reflete diretamente, no volume da produção de alimentos em Santo Antônio da Patrulha.

A produção agrícola, no Município, apresenta uma expressiva diminuição no volume produtivo de mandioca, feijão e cana-de-açúcar que, juntamente com o milho, são as principais culturas praticadas pela agricultura familiar. A redução média do volume de produção alcançou 76% na comparação dos anos de 1970 e 2000. A produção de cana-de-açúcar, item utilizado, principalmente, pela agroindústria familiar, apresentou uma redução de 93% no mesmo período. O gráfico 3, a seguir, apresenta o comportamento da produção agrícola municipal, de acordo com os dados do IBGE, nos anos de 1974, 1991, 1999 e 2000.

Gráfico 3 - Produção agrícola (t) de Santo Antônio da Patrulha



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do IBGE (1974, 1991, 1999 e 2000)

O município de Santo Antônio da Patrulha também é conhecido pela produção de cana-de-açúcar. Essa atividade produtiva foi responsável por reconhecer o Município como a “terra da cachaça e da rapadura”. Essa cultura, por muitos anos, foi sinônimo de prosperidade e desenvolvimentos na região que, a partir de sua implantação pelos açorianos, passou a ser, até o ano de 1980, o Município com a maior produtividade no estado. Sendo assim, foi lhe conferido o título de “Terra dos Canaviais”.

A cana-de-açúcar sempre esteve direcionada à produção de cachaça e melado, sendo essa a principal matéria-prima da produção de rapaduras. No início dos anos de 1960, foi instalada a AGASA (Açúcar Gaúcho S/A). Esse

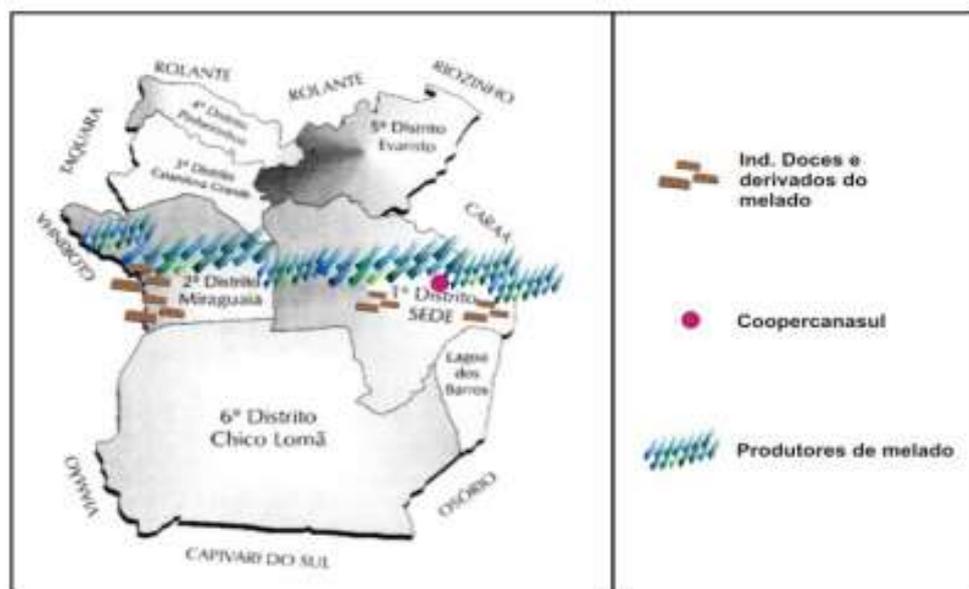
empreendimento possibilitou um expressivo crescimento na área produzida. Porém, no início dos anos de 1990, por inúmeras dificuldades financeiras e comerciais, a AGASA decretou sua falência.

A transformação da cana-de-açúcar em melado esteve inserida em grande parte das propriedades da agricultura familiar do Município. Relacionada a uma produção em estruturas precárias e rústicas, essa atividade, atualmente, passou a ser inviabilizada por motivos da incapacidade financeira e comercial para a destinação da produção.

As indústrias fabricantes de rapaduras e outros doces coloniais estão entre os principais compradores de melado de cana. A falta de incentivos e condições de adequação da produção a um modelo agroindustrial nas propriedades da agricultura familiar, principalmente pelas exigências sanitárias, resultou em uma diminuição expressiva da quantidade de melado produzida.

As principais indústrias de rapaduras do Município estão localizadas no distrito de Miraguaia. Esses empreendimentos são responsáveis pelo emprego de mão de obra na região e por uma expressiva arrecadação de impostos para o Município. A escassez do melado de cana obrigou a incorporação de outras matérias-primas, como o açúcar branco e a glucose de milho. A figura 5 apresenta o mapa da localização da cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Figura 5 - Mapa de localização da cadeia produtiva do melado de cana-de-açúcar e da rapadura no município de Santo Antônio da Patrulha



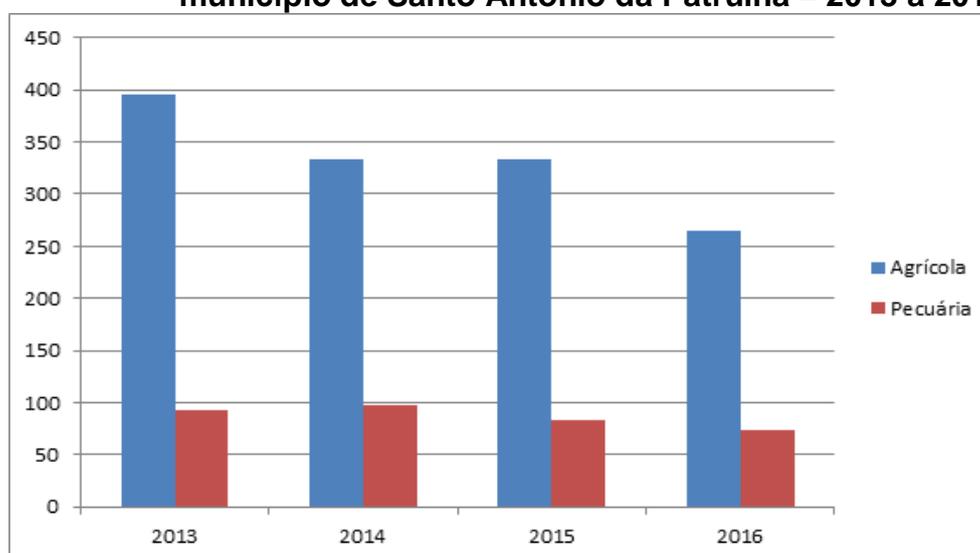
Fonte: Adaptado de Borba (2011)

Na busca de desenvolver a produção de cana-de-açúcar e da transformação de seus derivados, no final dos anos de 1990, a administração pública de Santo Antônio da Patrulha projetou a captação de recursos junto ao PRONAF, em benefício de viabilizar, inicialmente, a produção de cachaça. Dessa forma, foi criada a COOPERCANASUL, que passou a ser a responsável por articular e proporcionar a implantação desse projeto. No ano de 2005, passou-se a perceber a necessidade de incorporar a parcela de produtores de melado, produto que, até então, não era absorvido. Nesse mesmo ano, a cooperativa foi legalmente fundada em assembleia.

Por dificuldades na inserção da cachaça no mercado e pela alta carga tributária que incide sobre o produto, a cooperativa passou a produzir doces, dedicando-se, principalmente, na produção de rapaduras. Essa cooperativa possui 24 sócios, sendo que essa quantidade é composta por produtores dos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Caraá, Maquiné, Osório, Taquara e Itati. Essa quantidade reduzida de sócios, aliada às dificuldades financeiras e comerciais enfrentadas no mercado, principalmente, pelas indústrias da própria região, revelam a fragilidade do projeto em desenvolver a cadeia da cana-de-açúcar no Município.

Os dados quanto ao acesso às linhas de crédito e financiamento do PRONAF, destinadas aos investimentos nas atividades produtivas desempenhadas pela agricultura familiar, no município de Santo Antônio da Patrulha, podem ser observadas no gráfico 4, que apresenta esse comparativo ao longo dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Gráfico 4 - Quantidade de contratos vinculados ao PRONAF no município de Santo Antônio da Patrulha – 2013 a 2016

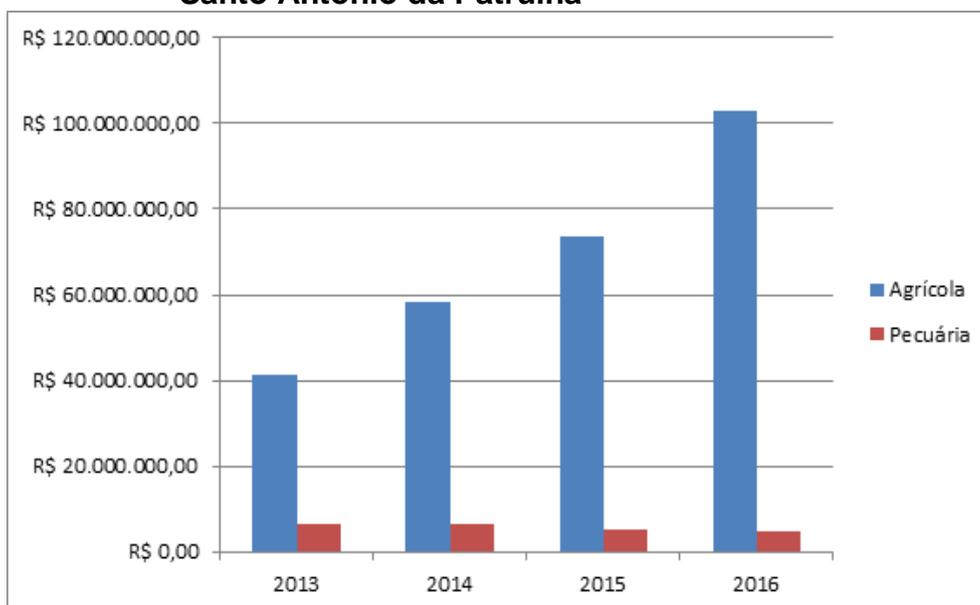


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil

De acordo com os dados, existe o predomínio das linhas relacionadas ao investimento e o custeio da produção agrícola que, ao longo dos anos, sofreram expressivas reduções na quantidade de contratos formalizados no município.

No que se refere ao volume de recursos liberados por meio do PRONAF, o gráfico 5 apresenta um comparativo nos anos levantados. Percebe-se que ocorreram mudanças expressivas no volume de recursos ofertados quando das linhas relacionadas às atividade agrícolas. Isso demonstra uma possível concentração dos recursos em uma quantidade reduzida de contratos, revelando, assim, um possível aumento da dependência dos recursos em benefício de manter as atividades produtivas.

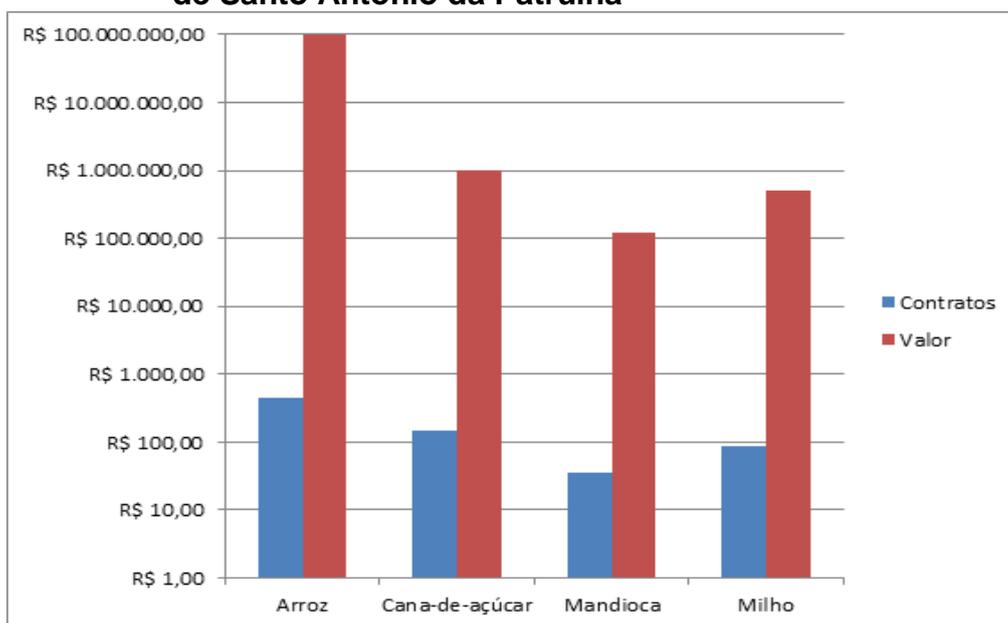
Gráfico 5 - Volume de recursos vinculados ao PRONAF no município de Santo Antônio da Patrulha



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil

Foi possível, também, identificar, a partir do gráfico 6, as principais culturas beneficiadas pelos recursos do PRONAF no Município. Identifica-se uma expressiva relevância de recursos destinados à produção de arroz. Outras culturas, como a cana-de-açúcar, mandioca e milho, possuem menores discrepâncias em relação ao volume de recursos.

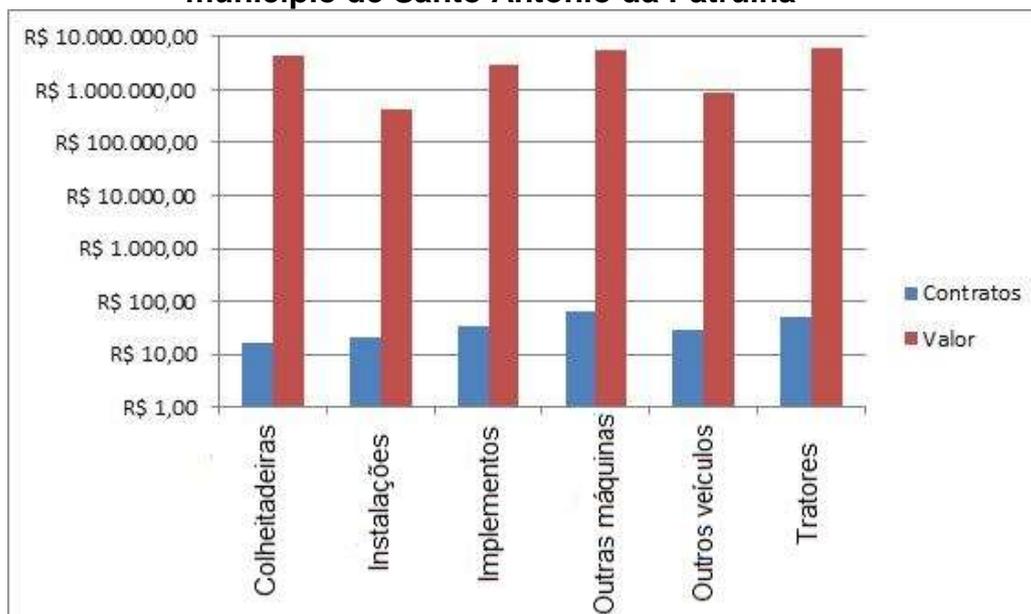
Gráfico 6 - Principais culturas contempladas pelo PRONAF no município de Santo Antônio da Patrulha



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil

O levantamento desses dados também possibilitou perceber as principais destinações dadas aos recursos relacionados aos investimentos. A partir do gráfico 7, é possível perceber que os principais investimentos estão relacionados à mecanização da produção, ganhando destaque a aquisição de tratores, implementos e outras máquinas.

Gráfico 7 - Principais investimentos relacionados ao PRONAF no município de Santo Antônio da Patrulha



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Banco Central do Brasil

6.2 Caracterização dos estabelecimentos e dos agricultores familiares do município

Nesta seção, será apresentado um perfil geral a respeito da caracterização socioeconômica e do perfil produtivo dos agricultores familiares do município de Santo Antônio da Patrulha, objeto deste estudo.

6.2.1 Caracterização dos estabelecimentos familiares estudados

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos, percebe-se que existe uma prevalência daqueles menores; 26,7% possuem de 4 a 7 hectares. A tabela 2 apresenta esse detalhamento.

Tabela 2 – Faixas de tamanho das propriedades estudadas ou dos agricultores pesquisados ou da amostra

Área (ha)	Qtd. Propriedades	Em %
De 1 a 3 hectares	5	16,7%
De 4 a 7 hectares	8	26,7%
De 8 a 10 hectares	3	10,0%
De 10 a 15 hectares	4	13,3%
De 15 a 20 hectares	4	13,3%
Maior que 20 hectares	6	20,0%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

Diferentemente da média de tamanho das propriedades da agricultura familiar do país que, conforme revelado pelo Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE no ano de 2006, resultou em uma área de 18,4 hectares, as propriedades abordadas neste estudo possuem, em sua maior parte, tamanhos de 4 a 7 hectares. Essa relação contribui para a consideração da concentração de pequenas propriedades dentre a amostra estudada, relacionando, também, ao baixo volume produtivo e à quantidade de pessoas envolvidas nas atividades dessas propriedades que apresentam tamanhos reduzidos.

Foi possível, também, identificar que 96,7% das famílias entrevistadas são proprietárias da terra onde vivem e trabalham, sendo esse o principal fator de produção no caso das atividades agrícolas. Uma pequena parcela, 13,3% do total dos entrevistados, arrenda áreas de terra, destinadas a complementar as suas necessidades produtivas, e somente uma família é exclusivamente arrendatária, ou seja, não possuía qualquer quantidade de terra própria para produzir, sendo totalmente dependente do arrendamento para implementar as suas atividades agrícolas e com um custo fixo relativamente significativo. Outro dado importante está relacionado aos arrendamentos de terras para outros agricultores. Foi possível identificar que 20,0% arrendam parte de suas propriedades para outros agricultores e 80,0% das propriedades não disponibilizam qualquer quantidade de terras para fins de arrendamento a terceiros.

Em relação à produção nas propriedades, conforme detalhado na tabela 3, pode-se verificar que a criação de bovinos, equinos, galinhas e suínos está presente, respectivamente, em 73,3%, 63,3%, 80,0% e 53,3% das propriedades. Dentre as culturas, ganham destaque a produção de cana-de-açúcar, presente em 80% das propriedades, produção de mandioca e milho que, respectivamente, são cultivados em 53,3% e 56,7%. Por fim, outro destaque está relacionado à produção de arroz em casca que, apesar de estar presente em apenas 8 das propriedades abordadas, somam uma área de produção que chega a 1020 hectares.

Tabela 3 - Composição da produção agropecuária

Produto	Produção	Em ha	%
Carpas (unidades)	600	--	6,7%
Bovinos (cab.)	740	--	73,3%
Vacas ordenhadas (cab.)	50	--	43,3%
Bubalinos (cab.)	7	--	3,3%
Caprinos (cab.)	6	--	10,0%
Equinos (cab.)	37	--	63,3%
Galinha (cab.)	345	--	80,0%
Ovos (dúzias)	18	--	60,0%
Mel de abelha (kg)	200	--	3,3%

Ovinos (cab.)	46	--	20,0%
Suínos (cab.)	26	--	53,3%
Suínos matrizes (cab.)	3	--	10,0%
Feijão (kg)	700	--	16,7%
Banana (kg)	300	--	3,3%
Arroz casca (saca 50kg)	132.600	1.020	26,7%
Batata doce (kg)	400	--	33,3%
Cana-de-açúcar (área ha)	--	11	80,0%
Mandioca (área ha)	3	16	53,3%
Melancia (unid.)	300	--	6,7%
Milho	--	145	56,7%
Soja (ha)	--	10	3,3%
Melado de cana (kg/ano)	10.800	--	3,3%
Açúcar mascavo (kg/ano)	200	--	3,3%
Doce de leite (kg/ano)	10	--	3,3%

Fonte: Dados de campo (2017)

A produção de gado leiteiro está presente em algumas propriedades, porém destinada, em grande parte, apenas ao consumo dos agricultores, não se desenvolvendo como uma atividade em prol da geração de renda. Da mesma forma, ocorre com o gado de corte. Esses, por sua vez, são utilizados no trabalho produtivo, no preparo das lavouras, inviabilizando, assim, a venda e a obtenção de uma renda constante a partir dessa atividade.

De outra forma, observa-se, nas propriedades maiores, a geração de renda com a produção de gado de corte. A estrutura e o modelo de produção presentes nelas possibilitam a produção de quantidades expressivas de animais, atendendo, assim, à necessidade de padronização exigida pelo mercado. Observou-se que, nessas propriedades, existe o predomínio do cruzamento com raças europeias e processos de confinamento, viabilizando, assim, a venda dos animais em um período menor de tempo. Dessa forma, a geração de renda possibilita um constante

movimento do fluxo financeiro nessas propriedades e a retroalimentação desses processos. Um dos agricultores entrevistados, que também é produtor de bovinos, disse o seguinte: “O confinamento de gado nos possibilita uma renda mais fixa. A gente intercala a colocação dos animais já pensando lá no final, quando for vender e receber o dinheiro”. Agricultor 14.

A produção de cana-de-açúcar, conforme foi evidenciado, é uma atividade praticada na maioria das propriedades. Isso foi motivo de desenvolvimento e geração de renda por muitos anos nessa região, que é lembrada, inclusive, como terra da “cachaça e da rapadura”. Muitos dos agricultores entrevistados, principalmente os mais velhos, destacaram que a cana-de-açúcar e o melado de cana, utilizado na produção de rapaduras, eram as principais atividades econômicas dentro das propriedades da agricultura familiar.

Com o desenvolvimento do estudo, percebeu-se que a falta de pessoas para prosseguir com a produção e as exigências sanitárias inviabilizaram o seguimento da atividade de processamento da cana-de-açúcar que resultava no melado. Esse processo de tramitação para uma atividade agroindustrial foi inviabilizado pela falta de recursos financeiros e garantias comerciais quanto à destinação da produção realizada na grande parte das propriedades envolvidas com o processamento da cana-de-açúcar.

Essa produção agroindustrial requer o atendimento de uma série de exigências legais que regulamentam essa atividade. A falta de investimento para adequar a produção agroindustrial na propriedade pode determinar a não autorização e certificação do agricultor como apto a realizar a produção dessa matéria-prima. O volume de recurso necessário para investir e adaptar as instalações da agroindústria, a falta de linhas de crédito e garantias de mercado estão entre os principais fatores que contribuíram para o abandono dessa atividade. Conforme já destacado por Lourenzani (2003) e Queiroz (2004), muitos fatores influenciam no desempenho das propriedades da agricultura familiar, fatores como clima, políticas governamentais e o mercado estão entre as principais variáveis.

A renda obtida em uma das propriedades é proveniente da produção de melado, destinado, de forma exclusiva, para as indústrias de alimentos. No que diz respeito a esse assunto, esse agricultor relata a forma encontrada para destinar sua produção.

O melado eu vendo para outro cara que encaminha para a produção de doce. Eu não posso vender direto porque não tenho a certificação. Eles pediram duzentas coisas para colocar no padrão deles. Não tenho esse dinheiro. Até quando der, a gente vai tocando. Tenho esse cara que compra, me paga um pouco menos, mas é garantido e aí a gente vai tocando. Agricultor 1.

Nesse caso, das poucas propriedades que ainda produzem, ou que produziam melado, atividade claramente caracterizada como agroindustrial, identificou-se, a partir das entrevistas realizadas, a falta de incentivos e informação que permeiam essas famílias. O melado de cana, produzido na região, é uma das principais matérias-primas utilizadas nas indústrias produtoras de rapaduras. Dessa forma, a procedência dos insumos deve atender as normas sanitárias que, por sua vez, são regulamentadas e fiscalizadas pelo Município. A estrutura produtiva presente nessas propriedades não atende às exigências estabelecidas, sendo que a regularização dos estabelecimentos demandaria uma série de investimentos. Com relação a isso, um dos agricultores entrevistados disse o seguinte:

Teve um monte de reuniões, só que, como eu não tenho as escrituras das terras no nome, ainda tá no nome do pai, não tinha como fazer. Aí, eu pulei fora. Tá louco se meter com banco. Era para as fábricas pegarem o dinheiro e a gente pagar em melado, mas, aí disseram que não dava certo, eles não querem se envolver. Agricultor 1.

E, ainda, outro agricultor que, também, produzia melado para comercialização, refere-se aos mesmos problemas citados acima, dizendo o seguinte:

Eu nasci e me criei plantando cana e fazendo melado. Nunca tivemos problema nenhum, tudo que fazia de melado e açúcar mascavo era vendido para fazer rapadura. Tivemos que parar com tudo. A vigilância sanitária veio aí e deu 30 dias para a gente arrumar o que tinha que arrumar. Fazer tudo de tijolo, colocar piso no chão, na parede, colocar forro, mesa e tacho de inox, não pode ter nada de madeira. Outra coisa que tinha que fazer era tirar os bois do engenho, nada de animais. Tinha que colocar um motor. Veio uma construtora que, diz eles, que eram acostumados a fazer essas arrumações. Fizeram um orçamento. Para arrumar tudo dava mais ou menos R\$ 40.000,00, isso que a gente aqui já tinha um pouco feito de material. Pensa quem não tem nada, que é tudo de madeira e chão batido. Eu disse que não tinha como fazer, não tinha o dinheiro para fazer o que eles queriam. Tocamos mais uns dois anos. Aí terminamos com as roças e abrimos para campo. O guri foi trabalhar em Santo Antônio. Eu logo em seguida, graças a Deus, me aposentei. Aí fiquei com umas vacas e uns terneiros e largamos o resto. Agricultor 23.

Essa região do Município é conhecida por possuir empresas fabricantes de doces, principalmente, dos derivados da cana-de-açúcar e do amendoim. Com a escassez do melado de cana, um reflexo do abandono da produção realizada pelas propriedades da agricultura familiar da região, a produção passou a utilizar o açúcar branco e a glucose de milho. Dessa forma, percebe-se uma enorme lacuna que poderia ter sido preenchida por meio de políticas públicas que viabilizassem a manutenção e o desenvolvimento da produção e o processamento da cana-de-açúcar no Município. Conforme destacou Froehlich et al. (2011), é papel do Estado desenvolver políticas públicas em benefício de desenvolver, de forma eficiente e sustentável, o meio rural.

Outro ponto de destaque está relacionado ao potencial turístico existente no Município. Parques temáticos destinados ao lazer desenvolvem suas atividades baseados na abordagem da história da produção da cana-de-açúcar, da cachaça e da rapadura. Além disso, eventos promovidos pela prefeitura municipal contribuem para a comercialização dos produtos e divulgação das marcas. A descontinuidade da produção acaba desestimulando a manutenção dessa identidade, reflexo da falta de incentivos e apreço por essas atividades produtivas.

Por fim, em relação ao acesso à assistência técnica, verificou-se que, em apenas 8 propriedades, 26,7%, receberam esse tipo de serviço no ano de 2017. Percebe-se que o acesso concentra-se entre as propriedades maiores que possuem atividades produtivas constantes. A tabela 4 apresenta essa relação.

Tabela 4 - Agricultores familiares que receberam assistência técnica no ano de 2017

Assistência técnica	Qtd. Propriedades	%
Com assistência	8	26,7%
Sem assistência	22	73,3%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

Percebe-se uma enorme carência quanto às condições técnicas de muitas propriedades abordadas, isso devido à precariedade percebida na cultura e no manejo que refletem, diretamente, no volume e na qualidade da produtividade. Como já defendido por Camilotto e Stock (2012), é vital que ocorra uma constante

revisão das políticas públicas de incentivo à produção agrícola nas propriedades da agricultura familiar, bem como o constante acompanhamento técnico e extensão rural.

O apoio técnico seria de suma importância, considerando os relatos de baixo desempenho produtivo em muitas das propriedades. A falta de informação e, principalmente, condições financeiras inviabilizam a contratação de assistência técnica privada para fins de avaliar as condições e orientar a respeito da forma correta de atender às necessidades das propriedades.

A EMATER mostra-se uma instituição de suma importância e relevância quando dá assistência técnica rural, porém, no caso dos agricultores entrevistados nesse estudo, percebe-se um distanciamento visto a fragilidade presente nessas propriedades. A falta de certa estrutura física básica, informação e planejamento acabam dificultando o acesso e a construção de uma relação entre os agricultores e a instituição.

6.2.2 Perfil dos agricultores familiares do Município

Em relação à composição familiar das propriedades entrevistadas, percebe-se que prevalece uma quantidade expressiva de grupos familiares compostas por 4 membros que, por sua vez, representam 40,0% do montante abordado. As famílias compostas com 3 e com mais de 5 pessoas somam juntas 12 famílias, sendo que cada uma delas contribui com 20,0% do total das propriedades entrevistadas. É possível identificar essa composição na tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade de pessoas que compõem as famílias

Composição	Qtd. Propriedades	%
1 membro	1	3,3%
2 membros	3	10,0%
3 membros	6	20,0%
4 membros	12	40,0%
5 membros	2	6,7%
Mais de 5 membros	6	20,0%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

A quantidade de pessoas que compõem as famílias está diretamente relacionada à quantidade de pessoas envolvidas nas atividades produtivas. Percebe-se que o número reduzido de pessoas, em grande parte das famílias, reflete no desempenho produtivo das propriedades. Aliado a esse fato, alguns dos integrantes das famílias optam por desempenhar outras atividades ou profissões. Isso é percebido entre os que ofertam sua força de trabalho às empresas dos diversos ramos de atividade na região. O direcionamento a essas outras atividades ou profissões influenciam, de forma direta, na futura manutenção dessas propriedades, visto que, possivelmente, esses integrantes não terão o interesse em dar continuidade às atividades agrícolas. Isso se deve, fundamentalmente, à falta de conhecimentos sobre as práticas agrícolas e sobre gestão da propriedade ou à questão da viabilidade financeira discutida e questionada por essa categoria.

a) Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade, relatado pelos agricultores entrevistados, esse é apresentado na tabela 6. Identificam-se que 20,0% dos entrevistados, 6 agricultores, possuem a condição de analfabetos e 13,3%, 4 agricultores, são alfabetizados. Identificou-se, também, que 26,7%, 8 agricultores, possuem o ensino fundamental completo e 13,3%, 4 produtores familiares, possuem formação técnica.

Tabela 6- Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados

Grau escolaridade	Qtd. Propriedades	%
Analfabeto	6	20,0%
Alfabetizado	4	13,3%
Fundamental incompleto	2	6,7%
Fundamental completo	8	26,7%
Médio incompleto	0	0,0%
Médio completo	4	13,3%
Superior incompleto	0	0,0%
Superior completo	2	6,7%

Pós-graduado	0	0,0%
Formação técnica	4	13,3%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

O município de Santo Antônio da Patrulha, de acordo com os dados da FEE do ano de 2010, possui um indicador de analfabetismo de 9,1%, estando bem além do indicador apresentado para o estado do Rio Grande do Sul que, por sua vez, possui 4,5%. De acordo com os dados coletados a campo, percebe-se que a participação de analfabetos possui uma representatividade quanto ao total dos entrevistados. Esse fato contribui para uma percepção pessimista quanto às oportunidades de qualificação técnica e profissional dos agricultores abordados.

Observa-se que a ocorrência desse fato está relacionada ao êxodo rural das famílias, ou de parte delas, em especial dos jovens, para as regiões urbanas mais desenvolvidas, buscando a possibilidade de acesso à educação e às oportunidades de emprego.

b) Acesso à informação

A tabela 7 apresenta informações sobre o acesso à informação. A coleta dos dados possibilitou identificar que, em 100,0% das propriedades há televisores e, em 28 propriedades, 93,3%, identificou-se a posse de rádio. Em relação aos demais meios, internet e telefone, esses estão presentes, respectivamente, em 66,7% e 80,0%, 20 e 24 propriedades.

Tabela 7 - Fontes de acesso à informação

Meio de informação	Qtd. Propriedades	%
Televisão	30	100,0%
Rádio	28	93,3%
Internet	20	66,7%
Telefone	24	80,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

O acesso aos meios de comunicação e à informação é considerado um fator de grande relevância pelos agricultores. Nesse caso, conforme destacado por Gasques e Verde (1995), o acesso à informação torna-se determinante para a obtenção de sustentabilidade nos processos produtivos.

Para alguns agricultores, os meios de comunicação são determinantes para o desempenho das atividades agrícolas, como é o caso das famílias produtoras de arroz que destacam a importância do acesso à internet, principalmente para atender às demandas de aquisições de insumos e peças para as máquinas; muitas dessas transações podem ser registradas por e-mail. Para as demais propriedades, esses meios de informações são de suma importância para a interação quanto a questões de utilidade pública e para o lazer.

c) Regularização das terras

No que diz respeito à condição dos agricultores em relação à terra, a tabela 8 apresenta essa situação. Em 26 das propriedades, 86,7%, possuem a condição de proprietários das terras e, em 3 propriedades, 10,0%, são possuidores de contratos de arrendamento. Em apenas 1 caso, 3,3%, identificou-se a existência de parceria, em que parte da produção é destinada ao proprietário da terra.

Tabela 8- Condição dos agricultores em relação à terra

Condição	Qtd. Propriedades	%
Proprietário	26	86,7%
Arrendatário	3	10,0%
Parceiro	1	3,3%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

A posse das terras e o arrendamento legal de áreas são fatos positivos entre as propriedades entrevistadas. Essas situações possibilitam o acesso ao registro e à legalidade dos animais, em especial, a criação e comercialização de bovinos e a emissão de bloco de notas junto à prefeitura municipal.

Outro fato de destaque, quanto à legalidade das propriedades, está relacionado às exigências das instituições financeiras para o acesso ao crédito e

financiamento. Um dos principais requisitos está ligado à forma de posse e à formalização dessa relação, visto que esses recursos estão vinculados a investimentos na propriedade, ou, até mesmo, servirão como forma de garantia para futuros pagamentos.

d) Participação em entidades e organizações

No que diz respeito à participação dos agricultores entrevistados em entidades, a tabela 9 apresenta essa relação. Do total dos entrevistados, 28 propriedades, 93,3%, participam de alguma entidade representativa. Desse montante, 26 propriedades, 86,7%, são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. As cooperativas de crédito possuem a adesão de 40% dos agricultores entrevistados, sendo essa uma participação expressiva dentre as entidades representativas identificadas nas entrevistas. Apenas 6,7% dos agricultores relataram não participar de nenhuma entidade.

Tabela 9 - Participação dos agricultores em entidades representativas

Entidade	Qtd. Propriedades	%
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	12	40,0%
Cooperativa de crédito	2	6,7%
Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativa de produtores	4	13,3%
Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativa de crédito	6	20,0%
Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa de produtores e Cooperativa de crédito	4	13,3%
Nenhuma filiação	2	6,7%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio Patrulha é uma instituição de fundamental importância para os agricultores associados. Ganha destaque o apoio aos produtores quanto à orientação ao encaminhamento de benefícios previdenciários, consultas médicas e demais burocracias pertinentes à arrecadação de impostos junto aos órgãos competentes.

A utilização de mão de obra de terceiros, pessoas não vinculadas ao grupo familiar residente na propriedade, possui uma representatividade de 46,7% do total dos entrevistados. Do montante, 43,3% das propriedades utilizam mão de obra de forma temporária e, em apenas 1 estabelecimento, 3,3%, a contratação da mão de obra é de forma permanente. A tabela 10 apresenta essa relação.

Nessas propriedades que utilizam algum tipo de mão de obra não familiar, percebe-se a importância e certa dependência, em determinados casos, da contratação dos serviços. Isso ocorre, principalmente, entre as propriedades maiores que possuem volumes expressivos de produção.

Tabela 10 - Formas de contratação da mão de obra (não familiar)

Tipo de contratação	Qtd. Propriedades	%
Permanente	1	3,3%
Temporário	13	43,3%
Não contratam	16	53,3%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

Em relação à finalidade da contratação da mão de obra temporária, sendo um montante de 13 propriedades que utilizam essa forma de contratação, observa-se que, em 46,2% dos casos, a finalidade da contratação restringe-se à etapa de plantio e colheita. Em 23,1% das propriedades que relataram a contratação de mão de obra temporária, nessas o objetivo da contratação refere-se à execução de atividades de preparação da terra. Outros 30,8% estão divididos entre propriedades que se utilizam desses serviços para a realização somente das atividades de plantio, colheita e manejo de animais, que possuem, respectivamente, os percentuais de 7,7%, 15,4% e, novamente, 7,7%. A tabela 11 demonstra essas informações a partir dos dados coletados.

Tabela 11 - Contratação de mão de obra temporária

Destino	Qtd. Propriedades	%
Preparação da terra	3	23,1%
Plantio	1	7,7%

Colheita	2	15,4%
Plantio e colheita	6	46,2%
Manejo de animais	1	7,7%
Total	13	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

Nesse contexto da participação de mão de obra nas propriedades entrevistadas, um fator ganha destaque nessa relação. Em 4 propriedades houve o registro da utilização da mão de obra de outros produtores familiares, isso em regime de troca de serviços. Outra ocorrência está relacionada à prestação de serviço, por parte dos agricultores familiares, no que diz respeito à preparação de lavouras a partir da utilização de tratores ou tração animal, sendo que, em 9 propriedades, 30,0%, declararam já ter utilizado essa forma de troca, sendo que 3 dos agricultores informaram que prestaram esse tipo de serviço a terceiros.

6.3 Fatores que determinam a permanência dos agricultores no meio rural e a manutenção das atividades agrícolas

Para muitos agricultores, o espaço rural é considerado de bastante tranquilidade. Destacam que, apesar de ter ocorrido um aumento da violência na região, esse meio ainda possibilita uma garantia de uma melhor qualidade de vida. Fatores como violência, aglomeração de pessoas e o custo de vida são os principais fatores que determinam vantagem em relação ao meio urbano. Um dos agricultores realiza um comparativo entre a vida no campo e a vida na cidade:

Aqui é muito tranquilo. De um tempo para cá, andou acontecendo uns roubos, mataram uns, mas, graças a Deus, aqui nunca mexeram em nada. É muito tranquilo, aqui ainda dá, para dormir de janela aberta. Tenho um filho que mora em Porto Alegre. É um caos! As crianças, para ir para a escola, sobem no carro dentro da garagem e descem dentro do pátio da escola, não podem sair para a rua, a violência é grande. Acho que isso é o grande diferencial que faz eu ficar. Aqui, aqui eu saio para um lado e outro, vou no campo, caminho aí na volta, vou num vizinho tomar um chimarrão. Agricultor 15.

Alguns agricultores entrevistados destacam que, por mais que o acesso a determinados serviços não esteja disponível no Município, a proximidade existente

entre o Município e a região metropolitana, com destaque para as cidades de Porto Alegre e Gravataí, contribui para a satisfação de muitas das necessidades desses agricultores. Serviços médicos, manutenção de máquinas e implementos agrícolas, acesso ao comércio em geral e lazer estão entre os principais serviços em que os agricultores necessitam recorrer a outras cidades. Essa é uma relação que Coradini (2011) destaca em sua obra. O acesso ao consumo e ao lazer são necessidades presentes no cotidiano dos agricultores.

A partir da fala dos agricultores mais idosos, percebeu-se as dificuldades desses na hora de acessar serviços médicos, indisponíveis na localidade e, dependendo da complexidade, indisponível no Município. A exigência de deslocamento, quando do atendimento dessas necessidades, muitas vezes, proporciona gastos e transtornos a esses agricultores.

A maioria das consultas médicas minha e da mulher é em Porto Alegre e Gravataí. Aqui não tem muita opção. A maioria dos exames que às vezes, a gente tem que fazer não tem aqui. Isso gera alguns transtornos e despesas, a gente já está velho, aí precisa, às vezes, perder um dia para buscar o atendimento. Agricultor 15.

Outro agricultor, também, destaca que alguns serviços de saúde somente são encontrados em Porto Alegre e Gravataí. “Dependendo do exame ou da especialidade do médico, não encontramos aqui, temos que ir a Gravataí ou a Porto Alegre.” Agricultor 11.

A importância de estar próximo à região metropolitana, facilitando o acesso ao comércio e a determinados serviços, pode ser percebida no discurso de um dos agricultores entrevistados.

Outra coisa é a questão de peças para máquinas. Muitas a gente não encontra aqui. Dependendo da peça ou do serviço, como a manutenção, por exemplo, dessa colheitadeira, depende de vir de Porto Alegre. Agricultor 11.

Outro aspecto está relacionado ao acesso à educação. A região metropolitana está entre os principais destinos de muitos estudantes que buscam a qualificação acadêmica. Algumas oportunidades, como o ingresso em universidades públicas, conforme relatado por um dos agricultores, somente foi viabilizado perante a mudança para a região urbana.

A nossa filha estuda na UFRGS, em Porto Alegre. Ela precisou ir morar lá devido aos horários das aulas. Não teria como ela ficar aqui. Tem dias que ela tem aula pela manhã e não possui ônibus que chegue a tempo. Durante a semana, ela mora lá, mas, nos finais de semana, ela sempre vem. Agricultor 6.

Na fala de Camilotto e Stock (2012), é possível perceber a relevância dada pelos autores em relação à importância do acesso à educação, saúde e lazer aos agricultores e, principalmente, aos jovens agricultores que almejam dar segmento à manutenção das propriedades rurais.

Há, também, o destaque ao menor custo de vida no meio rural, dado por alguns agricultores, que relatam vantagens em permanecer no meio rural, pois as despesas para manter a sobrevivência nesse espaço são relativamente menores que os custos presentes no meio urbano. Alguns desses fatores podem ser identificados na fala do agricultor abaixo: “Considera que aqui a gente só paga a luz, não pagamos, por enquanto, água e IPTU. Pensa se ia sobrar para os remédios e a comida?”. Agricultor 25.

O custo de vida, no meio urbano, é, constantemente, citado pelos entrevistados quando são questionados sobre os motivos de se manterem no meio rural. Essa relação também é percebida a partir do discurso de Winck et al. (2013) que destacam a dependência dos indivíduos residentes nas localidades urbanas de uma renda salarial em benefício de custear sua sobrevivência, enquanto o agricultor possui uma dependência relativa quanto a essa fonte de recursos. Despesas com alimentação, transporte, IPTU e o consumo de água estão entre as principais contas que ganham destaque nos discursos, visto que esses custos ainda não são praticados ou não incidem no meio rural onde estão inseridos. Isso é percebido na fala do agricultor abaixo:

Olha, meu filho, vou ir morar onde? Aqui eu planto umas coisinhas e crio uns bichos, é um entretenimento. Se eu for morar na cidade, como iria pagar aluguel, IPTU, comprar tudo e ainda sobrar para comprar remédio com apenas um salário mínimo? Aqui a gente gasta bem menos e ainda tem um pouco de sossego. Agricultor 2.

Assim, percebe-se, por meio dos relatos dos agricultores, a importância de estarem próximos ao meio urbano, uma vez que determinadas necessidades dependem do deslocamento dos agricultores a outras cidades. Comércio específicos, como farmácias e lojas dos mais variados segmentos, serviços médicos

e de manutenção também estão entre os estabelecimentos comerciais não identificados na localidade rural.

Em relação ao fato de abandonar as atividades produtivas e o meio rural, as entrevistas revelaram que a produção agrícola, em grande parte das famílias, não gera renda suficiente para a manutenção da propriedade e o sustento do grupo familiar. Esse fato pode ser relacionado com a fala de Kautsky (1980) *apud* Schneider (2003) que relaciona a permanência do grupo familiar, no desempenho das atividades agrícolas e a sua capacidade de gerar recursos de capital a partir de sua produção.

Em muitas propriedades, a produção restringe-se apenas ao cultivo de hortaliças e aves, produtos destinados ao consumo próprio, reforçando, dessa forma, que as propriedades, em sua maioria, não sobrevivem, exclusivamente, da sua produção. Essa relação pode ser observada no discurso de um dos agricultores:

Eu planto algumas coisas, um aipim, uma batata, planto uma verdura, mas isso só para a gente mesmo comer, é pouca coisa. Tenho uns terneiros aí mesmo só para manter o campo limpo, não deixar virar em capoeira porque dinheiro mesmo não se vê, só dá despesa. Agricultor 30.

Com os dados coletados nas entrevistas, foi possível identificar o destino dos agricultores que decidiram abandonar as propriedades rurais. Os agricultores que decidiram ir embora, a grande parte foi para a região metropolitana, cidades em que existe uma concentração grande de indústria e oportunidade de trabalho. Esses fatos são percebidos nos discursos de alguns dos agricultores: “Éramos entre 9 irmãos. Aqui fora, mesmo, só tem eu e mais 2, o resto tudo mora na cidade. Os mais velhos já estão aposentados, trabalhavam em empresas, e os outros ainda estão trabalhando.” Agricultor 3.

Outro dos entrevistados também menciona o destino de muitos dos agricultores que residiam na localidade rural e praticavam a agricultura:

Aqui tinha muita família de agricultor, existiam muitos tambos de leite, engenhos de cana. A maioria foi para a cidade, alguns que conheço foram para Santo Antônio mesmo, outros para Porto Alegre, Cachoeirinha e Novo Hamburgo. Foram trabalhar em empresas, uns de motorista, outros no calçado e tinha também vários que foram trabalhar em obras de estradas. Agricultor 21.

Muitas propriedades, em que a agricultura familiar era desempenhada, deram

lugar a vilas, onde são comercializados lotes de terrenos a outras famílias. Na grande maioria, são trabalhadores urbanos que viram, nessas localidades, a possibilidade de adquirir terrenos com valores acessíveis. Muitos dos proprietários desses terrenos não possuem o registro, isso pelo fato de não haver a devida regularização da antiga propriedade rural que ali existia. Essa situação é identificada na entrevista do agricultor abaixo:

Esses dois becos que vão até lá em cima, isso tudo era campo lavoura, de cana e mandioca. Tinha, no máximo, uns 3 donos diferentes. Agora tu vê: tem mais de 200 casas aí pra cima. Os donos, quando venderam, já tavam velhos. Os filhos foram para outros lados, os velhos ficaram com o quadrado da casa e venderam o resto em terreninho. Aí tem gente de tudo que é lado, gente que nem conheço mais. Muitos aí trabalham nos engenhos de arroz, nas fábricas de rapadura, tem uns aí que trabalham na GM e nessa empresa grande que tem em Glorinha. Agricultor 5.

Percebe-se que, nas regiões de planície e banhado, em que há o predomínio da produção de arroz e gado, não existe aglomeração de moradias e a construção de vilas. Isso ocorre pelo fato de as propriedades possuírem tamanho relativamente grande em comparação com as propriedades localizadas nas regiões elevadas e por possuírem atividades produtivas que necessitam de grandes áreas de terra para serem viabilizadas economicamente.

6.3.1 O trabalho familiar e a sucessão rural

Em relação ao processo sucessório, identificou-se que, em 14 das famílias entrevistadas, 46,7%, não incentivam os filhos a permanecerem e darem continuidade às atividades produtivas. Por outro lado, em 16 propriedades, 53,3%, os relatos vão ao encontro do incentivo, por parte da família, em discutir e promover a permanência dos jovens e a manutenção da produtividade nessas propriedades. Esse levantamento pode ser observado na tabela 12.

Tabela 12 - Quantidade de propriedade que incentivam a permanência dos filhos na agricultura familiar

Incentivam os filhos	Qtd. Propriedades	%
Sim	16	53,3%
Não	14	46,7%

Total	30	100,0%
--------------	-----------	---------------

Fonte: Dados de campo (2017)

A realidade encontrada possibilita realizar um paralelo aos estudos de Camilotto e Stock (2012) que, em suas falas, mencionam que, em apenas a metade das propriedades da agricultura familiar, existe a intenção dos jovens em dar continuidade às atividades produtivas. A falta de sucessores, ou a expectativa quanto à permanência dos jovens no meio rural, desempenhando as atividades agrícolas em regime familiar são discussões que não estão mais em pauta em muitas das propriedades. Percebe-se que o grande responsável por inviabilizar a permanência e a manutenção das atividades agrícolas está relacionado à incapacidade da propriedade em gerar renda suficiente para a manutenção das pessoas que ali vivem e compõem as famílias. A necessidade dos recursos financeiros, em benefício de prover a sobrevivência das pessoas e atender a suas necessidades de consumo, somam-se às condições comerciais restritas, ao baixo volume de produção apresentado, à dificuldade de acesso ao crédito, a conflitos familiares, ao tamanho das propriedades, à estrutura instalada, ao acesso a serviços básicos, dentre outros.

A questão da permanência e sucessão, em algumas das propriedades, ainda é um assunto pouco discutido ou já resolvido, uma vez que alguns dos jovens já desempenham outras atividades fora das propriedades e não possuem interesse em desenvolver as atividades agrícolas. “A propriedade é pequena. Os meus filhos buscaram outras oportunidades, trabalham fora. Não teriam como sobreviver daqui.” Agricultor 2.

Percebe-se que, entre as propriedades maiores, o assunto sucessão é tratado de uma melhor forma uma vez que, na grande maioria dessas famílias, os filhos estão inseridos nas atividades das propriedades e conhecem o sistema produtivo desempenhado nessas unidades familiares. “Os meus guris que tocam isso hoje. Eles sabem que isso é deles. Eles nasceram e se criaram, trabalhando na lavoura, nunca trabalharam em empresa ou em outra coisa.” Agricultor 11.

Uma tendência quanto à ocorrência da sucessão, em algumas das propriedades, está relacionada ao discurso dos agricultores, que destacam a renda gerada na propriedade e a dificuldade para se adaptar a atividades fora das propriedades, como, por exemplo, emprego na indústria. Os hábitos desenvolvidos a

partir da relação com as atividades agrícolas, como a flexibilidade de horários e deslocamento, podem ser destacados nesse sentido. Os rendimentos gerados, apesar de serem caracterizados pela ocorrência da sazonalidade, principalmente nas propriedades produtoras de arroz, possibilitam uma maior comodidade quanto à disponibilidade de recursos para atender às necessidades do grupo familiar.

A gente sabe que aqui na volta, trabalhando de empregado, dificilmente vai tirar o que a gente ganha aqui. Isso é difícil, também, se for para pagar para alguém cuidar das terras, não compensaria o que você for ganhar fora.
Agricultor 4.

A perspectiva de um futuro na agricultura familiar é percebida entre as propriedades maiores, principalmente, nas que se dedicam à produção de gado de corte e/ou ao cultivo de arroz. Nessas famílias, identifica-se um perfil de gestão e organização mais claro que nas propriedades menores. A distribuição das atividades, planejamento financeiro e estratégias de plantio estão entre as principais competências percebidas. A estrutura presente nessas propriedades, com destaque para as máquinas agrícolas e instalações de infraestrutura, contribuem para a manutenção das atividades e volume de produção. A maioria dessas propriedades está comprometida com o pagamento de financiamentos de longo prazo. Dessa forma, a produção é considerada uma obrigatoriedade entre elas.

6.3.2 Geração de renda e de ocupações

A partir das respostas das questões que objetivavam coletar dados a respeito da renda familiar dos agricultores, verificou-se que 40,0% desses possuem rendas provenientes da produção agrícola e serviços rurais prestados a terceiros; 16,7% originadas, exclusivamente, de benefícios previdenciários e, com o mesmo percentual, as famílias que possuem suas rendas advindas de benefícios previdenciários e da produção agrícola praticada nas propriedades. Observa-se que os benefícios previdenciários possuem uma presença relevante na composição da renda dos agricultores, as aposentadorias, principalmente, e as pensões estão entre os principais benefícios recebidos. Identificou-se o recebimento desses benefícios em 11 famílias. Isso demonstra a relevância dessa fonte de renda para a sobrevivência e a manutenção das propriedades daqueles desprovidos de renda e

de capacidade produtiva. Em apenas 10,0%, em 3 propriedades, a geração da renda familiar provém somente das atividades agrícolas. Esses dados são apresentados abaixo, na tabela 13.

Tabela 13 - Origem da renda das famílias da agricultura familiar

Origem	Qtd. Propriedades	%
Benefícios previdenciários e produção agrícola	5	16,7%
Benefícios previdenciários	5	16,7%
Benefícios previdenciários e arrendamento	1	3,3%
Produção agrícola e prest. de serviços rurais	12	40,0%
Produção agrícola e emprego assalariado	4	13,3%
Produção agrícola	3	10,0%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

Os benefícios previdenciários, como as aposentadorias e pensões, possuem um importante papel na permanência das famílias no meio rural e na manutenção das propriedades. Muitos dos agricultores possuem esses como sua principal fonte de recursos. Sendo assim, em alguns casos, pela condição da idade, que os impossibilita desempenhar o trabalho, passam a permanecer nas propriedades familiares, desenvolvendo a criação de animais e o cultivo de alimentos para o consumo próprio. A importância dos benefícios para a subsistência das famílias pode ser percebida na fala abaixo de um dos agricultores:

Eu lembro, quando era pequeno, que não existia aposentadoria. Os mais novos tinham que plantar para dar de comer aos velhos. Eu lembro que a minha vó tava com quase 100 anos, e o meu pai com um lote de filhos, tinha que plantar e sustentar tudo. A gente, com 7, 8 anos já ia para a roça carregar um esterco, samear um ramo de aipim e era assim. Agricultor 5

Esse mesmo agricultor diz também:

Hoje a gente paga as contas com o dinheiro da aposentadoria. A nossa despesa é pequena, mas sem ele seria bem difícil. Temos uma horta que dá alguma verdura, planto aipim, temos umas galinhas e porco, então ajuda bastante. Tiro um leite e colho uns ovos também, mas precisamos de dinheiro para comprar todo o resto. Agricultor 5.

Outro fato que chama atenção está relacionado à possibilidade de vincular os benefícios a captações de créditos consignados. Com relação a isso, um dos entrevistados diz: “Às vezes pego esses consignados. A gente que vive do salário mínimo não consegue juntar, aí a gente pega um pouquinho com eles.” Agricultor 2.

O mesmo agricultor destaca que os recursos provenientes dessa modalidade de empréstimo são utilizados, também, para fins de investimentos:

O último peguei para comprar um freezer e pagar umas continhas. Vale a pena. Tive vendo, a loja queria cobrar um monte para pagar em meia dúzia de vezes. Esse a gente paga em 3 anos, não pesa muito, e esse corre pouquinho juro. Agricultor 2.

Percebe-se, também, que, em algumas das propriedades menores, receptoras de algum tipo de benefício previdenciário, uma preocupação menor no que diz respeito à produtividade ou à busca por oportunidades de emprego fora das propriedades, isso devido à consideração de que a renda auferida por esses benefícios são suficientes para a sobrevivência da família.

No levantamento realizado, verificou-se, também, que 53,3% das famílias possuem integrantes que exercem atividades de trabalho fora da propriedade, caracterizando, assim, a pluriatividade. As atividades desempenhadas possuem o intuito de complementar a ocupação dos indivíduos e a renda familiar, sendo que as práticas agrícolas mantêm-se como a principal fonte de renda. Dessa forma, conforme mencionou Kageyama (2001), a diversificação das fontes de rendas é fator determinante para manter a sobrevivência, ocupação e redução da pobreza nos espaços rurais.

As atividades praticadas fora das propriedades e suas respectivas rendas resultam na própria condição de manutenção de uma parcela expressiva das propriedades. A falta de potencial de geração de renda, proveniente apenas das atividades agrícolas, reflete na necessidade de desenvolver atividades fora do contexto familiar que se estendem desde a troca de serviços entre agricultores familiares até a oferta da força de trabalho no meio urbano. Essas são evidências que Kautsky (1980) *apud* Schneider (2003) destaca como sendo uma das tendências para viabilizar a sobrevivência das propriedades da agricultura familiar, manter o fornecimento da mão de obra a demandas externas a da propriedade.

Essas atividades desenvolvidas fora das propriedades estão apresentadas na tabela 14. As atividades relacionadas à prestação de serviços, tanto rurais como urbanas, representam 40,0% dos casos, sendo que desse montante, 58,3% estão ligados a serviços prestados com máquinas agrícolas a outras propriedades. Quanto aos empregos assalariados, esses possuem uma representatividade de 13,3% das propriedades que apresentaram a prática de alguma atividade fora do contexto familiar, com destaque para a indústria de transformação que obteve uma participação de 50,0% dos casos. O restante das 14 famílias não desempenha atividades fora das propriedades, sendo a produção agrícola a principal atividade e ocupação do grupo familiar.

Tabela 14 - Atividades praticadas fora da propriedade

Atividade	Qtd. Propriedades	%
Prestação de serviços	12	40,0%
Serv. máquinas agrícolas	7	58,3%
Serv. tração animal	3	25,0%
Serv. mecânica	1	8,3%
Serv. carpintaria e serralheria	1	8,3%
Emprego assalariado	4	13,3%
Indústria de transformação	2	50,0%
Professor	1	25,0%
Doméstico	1	25,0%
Não desempenham atividades	14	46,7%
Total	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017).

Verifica-se que a pluriatividade está presente em muitas das propriedades abordadas, sendo que essas atividades praticadas fora das propriedades, na grande maioria dos casos, são as responsáveis pela sobrevivência das famílias. Uma parcela da renda auferida com essas atividades externas é aplicada na manutenção dos estabelecimentos rurais, reforçando, dessa forma, a dificuldade de algumas propriedades em desenvolver algum tipo de renda a partir das práticas agrícolas.

Kageyama (2001) destaca, em seu estudo que, apesar do desempenho das atividades pluriativas comprometerem o tempo empenhado na produção agrícola da propriedade familiar, a renda gerada por esses múltiplos empregos garante a continuidades da propriedade. Outro importante aspecto percebido em relação à geração de renda a partir das atividades agrícolas está relacionado à periodicidade, visto que o ingresso de recursos não se dá de forma constante, demandando dessa forma uma gestão organizada.

Uma parcela expressiva dos agricultores possui a composição de suas fontes de renda bem diversificadas, principalmente relacionadas à prestação de serviços a terceiros de modo informal e o emprego nas indústrias da região. Essas fontes viabilizam, além do sustento das famílias, a possibilidade de realizar investimentos nas propriedades. Em especial, nessas famílias, percebe-se que a produção das propriedades apenas complementa algumas das necessidades de consumo do grupo familiar, não possuindo um viés comercial que permita a geração de renda suficiente para a manutenção das atividades. Dessa forma, a prestação de serviço informal fora das propriedades é uma prática corriqueira. Isso pode ser identificado na fala de um dos agricultores entrevistados:

A mulher é aposentada como colono, rural e, às vezes, faz alguma faxina ou ajuda a cuidar de alguma criança. Eu trabalho por aí, faço um biscate, um serviço com boi, uma capina ou uma cerca. Planto uma cana que, às vezes, vendo um pouco e uso para o trato do gado. Vendo moerão, madeira para galpão e, às vezes, faço uns câmbios e negocinho de gado. Agricultor 3.

Outro agricultor também destaca a importância da renda obtida a partir das atividades praticadas externamente à propriedade rural: “De vez em quando, surge um serviço para capinar um terreiro, cortar uma grama, podar uma árvore para os vizinhos. Isso ajuda bastante no final do mês.” Agricultor 2.

Com esse discurso, observa-se que existe uma dependência das rendas obtidas fora das propriedades, sendo que o tamanho do estabelecimento e o modelo de produção presente inviabiliza a sustentabilidade das famílias nessas propriedades que desempenham alguma atividade fora do grupo familiar. Um ponto pertinente está relacionado à cultura praticada em muitas das propriedades. Ocorre um predomínio da produção de cana-de-açúcar, item de baixo valor agregado e demanda de mercado. A produção desse item é destinada, principalmente, à alimentação de animais nas propriedades. A produção de mandioca é outra cultura

predominante, porém, na grande parte das famílias, esse item é destinado apenas ao consumo próprio, não havendo volume suficiente para a comercialização e a condição de auferir renda a partir dessa cultura. Em relação à produção de cana-de-açúcar, é possível verificar, no discurso abaixo, que essa cultura, atualmente, não possui capacidade de gerar renda para as famílias:

Não existe mais venda para a cana, ela hoje é só para tratar o gado. Antigamente, não tinha cana suficiente, podia plantar a quantidade que fosse, tudo que se plantava vendia, o gado mesmo ficava só com o bagaço. Agricultor 3

Agricultores relatam que o sustento das famílias, em períodos anteriores, estava ligado, diretamente, à produção desempenhada nas propriedades familiares. Famílias volumosas, normalmente, era possível identificar, de acordo com os relatos, grupos com 13, 14 e até 15 pessoas que aplicavam sua força de trabalho em benefício de produzir alimentos suficientes para manter a sobrevivência dessas famílias. Esse fato é relatado por um dos agricultores entrevistados:

Antigamente, a gente vivia só da roça, plantava um aipim, milho, fazia uma farinha, criava galinha, carneava um porco pra carne e banha, tinha um feijão e, assim, a gente se virava para criar os filhos. Na realidade a gente quase não ganhava dinheiro, produzia para comer mesmo. As vezes, passava necessidade. Trocava banha e feijão nos armazéns por outras coisas que não tinha e era assim. Agricultor 5.

Por outro lado, outras famílias obtêm rendimentos a partir da produção desempenhada nas propriedades. Entre elas estão as famílias que produzem gado de corte, propriedades que, na grande maioria, possuem extensões de terra superiores a 20 hectares. A produção de gado está caracterizada pela engorda em campo nativo aliado a períodos de confinamento, etapa essa que antecede a comercialização dos animais que são destinados ao abate em frigoríficos da região. O preço de venda dos animais é uma questão que gera insatisfação por grande parte desses produtores. Muitos deles destacam que o valor pago por intermediadores que destinam carregamentos dos animais aos frigoríficos não cobre, satisfatoriamente, os custos e o retorno esperado dessas atividades. Um dos agricultores ressaltou em seu discurso essa situação:

A criação de gado está mesmo muito difícil. Esse preço que a gente vende não compensa os custos e o trabalho que temos. O preço oscila muito, cada

dia é um valor. Ultimamente, só tem abaixado. Agricultor 6.

A produção de gado destinada à cria e recria possui, também, uma expressiva representatividade dentre essas propriedades maiores. Essa produção é fonte de queixa por parte dos agricultores, uma vez que o ciclo produtivo e o tempo necessário para o preparo dos animais de cria e a destinação para o abate envolvem um volume expressivo de recursos destinados a cobrir os custos dessa produção. Outro agricultor também destacou, na entrevista, a dificuldade de obter um rendimento satisfatório a partir da criação de gado:

Tira uma base. Tu vai levar cerca de 3 anos para uma novilha te dar uma cria. Aí tu vai criar o terneiro e, com uns 2 anos, tu prepara ele para vender. Bem mais da metade do dinheiro da venda dele, tu gastou nos últimos 2 ou 3 meses para engordar, antes de repassar para o frigorífico. E o teu serviço, medicamento e o trato? A conta não fecha. Agricultor 5.

Os agricultores relataram que, dentre os diversos custos envolvidos nessa atividade, os principais estão relacionados a medicamentos, alimentação e manutenção das estruturas, como cercas e currais de manejo.

6.4 A percepção dos agricultores familiares do Município em relação à importância do crédito rural

Considerando o levantamento realizado, das 30 famílias de agricultores familiares entrevistados, constatou-se que 40,0% delas (12) nunca acessaram qualquer tipo de crédito direcionado para despesas, custeio ou investimento nas propriedades, enquanto que, do montante dos que acessaram linhas de crédito (18), 7 agricultores, 38,9%, acessaram linhas do PRONAF, estando esses vinculados a financiamentos de máquinas, implementos e veículos, e 11 agricultores, 61,1% acessaram outros tipos de recurso, que estão relacionados a fontes como, por exemplos, as provenientes de empréstimos consignados nos benefícios previdenciários dos agricultores ou por meio de recursos provenientes da venda futura de uma parte determinada da produção.

De acordo com Alves (2010), a agricultura familiar tem, como uma das suas principais características, os estabelecimentos rurais com reduzidas áreas de terra. Esse fato prejudica o seu enquadramento como cliente preferencial, de acordo com

as definições estabelecidas pelas instituições de fomento. A ocorrência de um crescimento na área da propriedade ou mudança nas relações de trabalho, que ultrapasse os limites estabelecidos, resulta na descaracterização dessa unidade produtiva.

No que diz respeito à disponibilidade de recursos para os investimentos em benfeitorias e para o custeio da produção, ocorrem situações em que os agricultores demandam por recursos constantes, considerando que, em algumas propriedades, como é o caso das produtoras de arroz, há uma demanda por volumes expressivos de recursos em benefício de cobrir as despesas operacionais e de insumos. Chama a atenção o fato de que alguns desses produtores recorrem à captação de recursos por meio da antecipação de produção junto a atravessadores ou por empréstimos com outros produtores e agiotas.

Ganha destaque o discurso dos agricultores que relatam a falta de disponibilidade de linhas de crédito que sejam adequadas às necessidades de determinados segmentos de produção, visto que as possibilidades ofertadas possuem limites de valores que não atendem às reais necessidades. Nesse aspecto, outro fator refere-se aos prazos e períodos de liberação dos créditos não serem adequados e flexíveis, considerando que muitos agricultores não possuem planejamento e controle das operações. O fator tempo também exerce influência na questão do volume de recursos necessários ao desempenho das culturas, uma vez que a mudança na quantidade da área produzida pode determinar, em certos casos, uma mudança expressiva da quantidade de recurso necessário.

Além disso, o fácil acesso à oferta de crédito, direcionado aos agricultores aposentados, como é o caso do crédito consignado, passa a ser a principal alternativa quando da busca de recursos para investimento nas propriedades. Mesmo tratando-se de uma modalidade que apresenta valores de juros mais elevados, em comparação a outras linhas de crédito, essas estão entre as principais e mais acessadas, devido à facilidade de captação. Essa situação pode ser observada no discurso de um dos agricultores entrevistados:

A gente nunca teve como pegar um financiamento, um dinheiro para investir aqui. Se tu for no banco levar a papelada das terra para tirar uma grana, vão te perguntar se tem renda, se tem produção que chegue para pagar as prestações todo o ano. É muita burocracia. Agricultor 26.

De acordo com outro agricultor, os empréstimos consignados possibilitam o investimento na propriedade: “O que vale é que, às vezes, ainda pegamos uns empréstimos consignados. Paga um, depois vai lá e pega outro. Assim é a única forma de pegar um dinheiro junto para fazer uma arrumação e adquirir algo.” Agricultor 19.

A coleta dos dados também possibilitou a identificação das principais tecnologias utilizadas na produção desenvolvida nas propriedades, conforme apresentado na tabela 15. São ferramentas manuais como enxadas, pás, facões e foices que foram mencionadas por 100,0% dos agricultores. A tração animal está presente em 60,0% dos estabelecimentos familiares, sendo que grande parte deles possui implementos como arados e carretas. Os tratores e implementos associados a esse equipamento estão presentes em apenas 11 propriedades, 36,7%.

Tabela 15 - Ferramentas, máquinas e implementos utilizados nas propriedades

Item	Qtd. Propriedades	%
Trator	11	36,7%
Arado	19	63,3%
Grade	14	46,7%
Roçadeira	7	23,3%
Pulverizador	5	16,7%
Plantadeira	8	26,7%
Colheitadeira	4	13,3%
Tração animal	18	60,0%
Carreta	13	43,3%
Carroção	5	16,7%
Graneleiro	9	30,0%
Ensiladeira	3	10,0%
Esteira de transporte	1	3,3%
Plaina	7	23,3%
Valetadeira	2	6,7%
Bomba de água	3	10,0%

Plataforma	5	16,7%
Ferramentas e equipamentos	30	100,0%

Fonte: Dados de campo (2017)

Essa etapa dos dados contribuiu para a identificação do perfil dos agricultores entrevistados no que diz respeito à capacidade de investimento. Entre as propriedades que possuem atividades sólidas e com volumes expressivos, como é o caso das famílias produtoras de arroz, percebem-se os investimentos em máquinas e implementos modernos de valores expressivos. Esses investimentos possuem, por característica, a utilização de linhas de financiamentos direcionadas a esse tipo de investimento. Nesses casos, a principal modalidade utilizada é o PRONAF.

Dentre as demais propriedades, os investimentos em máquinas e implementos estão relacionados a baixos desembolsos financeiros que, por sua vez, não comprometem os orçamentos dos agricultores com longos prazos de pagamento. Dentre esses estabelecimentos, verificam-se investimentos em ferramentas manuais e, principalmente, na manutenção dos implementos já possuídos.

6.4.1 Receio quanto ao endividamento

O medo do endividamento está entre um dos principais fatores que determinam o limitado acesso dos agricultores familiares às linhas de crédito para realizarem investimentos nas propriedades. Percebe-se que esse receio mantém-se ao longo do tempo. Conforme descreveu Antonello (1996), o medo do endividamento, por parte dos agricultores, é motivado, principalmente, pelas exigências impostas pelas instituições bancárias que, em determinados casos, exigem como garantia a propriedade da terra.

Somando-se a isso, a falta de atividades produtivas sólidas, que resultem na geração de renda para honrar os pagamentos, o desempenho das lavouras e os possíveis fatores incontroláveis, presentes no contexto da agricultura, exercem influências na determinação dos agricultores em optarem pela captação de recursos.

Especialmente, em relação ao PRONAF, muitos agricultores destacam os prazos de liberação dos recursos de determinadas linhas de crédito. Esse fato também interfere na opção de escolha dos agricultores em recorrer aos recursos. A

demora no deferimento dos financiamentos pode comprometer as atividades produtivas da propriedade, refletindo diretamente no resultado financeiro.

Determinados agricultores consideram algumas desvantagens em relação às linhas do PRONAF. Muitos deles relataram a respeito da inviabilidade da formação de grupos para acessar as linhas. Conforme mencionou Bittencourt (2003), a falta de confiança em relação à concretização dos pagamentos futuros acaba inviabilizando a criação dos grupos de aval solidário. Em relação a isso, o agricultor abaixo menciona: “Esses grupos aí para tirar o PRONAF não funcionam. Se um não paga, os outros têm que pagar. Já não é fácil você trabalhar para pagar o seu, que dirá pagar os dos outros.” Agricultor 1.

O PRONAF é um tema que ainda não é do conhecimento de muitos agricultores. A complexidade e a burocracia presentes nesse programa refletem na menor ou maior adesão dos agricultores.

6.4.2 Burocracias dos bancos e a qualidade das informações sobre as linhas de crédito e financiamento

A disponibilidade dos recursos, para fins de investimentos nas atividades produtivas e na estrutura das propriedades é um assunto que gera dúvidas por parte de muitos dos agricultores. Tanto os agricultores que acessaram ou acessam linhas de crédito direcionadas a essa finalidade, nesse caso o PRONAF, relatam não compreenderem o processo de encaminhamento, análise e liberação dos financiamentos. É possível perceber esse contexto a partir da fala do agricultor abaixo: “A gente não compreende muito bem como funciona. Quando precisei pegar o PRONAF, levei a papelada na EMATER, e eles que ajertaram tudo. Depois só levei no Banco do Brasil.” Agricultor 7.

Constatou-se que, mesmo os agricultores que acessam o PRONAF, como meio de custear as atividades produtivas ou de investimentos nas propriedades, desconhecem, em sua maioria, os critérios utilizados pelo programa. Essa mesma situação ocorre com os agricultores que não acessam, os quais não sabem, exatamente, quais são os motivos que impedem o seu acesso. Outra parcela de agricultores não possui qualquer referência à existência de políticas públicas de crédito e financiamento destinadas à agricultura familiar, sendo que, em determinadas propriedades, esse conceito é considerado como benefícios sociais

que não atendem, na percepção de alguns agricultores, aos reais beneficiários.

Dentre essas propriedades em condições mais desfavorecidas, em relação à capacidade financeira e produtiva, percebe-se uma certa dificuldade para a obtenção de recursos suficientes para a produção agrícola. No contexto dessas propriedades, a pluriatividade, o êxodo e o emprego assalariado tornam-se algumas das principais alternativas a esses agricultores. Nessas propriedades, identifica-se, também, a dificuldade em acessar o PRONAF que, conforme destacou Correa e Ortega (2002), deveria ser um programa democratizado de amplo acesso à ampla população de agricultores familiares. Em relação à burocracia para acessar o PRONAF, outro agricultor destaca:

Eu acho que, nesse caso do PRONAF, deveria ser mais aberto, mais fácil o acesso e menos burocracia. A grande parte dos agricultores são colonos que não sabem ler e escrever. A maioria assina apenas o nome. Falta instrução, conhecimento sobre as vantagens. O PRONAF, no meu conhecimento, é o que tem o menor juro. Eu pago 2 a 3% ao ano de juro. Isso, em comparação, não é nada. Agricultor 6.

Alguns agricultores também relatam que, pelo motivo da burocracia imposta pelos bancos, que ofertam as linhas do PRONAF, e pela incapacidade de atender a todos os requisitos, acabam optando pela captação dos recursos a partir de outras fontes. Isso é percebido no discurso de um dos agricultores:

Quando fui no banco para ver o que precisava para tirar o PRONAF, me deram uma lista de documentos, coisa que eu nem tenho. Já vi que não seria possível. Para não perder a viagem, me oferecerem outro tipo de empréstimo, o valor e o prazo era menos. Mas aí, não pedia aquele monte de papel. Agricultor 8.

Nesse sentido, os prazos e a demora na liberação dos recursos acabam desfavorecendo o acesso ao PRONAF. Naquelas propriedades que não possuem um melhor planejamento quanto ao período e o volume de crédito necessário, acabam recorrendo a outros meios que apresentem a capacidade de disponibilizar os recursos imediatamente.

O problema do PRONAF é a demora de liberar o dinheiro. Fica difícil encaminhar com muita antecedência, nem sempre a gente sabe o que vai precisar de dinheiro, quanto vai plantar, é muito imprevisível. Isso acaba sendo ruim, porque aí, quando precisamos de um dinheiro mais rápido, preciso buscar de outra forma, pagando mais caro. Agricultor 16.

A falta de agilidade na liberação do PRONAF é um assunto que Bittencourt e Abramovay (2001) trataram, relacionando essa demora às questões da reduzida oferta do crédito, a burocracia administrativa e a falta de capital humano para processar as demandas nas instituições bancárias.

Grande parte dos produtores que utilizam o PRONAF destacam que os bancos incentivam, principalmente, as linhas de crédito voltadas para o custeio da produção. Alguns desses agricultores relataram que esse fato ocorre devido ao curto prazo de pagamento, em comparação com as linhas destinadas à aquisição de máquinas e implementos. Conforme mencionaram Búrigo (1999) e Pretto (2005), as linhas do PRONAF resultam em um baixo retorno financeiro aos bancos, causando o desinteresse da oferta. Os agricultores também relataram que algumas das linhas de custeio acabam não sendo atrativas devido ao fato de os valores não atenderem à necessidade real de crédito e/ou não serem disponibilizadas nos períodos necessários.

A busca por outras fontes de recursos é uma prática recorrente entre as propriedades que produzem arroz. Esses agricultores relatam que as burocracias e as exigências impostas pelas instituições de crédito inviabilizam, muitas vezes, o acesso a essas linhas de financiamento. Uma alternativa encontrada, por uma parcela dos agricultores, é a venda antecipada de parte da produção para empresa de beneficiamento ou atravessadores que negociam esse produto. Os recursos auferidos por essa transação são utilizados para custear, principalmente, o preparo e o plantio das lavouras. Despesas com combustíveis, sementes, agrotóxicos, fertilizantes e manutenção de máquinas estão entre os principais custos envolvidos nessas etapas.

Outro fator relevante destacado pelos agricultores refere-se ao papel das cooperativas de crédito, visto que a agilidade e o baixo nível de exigências garantem, a qualquer tempo, a captação dos recursos, sem que seja necessário um direcionamento quanto às finalidades desse crédito. Esse fato torna-se determinante aos agricultores que, em períodos críticos, como no caso da preparação do solo e do plantio, por exemplo, necessitam de volumes expressivos de recursos para cobrir esse custeio. Muitas vezes, esses recursos não são possíveis de obter por meio de outras linhas de crédito, como o PRONAF e, também, em razão da burocracia e demora na liberação de determinadas linhas em alguns bancos. Conforme mencionam Engelbrecht e Lima (2005), esse papel desempenhado pelas

cooperativas passa a ser fundamental para atender às demandas de crédito aos agricultores que, por diversos motivos, não conseguiram acessar outras fontes de recursos.

A falta de uma gestão mais eficiente ou profissional, em grande parte dos estabelecimentos, contribui para a ocorrência de despesas imprevisíveis e urgentes que inviabilizam a captação de recursos com melhores taxas e prazos. Nas propriedades maiores, localizadas nas regiões baixas do Município, em que ocorre o predomínio da produção de gado e o cultivo de arroz, os constantes investimentos determinam expressivos volumes de produção e geração de renda. Nessas, a utilização de máquinas e insumos são determinantes para aumentar a produtividade e a renda, necessária para cobrir as despesas operacionais e patrimoniais.

Com relação à qualidade das informações sobre as linhas de crédito e financiamento para as atividades agrícolas, verificou-se que o acesso a essas informações ainda não é um tema que faz parte do conhecimento dos agricultores familiares entrevistados e não é um dos assuntos discutidos com frequência entre eles. Búrigo (1999) evidencia essa situação ressaltando que o PRONAF possui uma gama de dificuldades, com destaque para os problemas de acesso e a divulgação de informações.

A partir do discurso de alguns dos agricultores, notou-se que muitos não compreendem o conceito e a finalidade das políticas públicas de financiamento da agricultura familiar, confundindo, inclusive, com a questão dos benefícios governamentais, como afirma um dos entrevistados: “É difícil compreender, né? O governo dá tanto dinheiro para essa gente que não trabalha e a gente que planta e tenta viver daqui, eles não dão nada.” Agricultor 28.

Ainda, no contexto dessas propriedades que não possuem acesso às informações ou que desconhecem a existência e a finalidade dos recursos provenientes das linhas de crédito, apresenta-se, abaixo, o relato de outro agricultor entrevistado: “Para a gente que é colono nunca teve financiamento. O governo nunca se importou com o colono. Se não fossem essas aposentadorias, a maioria dos velhos já tinha morrido de fome”. Agricultor 5.

Esse discurso possibilita perceber o distanciamento de alguns agricultores em relação às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. O desconhecimento desse tema reflete-se na incapacidade de as propriedades da agricultura familiar serem estruturadas com propostas de desenvolvimento.

O estudo possibilitou, também, identificar a realidade dos agricultores familiares do Município. Verificou-se que o acesso às políticas públicas de crédito e financiamento beneficiam apenas uma parcela das propriedades, ficando fora desse conjunto de beneficiários, principalmente, as pequenas propriedades que apresentam condições financeiras desfavoráveis e que não possuem estruturas produtivas sólidas. Isso demonstra a manutenção do direcionamento das políticas de financiamento às propriedades com perfis capitalizados, excluindo, dessa forma, as propriedades com baixo desenvolvimento produtivo e situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além das questões relacionadas ao desempenho das atividades agrícolas e à geração de renda, verificou-se, em grande parte das propriedades, que os agricultores entrevistados possuem prazer em residir na área rural do Município. O estilo de vida presente na região e a proximidade relativa à área metropolitana contribuem para a satisfação de uma parte expressiva dos agricultores. O acesso à educação, saúde e ao comércio de serviços e produtos estiveram entre os principais fatores destacados pelos entrevistados como potenciais motivos para o êxodo rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao objetivo deste trabalho, buscou-se compreender a importância das políticas de crédito e financiamento agropecuário e de agroindústrias recentes em relação ao êxodo rural dos agricultores familiares no Município de Santo Antônio da Patrulha - RS. Buscando atender aos objetivos propostos, realizou-se um estudo nesse município, que, por sua vez, satisfaz às condições para essa reflexão. Foram apresentados, como aspectos complementares ou intermediários para se atingir o objetivo principal, aqueles relacionados à evolução da população rural do Município, situação financeira e econômica dos estabelecimentos rurais, modelos de produção, culturas, tecnologias e a sucessão geracional.

Historicamente, a agricultura familiar brasileira sempre esteve em segundo plano quando do atendimento por meio de políticas públicas que possibilitassem a permanência e a manutenção das atividades. O incentivo sempre esteve direcionado ao agronegócio, produção de commodities que atendam aos interesses comerciais e econômicos do país. Nesse sentido, os estabelecimentos agrícolas familiares, apesar de serem considerados determinantes para a produção de alimentos, atendendo às necessidades de consumo interno, mantiveram-se, ao longo de muitos anos, alienados aos olhos e interesses do Estado.

A criação do PRONAF, na década de 1990, passou a ser um marco histórico e de reconhecimento desse segmento social e produtivo em relação ao atendimento por políticas públicas. Nesse caso, um programa de crédito destinado ao financiamento da produção da agricultura familiar. Os esforços políticos e sociais viabilizaram a criação desse importante programa.

O PRONAF, a partir de sua essência de promover o fortalecimento da agricultura familiar, possui a intenção de inserir as unidades produtivas no mercado, abrindo, assim, a possibilidade da geração de renda sustentável e a manutenção das atividades e do grupo familiar. Porém, as diretrizes do PRONAF, em determinadas situações, apresentam características de um programa excludente e centralizador. Isso determinaria a exclusão de uma parcela dos agricultores familiares, tidos como periféricos, contribuindo para a ocorrência de duras críticas ao programa em detrimento desses fatos.

Ao longo dos anos, importantes ajustes possibilitaram a qualificação do

PRONAF, passando a ser reconhecido como um programa determinante para a manutenção da agricultura familiar no país. O amadurecimento dessas políticas garantiu o desenvolvimento de novos paradigmas à agricultura. A capacidade de inserir um segmento, antes tão fragilizado, a um mercado competitivo e sem fronteiras evidenciou, por si só, a sua eficácia.

Entre os agricultores que acessam fontes de financiamento, muitos deles não acessam o PRONAF, porque não atendem às exigências do programa ou pela demora na liberação dos recursos, já que, principalmente as despesas relacionadas ao custeio da produção são demandas que grande parte dos agricultores não estimam ou planejam antecipadamente. Dessa forma, a demanda pelos recursos acaba sendo de caráter emergencial. Nesse caso, esses agricultores recorrem à captação de recursos junto a cooperativas de créditos, de produtores ou por meio de intermediários que adquirem a produção desses agricultores. Essas formas de acesso possibilitam maior agilidade na disponibilização dos recursos, mas as taxas de juros cobradas por esses canais são maiores do que as praticadas pelo PRONAF.

Por outro lado, nas propriedades que adquiriram máquinas, implementos ou que realizaram outros investimentos de infraestrutura, o acesso ao PRONAF foi o principal meio para viabilizar os investimentos, considerando que essas demandas não influenciam, diretamente, no desempenho da atual safra ou não são emergenciais. Nesses tipos de investimentos, além dos prazos corriqueiros para a liberação dos recursos, existem os prazos estipulados pelos fabricantes dos produtos alvo do investimento.

Porém, em ambos os casos, tanto das propriedades que acessam as fontes de financiamento, como as que não acessam, identifica-se uma carência quanto a uma gestão qualificada, que vai desde a falta de planejamento financeiro e produtivo até as questões relacionadas à sucessão geracional. Isso se verificou nos discursos que dizem, por exemplo, que “a gente se vira como dá”, referenciando-se às dificuldades e à baixa perspectiva em dar segmento à manutenção das atividades agrícolas, ou de se manter nesse espaço de poucas oportunidades.

No que diz respeito à perspectiva dos agricultores, em relação ao futuro das propriedades, no que se refere à manutenção das atividades produtivas e à permanência no espaço rural, identificou-se a divisão de três tipos característicos de propriedades. Primeiramente, as pequenas propriedades que estão localizadas,

principalmente, em locais elevados do Município. Nessas famílias, perceberam-se certas dificuldades quanto à capacidade de manutenção das atividades produtivas e geração de renda. A falta de investimento é percebida a partir da observação da situação estrutural presente. A subsistência de grande parte dessas famílias está relacionada às rendas geradas por meio de benefícios previdenciários, ou a partir de atividades executadas fora dos seus estabelecimentos rurais.

Já nas propriedades de tamanho relativamente intermediários, localizadas, principalmente, em locais planos, percebem-se melhores condições quanto aos meios de produção e investimentos, mesmo que não seja essa a principal atividade geradora de renda familiar. Nessas propriedades, o acesso ao crédito é uma das formas para promover, especialmente, os investimentos em infraestrutura e na compra de máquinas e implementos que contribuem para a qualificação produtiva. Identifica-se, também, uma maior preocupação quanto à qualificação da educação dos filhos, sendo que muitos desses serão os futuros sucessores dessas propriedades, e uma outra parte buscará outras oportunidades fora do grupo familiar.

O estudo demonstrou que o processo sucessório na agricultura familiar sofre influências de diversos fatores que podem determinar o sucesso desse processo, isso dependendo da forma como é abordado o assunto nas propriedades. Destacam-se os aspectos relacionados à limitação da renda obtida na produção das propriedades que, algumas vezes, até inviabilizam a manutenção das atividades, obrigando, principalmente, os jovens a buscarem outras oportunidades.

A modernização da produção agrícola resulta em uma concorrência desigual perante o modelo de produção praticado pela agricultura familiar, resultando na perda da competitividade e rentabilidade desse segmento. Por esses e outros motivos, a necessidade de investimentos se torna determinante para a manutenção sustentável dos estabelecimentos da agricultura familiar.

As políticas públicas possuem um papel importante no fornecimento das condições financeiras e comerciais à agricultura familiar, sendo esses fatores essenciais na obtenção de êxito na sustentabilidade e manutenção das atividades produtivas. Torna-se necessário o aprofundamento das reflexões a respeito da importância da agricultura familiar para o país, em razão dos benefícios a todo esse segmento, incentivando a permanência dos jovens e o desenvolvimento de ocupação e subsistência no meio rural.

O processo de sucessão nas propriedades da agricultura familiar é, ainda, um assunto traumático para grande parte das famílias. A resistência e os conflitos presentes na sucessão são grandes entraves para se alcançar resultados satisfatórios nesse processo. Para que o grupo familiar garanta que essa fase não prejudique o andamento das atividades e sua futura continuidade, é muito importante que se busque, desde cedo, discutir e planejar o processo sucessório.

A modernização das práticas produtivas, qualificação da gestão e a condução do processo sucessório são estratégias determinantes para a sobrevivência da agricultura familiar. A sustentabilidade dessa agricultura envolve, necessariamente, uma mudança imediata e geracional. Torna-se indispensável aumentar os incentivos para encorajar os jovens a permanecerem no campo, possibilitando a eles a manutenção dos costumes, da cultura da região e das famílias. Ou seja, esses incentivos devem, na medida do possível, ser complementados com medidas que incluam os fatores que tornam a vida atraente para as famílias. As condições de acesso, atendimento médico e a presença de escolas, próximos ao meio rural, são algumas ações que podem determinar a permanência. O Estado possui a responsabilidade de garantir essas condições; no entanto, algumas dessas práticas já são adotadas por vários países de forma bem-sucedida. A agricultura necessita promover um conjunto de fatores que venham resultar em ações atrativas à permanência dos jovens nesse meio, aliado a necessidade em qualificar a gestão nas propriedades (FAO, 2014).

Por meio dos resultados do estudo, obtidos com as entrevistas realizadas com os agricultores familiares do município de Santo Antônio da Patrulha, foi possível identificar as principais características socioeconômicas e as perspectivas históricas dessas propriedades. Verificou-se que o investimento, a sustentabilidade, a manutenção das atividades, a sucessão e o acesso ao crédito estão presentes, principalmente, nas propriedades com área superior a 20 hectares.

Nas famílias responsáveis por esses estabelecimentos, identificam-se perspectivas positivas quanto ao futuro da propriedade. Nessas unidades, apesar de alguns relatos de que há dificuldades em quitar pendências financeiras junto às entidades bancárias, percebe-se que os familiares não pretendem abandonar a atividade agrícola, que é a principal ocupação de grande parte dessas famílias. A especialização em algumas atividades e o nível de mecanização possibilita que essas propriedades possam ter volumes expressivos de produção. Assim, é possível

perceber que as políticas de crédito e financiamento foram e continuam sendo fatores determinantes para a manutenção das atividades produtivas e, conseqüentemente, para a permanência dos agricultores familiares no meio rural.

Essa permanência depende de um conjunto de fatores. A moradia, o trabalho, a renda e o acesso ao consumo de produtos e serviços estão entre os principais aspectos que determinam a manutenção das atividades e, o estilo de vida e o desenvolvimento desse segmento de produção.

Dessa forma, a partir da realização deste estudo, espera-se que o objetivo proposto tenha sido atendido. Esta pesquisa contribuiu para a discussão dos temas relacionados à permanência e manutenção da agricultura familiar no município de Santo Antônio da Patrulha. Assim, a abordagem de um contexto como esse buscou retratar, especificamente, a realidade dos agricultores familiares do Município, não necessariamente havendo a pretensão de tratar de ou generalizar para outras realidades fora desse contexto.

Finalizando, o fio condutor deste estudo buscou apresentar as características dos agricultores familiares do Município, resultantes da aplicação de políticas públicas de crédito e financiamento, e as perspectivas das famílias que ainda permanecem no espaço rural, principalmente daquelas que ainda continuam atuando em atividades de produção agropecuária. Além dessas, percebe-se a presença de famílias que pretendem exercer atividades não-agrícolas no meio rural, como, por exemplo, agroindustriais, turísticas e de preservação ambiental. E ainda, os resultados deste trabalho refletem a necessidade de se manter a discussão sobre o desenvolvimento rural e do papel da agricultura familiar no município de Santo Antônio da Patrulha-RS.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília*, DF, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998.

_____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. 275 p.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. *Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. IPEA. Texto para discussão nº 641/Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf>. Acessado em: 15 set. 2017.

ABRAMOVAY, R. et al. *Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar*. São Paulo: Apic, 2003.

ADACHI, Pedro Podboi. *Família S. A.: gestão de empresa familiar e solução de conflitos*. São Paulo: Atlas, 2006.

AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. In: XXXIX Congresso da Sober. 2001.

ANTONELLO, I. T. As condições materiais de produção do camponês sertanejo sergipano. In: DINIZ, J. A. F. (Org.). *Agricultura e pequena produção em Sergipe*. Aracaju: NPGeo/UFS e Editora UFS, 1996. p. 41-62.

ARAÚJO, P. F. C. O crédito rural e sua distribuição no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n. 2, p. 323-348, maio/ago. 1983.

ASSAF NETO, Alexandre. *Curso de Administração financeira*. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSIS, W. S.; SILVA, L. M. S. O PRONAF e a agricultura familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades. In: SIMÕES, A. V. (Org.). *Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Belém: UFPA / NEAF: SBSP, 2003. p. 13-37.

AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. *O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico*. Organ. rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the agriculture modernization in Brazil. Campo-Território: *Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, 2006.

BÁNKUTI, S. M. S.; BÁNKUTI, F. I.; BOUROULLEC, M. D. M.; Incentives to Fair trade certification: the case of orange production in the state of Paraná, Brazil. R. Internac. Interdisciplinar Interthesis, [s.l.], v. 10, n. 2, p.214-237, 9 dez. 2013.

BATALHA, M. O. *GEPAI - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Gestão Agroindustrial. Vol.1. 2.ed., São Paulo: Atlas, 2001.*

BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M.(Org.). *Gestão integrada da agricultura familiar. São Carlos: Edufscar, 2005.*

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 178 p.*

BELIK, W. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). *O novo rural brasileiro: políticas públicas. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 93-115.*

BERQUO, A T. A. P. P. A regulação dos sistemas monetário e financeiro. *Revista da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas. v. 5, n. 8, p. 47-61, 2006.*

BIANCHINI, V. *O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas a Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.*

BITTENCOURT, G. A. *Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. 243 f. Dissertação. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.*

BITTENCOURT, G. A.; ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. *Economia: Ensaios, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 179- 207, 2001.*

BORBA, Ronaldo. *As relações de negócios entre produtores de melado e as fábricas de rapaduras de Santo Antônio da Patrulha. 2011. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Planejamento e Gestão Para O Desenvolvimento Rural - Plageder, Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52358/000820189.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 dez. 2017.*

BOREC, A. *et al. The succession status of family farms in the mediterranean region of slovenia. Slovenia, v. 45, n. 3, p.316-337, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.sav.sk/journals/uploads/07171253Borec%20-%20Bohak%20-%20Turk%20-%20Pri%C5%A1enk%20-%20studia.pdf>> Acessado em: 05 nov. 2016.*

BRASIL. Decreto nº 7.7775 de 04 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acessado em: 18 jun. 2017.

_____. Resolução nº 59 de 10 de julho de 2013. O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – GGPA. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_11_04_11_48_40_livreto_paa_-_dipai_-_versao_publico_externo_-_atualizacao_-_01nov2013.pdf>. Acessado em: 15 jun. 2017.

BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 23. ed. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003. 571 p.

BRUMER, A.; Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v. 12, n. 11, p.6-17, jan. 2008

BRUNO, R. A. L.; DIAS, M. M. *As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, 2004. 74 p. Relatório de consultoria.

BUAINAIN, A. M. *Trajetória Recente da política Agrícola Brasileira*. Campinas:UNICAMP, 1999. 326p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia.

BÚRIGO, F. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* 1999. 243 f.– Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CABRAL, M. S. *PRONAF: sua operação e indicação de distorções*. 2001. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

CAMILOTTO, A. H. G.; STOCK, L. A.; Condicionantes do processo de sucessão familiar entre produtores de leite da zona da mata mineira. *Rev. Inst. Latic. “Cândido Tostes”*, São Paulo, v. 67, n. 386, p.91-92, jun. 2012

CAMPOS, R. F. *PRONAF: índices de financiamento e características da distribuição do crédito rural no Brasil de 1996 a 2001*. 2004. 85 f. – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: COSTA, L. F. C., FLEXOR, G., SANTOS, R. *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: EDUR, 2008.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p.22-55, jan. 2001.

_____. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8, p.70-82, abr. 1997.

CASAGRANDE, A. E. SOUZA, E .B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. *Sociedade e Território*, Natal, v. 24, n. 1, p. 2- 27, 2012.

CASTRO, E. G.; Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez*, Quito, v. 7, n. 1, p.179-208, 2009.

CHEMIN, B. F.; AHLERT, L.; A sucessão patrimonial na agricultura familiar. *Estudo & Debate*, Lageado, v. 17, n. 1, p.49-74, 2010.

CLEMENTE, A.; KÜHL, M. R. *Intermediação financeira no Brasil*: influência da taxa de captação sobre a taxa de aplicação. In: 6º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo. 2006

COELHO, C.N. 70 anos de política agrícola no Brasil. *Revista de Política Agrícola, Secretaria de Política Agrícola*, Ano X, jul/ago/set. 2001.

CORADINI, L.; Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COREDE - Conselhos Regionais de Desenvolvimento - (Org.). Perfil Socioeconômico COREDE Metropolitano Delta do Jacuí. Porto Alegre, 2015. 48 p. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134133-20151117102639perfis-regionais-2015-metropolitano-delta-do-jacui.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

CORRÊA, V. P.; ORTEGA, A. C. PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – qual seu real objetivo e público alvo? In: *Congresso Da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 40., 2002, Passo Fundo. Anais. Passo Fundo: SOBER, 2002. 21 p.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. O novo desenho do financiamento agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 42., 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SOBER, 2004. 25 p.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2001. p. 15-52.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas in: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2,n.3, jul/set 2001.

EMATER. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

ENGELBRECHT, M. R.; LIMA, E. D. *O processo de modernização da agricultura brasileira e a produção de unidade familiar*. 2º Seminário Nacional Estado e Política Sociais no Brasil, 2005. Disponível em:

<<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco24.pdf>>. Acessado em: out. 2017.

FAO. *Agricultura Familiar em América Latina y el Caribe: recomendaciones de Política*. Santiago, Chile, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/019/i3788s/i3788s.pdf>>_. Acessado em jun. 2016

_____. *Mudar o mundo da migração: Investir em segurança alimentar e desenvolvimento rural*. Roma. 2017. 8 p. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/Portugal/WFD2017_Brochure_PT_Website.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: FAO / INCRA, 1994. 24 p. Relatório final do projeto UTF/BRA/036 (Versão resumida).

_____. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, 1996. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/Perfil.htm>>. Acessado em: jul. 2015.

FERNANDES, A. M. S. *O PRONAF na Agricultura Familiar: sua criação, distribuição e principais resultados*. 2013. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 set. 2017.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. *Avanços e problemas: o PRONAF visto de baixo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 41 p. Relatório de pesquisa.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M.; Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 41, n. 9, p.1674-1680, set. 2011.

FÜRSTENAU, V. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v.8, n° 1, 1987.

GASQUES, J. G. et al. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: uma análise dos dados dos censos agropecuários. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010. cap. 1, p. 19-44.

GASQUES, J. G.; VERDE, C. M. V. *Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural*. Brasília: IPEA, (Texto para discussão, 392), 1995.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 208 p.

GODOY, C. M. T. WIZNIEWSKY, J. G. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar no município de Santa Rosa/ RS. *Desafio Online*. Campo Grande, v. 1, n. 3. 2013.

GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119 p.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 309-325, jul./ago./set. 1989.

GRISA, C. *Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012. 280f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2012.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 44., 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SOBER, 2006. 29 p.

GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no Período de 1964-1994. *Reforma Agrária*. v. 25, n. 1, p. 65-92, jan-abr. de 1995.

HERMES, C. L. W.; VALENTE, V. Análise do crescimento populacional do município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000. Série: *Ciências Humanas*, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 91-107, 2006.

HICKS, J. et al.. Succession Planning in Australian Farming. *Australasian Accounting, Business And Finance Journal*, Austrália, v. 6, n. 4, p.94-110, 2012.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995 / 96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 33 p.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar, primeiros resultados: Brasil, grandes regiões e estado de Federação*. 2009. Rio de Janeiro, IBGE: 2009. 265p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 15 mai. 2017.

IBGE. *Censo Demográfico*. 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t21_rs.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

IBGE. *Censo Demográfico*. 1980. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/75/cd_1980_v1_t5_n22_rs.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

IBGE. *Censo Demográfico*. 1991. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 10 out. 2016.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acessado em: jul. 2015.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000847310412200000008473104.pdf>>. Acessado em: jul. 2015.

IPEA – IPEADATA – Tema – *Dados da agropecuária 2009*; Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acessado em: jul. 2017.

KAGEYAMA, A. As Múltiplas Fontes de Renda das Famílias. Campinas. UNICAMP 2001. 13 p. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/asmultiplasID-IY3UoIJM5D.doc>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Orgs.). *Agricultura e políticas públicas*. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996, p. 113-223. (IPEA, 127).

KAUFMAN, G G. El dinero, el sistema financeiro e y la economia. Barcelona: *Ediciones Universidade de Navarra*, 1973. p. 71-85

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. *Mundo Agrário*, Pato Branco, v. 33, n. 16,dez. 2015.

LIMA, V. L. C. *PRONAF: financiando a produção ou garantindo a reprodução? Um estudo de caso em Altinho - Pernambuco*. 2006. 294 f. – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LOPES, R. P. Política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque e WILKINSON, John (Org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 373-390

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. *Organizações Rurais & Agroindustriais*. V.8, n.3, Lavras: Departamento de Administração e Economia, set/ dez/ 2006.

_____. *Gestão da empresa rural – uma abordagem sistêmica*. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto / USP – Outubro de 2003.

MACIEL, L. R. *Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar*. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) –

Universidade de Brasília, Brasília, DF. MARCO referencial em agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

MARTINE, G. *Fases e Faces da modernização agrícola brasileira*. Planejamento e políticas Públicas. Brasília: IPEA, 1990.

MASSUQUETTI, A. *A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97*. 1998. 222 f. – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MASSUQUETTI, A.; MIELITZ NETTO, C. G. A. *O novo padrão de financiamento da agricultura brasileira*. Anais da SOBER, 2000.

MATTEI, L. *Impactos do PRONAF: análise de indicadores*. Brasília: MDA / NEAD, 2005. 136 p. (NEAD Estudos, n. 11).

_____. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4., 2001, Belém. Anais. Belém: SBSP, 2001. 14 p. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/lauromattei/trabalhosbsp.doc>>. Acesso em: 21 nov.. 2017.

MELO, V. L. F.; *Influência das características dos sistemas de gestão no processo sucessório de unidades de produção familiares em São Luiz Gonzaga, RS*. 2003. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronegócio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MINAYO, M. C.S. *O desafio do conhecimento*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MUELLER, C. C. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA / INPES 1983. 363 p.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC, 1989. p.17-67.

NANTES, D. F. *Gestão Agroindustrial: Projeto de produtos Agroindustriais*. São Paulo: Atlas, 2001.

NÓBREGA, M. F. Taxas de juros e crédito subsidiado. *Revista de Finanças Públicas*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 346, p. 7-11, abr./jun. 1981.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In CHRISTOFOLETTI, A., et al. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.

PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In:

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. *Fome Zero: e experiência brasileira*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 191-222.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Modernização Agrícola no Rio Grande do Sul: um estudo nos municípios e mesorregiões. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, v. 36, n. 128, p. 167-182, 2015.

PRETTO, J. M. *Amplitudes e restrições do acesso do PRONAF-Investimento no Rio Grande do Sul: um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)*. 2005. 129 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PRIORI, A. et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Editora da Universidade Estadual de Maringá-EDUEM, 2012.

QUEIROZ, T. R. *Sistema de custeio e indicadores de desempenho para a agricultura familiar*. São Carlos: UFSCar, 2004.

REGO, A. J. C. *Crédito rural no Brasil: análise da distribuição*. 1980. 238 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

RIBEIRO, D. *Crédito rural no Brasil – avaliação e alternativas*. São Paulo: Unidas, 1979. 146 p.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.14, n.1, p. 113-154, 1997. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/87857/1/Conceitodeseletividade.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T.; MAIA, Z. M. G.; A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, n. 2, p.33-52, jun. 2014.

SANTOS, C. H. C. *Uso de cinza de casca de arroz na agricultura*. 2011. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Planejamento e Gestão Para O Desenvolvimento Rural - Plageder, Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52455/000819934.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

SANTOS, H. F.; VALE, A. R. *Modernização da agricultura e novas relações campo-cidade no atual período da globalização: algumas análises a partir do agronegócio cafeeiro no município de alfenas - MG*. 2012. Disponível em: <[http://www.unifal-mg.edu.br/jornadageografia/files/modernização da agricultura e novas relações campo-cidade no atual período da globalização- algumas análises a partir do ~1_0.pdf](http://www.unifal-mg.edu.br/jornadageografia/files/modernização%20da%20agricultura%20e%20novas%20relações%20campo-cidade%20no%20atual%20período%20da%20globalização-algumas%20análises%20a%20partir%20do%20~1_0.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2016.

SANTOS, M. J. Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 37, 1999, Foz do Iguaçu. Anais (CD Room), 10p

SANTOS, R. F. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira. In: SANTOS, R.F. dos. *Presença de vieses de mudança técnica da agricultura brasileira*. São Paulo: USP/IPE, p.39-78, 1986.

SEPULCRI, O.; PAULA, N., *A evolução da agricultura e seus reflexos na Emater*. 2005 Disponível em <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/03_Evol_Agri_refl_Emater.pdf>. Acessado em: out. 2016.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Orgs.). *La pluriactividad em el campo latinoamericano*. 1° ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009.

_____. Teoria social, agricultura e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99 a 120, fevereiro de 2003.

SCHNEIDER, S. et.al. *A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul*. A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SILVA, E. R. A. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998*. Brasília: MDA, 2000. 47 p. Disponível em: <<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 01 set. 2016.

SILVA, J. G.; *O novo rural brasileiro*. Campinas: Ed da UNICAMP, 1999.

SILVA, W. H. et al. *Agricultura familiar e mercados institucionais: uma análise acerca da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Unaí, MG*. Unaí: INESC, 2014.

SILVA, V. T. C.; *Jovens rurais que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos*. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

SOUZA, J. C. M.; O processo sucessório em propriedades de produtores de leite nos municípios de Coronel Xavier Chaves e Silveirânia, em Minas Gerais. *Rev. Ceres*, Viçosa, v. 60, n. 5, p.603-609, out. 2013.

SPANEVERELLO, R. M.; LAGO, A.; Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. *Sober*, Rio Branco, p.1-20, jun. 2008.

STROPASOLAS, V. L. *Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar*. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2011.

SZMRECSÁNYI, T. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.

TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TRICHES, R. M; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), v. 20, p. 66-105, 2012.

_____. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Revista Saúde e Sociedade*. v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TURPIN, M. E. A. *Alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional*. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)- Instituto de Economia da UNICAMP, São Paulo.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. *R. ra e ga*, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

VEZZALI, F. *Agricultura familiar gera empregos mas recebe pouco recurso*. Repórter Brasil, 10 ago. 2006. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/08/agricultura-familiar-gera-empregos-mas-recebe-pouco-recurso/>>. Acesso em: 01 set. 2016.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, Out. 2000

_____. *O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*. Natal – RN. Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1997.

_____. *O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J.; Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar. *Agroalimentaria*, México, v. 26, p.25-34, jan. 2009.

WINCK, C. A. et al.. Processo sucessório em propriedades rurais na região oeste de Santa Catarina. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, Três Corações, v. 11, n. 2, p.115-127, dez. 2013.

ZAGO, N.; Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, Chapecó, v. 21, n. 64, p.61-78, mar. 2016.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS

1 Dados Gerais

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Sexo: () Masculino () Feminino

1.4 Filhos: () Sim () Não

1.5 Quantidade de filhos: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Outras: _____

1.6 A família é composta por quantas pessoas: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Outras:

1.7 Quantas trabalham ainda na agricultura? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 Outras:

1.8 E em outras atividades exercidas dentro da propriedade? () 1 () 2 () 3 () 4
() 5 () Nenhum Outras: _____

1.9 Presta serviço a terceiros? Com qual frequência e finalidade? Que tipo de serviço?

1.10 Participa de alguma cooperativa, associação ou sindicato?

1.11 A quanto tempo você mora nessa propriedade?

1.12 A quanto tempo exerce a agricultura?

1.13 Qual sua formação () Analfabeto () Alfabetizado () Fundamental incompleto
() Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior
incompleto () Superior completo () Pós-graduado

Formação técnica

1.14 Possui carro Sim Não

1.15 Como é o lazer da família? Em casa com filhos Na casa de parentes
Na casa de amigos Eventos culturais, igreja, etc... Ir à cidade Apenas
trabalho Outros _____

1.16 A família participa de alguma entidade, associação ou clube?

Sim Não

1.17 Possui emprego fora da propriedade? Sim Não

Em que atividade? Prestação de serviços na área rural Prestação de serviços
na área urbana Emprego assalariado na área rural Emprego assalariado na
área urbana Outros: _____

1.18 Incentiva os filhos a permanecerem na agricultura? Sim Não

Por quê?

1.19 Possui expectativas de os filhos darem continuidade às atividades?

2 Caracterização da propriedade

2.1 Condição em relação à terra. Proprietário Assentado sem
titulação definitiva Arrendatário Parceiro Ocupante Produtor
sem área.

2.2 A renda do grupo familiar provém de quais fontes?

2.3 Qual é o tamanho da propriedade? de 1 a 3 hectares de 3 a 7 hectares
 de 7 a 10 hectares de 10 a 15 hectares de 15 a 20 hectares
 Outras _____

2.4 Possui atendimento de assistência técnica? Sim Não

2.5 A produção é manual ou mecânica? De quê?

2.6 Nível de mecanização da propriedade: () Trator () Grade () Roçadeira () Pulverizador () Plantadeira () Colheitadeira () Tração animal () Ferramentas e equipamentos manuais () Nenhum () Outros _____

2.7 Realiza a contratação de mão de obra não-familiar? () Sim () Não

2.7.1 É: () Permanente () Temporário

2.7.2 Para que? () Preparação () Plantio () Colheita () Manejo de animais () Outros

2.8 Arrenda alguma área de sua propriedade? () Sim () Não

Quantas hectares?

2.9 Possui arrendamento de área de terceiros ? () Sim () Não

2.9.1 Quantas hectares?

2.9.2 Para produzir o que?

2.10 Investimentos: () Maquinário agrícola () Construção benfeitorias () Compra de novas áreas de terra () Compra de casa na área urbana () Compra de terreno na área urbana () Não houveram investimentos () Outros _____

3 Produção na propriedade

3.1 Produção agropecuária e agroindustrial

Produção	Qtd. produzida
Carpas	
Bovinos	
Vacas ordenhadas	
Bubalinos	
Caprinos	
Equinos	
Galinha	

Ovos	
Mel de abelha	
Ovinos	
Suínos	
Suínos matrizes	
Feijão	
Banana	
Arroz em casca	
Batata doce	
Cana-de-açúcar	
Mandioca	
Melancia	
Milho	
Soja	
Melado de cana	
Açúcar mascavo	
Doce de leite	
Queijo	

3.2 A propriedade exerce alguma atividade relacionada ao turismo rural?

4 Comunicação

4.1 Quais meios de comunicação possui acesso? () Televisão () Rádio () Internet
() Telefone () Outros _____

4.2 Costuma ler? () Sim () Não

O que? () Jornal () Livros () Revista () Outros _____

4.3 Obtém interesse em qual tipo de informações? () Técnicas de produção

() Comercialização () Manejo de animais () Métodos de gestão () Oportunidades

de trabalho () Outros _____

5 Crédito rural

5.1 Utiliza alguma fonte de financiamento? E quanto (R\$)?

5.2 Como ficou sabendo sobre a existência desse crédito? (PRONAF, etc...?)

5.3 Sabe quais as linhas e atividades que podem ser financiadas?

5.4 Obteve alguma dificuldade em acessar essas linhas de financiamento?

5.5 Em que periodicidade (quantas vezes já contratou ou quantas vezes contratou esse ano) realiza a contratação de financiamento? Realiza a contratação todos os anos?

5.6 Para quais finalidade o financiamento é realizado?

5.7 Quantas vezes já acessaram linhas de financiamentos?

5.8 Sabe qual é o procedimento e de que forma são elaborados os projetos para liberação dos financiamentos?

5.9 Os recursos são utilizados para introduzir novas alternativas de geração de renda? Novas tecnologias? Para consumo familiar? Para custeio? Compra de equipamentos, máquinas, etc.?

5.10 Os recursos são disponibilizados em períodos que favorecem o ciclo produtivo (preparação do solo, plantio, acompanhamento da lavoura, colheita) da propriedade?

5.11 A produção realizada na propriedade proporciona uma remuneração suficiente para a sobrevivência da família e para os investimentos necessários na propriedade?

5.12 Os recursos gerados na propriedade são suficientes para pagar as prestações em dia? Para pagar todas as contas?

5.13 No seu ponto de vista, em quais aspectos podem ocorrer melhorias nos programas de financiamentos? O que pode ser melhorado?

5.14 Recebeu visita para fins de fiscalização quando da aplicação dos recursos?

5.15 Qual a importância dos sindicatos e da EMATER no processo de captação dos recursos? O que estes fazem para ajudar no processo?

5.16 Possui conhecimento de propriedades que deixaram de praticar a agricultura? Sabe quais foram os motivos? Quais as atividades exercidas atualmente pelos familiares que deixaram de trabalhar na agricultura?

5.17 Na sua concepção/ideia, o que deve ser feito para incentivar a manutenção das famílias na agricultura e no meio rural?

5.18 O crédito foi determinante para a permanência na agricultura e no meio rural? Como o crédito ajudou na sua permanência no meio rural e na agricultura?

6. Fatores de atratividade (seria esse o nome da sessão?)

6.1 Você gosta do campo? () Sim () Não

6.1.1 Por quê:

() Por causa do trabalho

() Por um estilo de vida

() Por causa das pessoas (familiares, amigos, etc.)

() Outro _____

6.2 Pretende continuar morando no campo ? () Sim () Não

6.3 O campo tem tudo o que você precisava? () Sim () Não

6.3.1 O que falta?

- Mais pessoas
- Educação
- Lazer
- Acesso a saúde
- Outro ____

6.4 Teria interesse de morar em outro lugar? Sim Não

6.4.1 Onde:

- Em outro estado: na área urbana na área rural
- Em outra cidade do estado: na área urbana na área rural
- Em outra localidade desse município: na área urbana na área rural

6.5 Você gosta da cidade? Sim Não

6.6 Gostaria de morar na cidade? Sim Não

6.6.1 Por quê:

- Por causa das oportunidades de trabalho
- Por causa do ritmo de vida
- Por causa das pessoas
- Outro _____

6.7 Onde você se sente mais a vontade.

- Em casa com a família
- Em companhia dos amigos
- No trabalho
- Quando vai a cidade
- Outro _____

6.8 O que você faz para se divertir

- Visitar parentes e amigos
- Ficar com a família
- Praticar exercícios

- Eventos festivos locais
- Passear na cidade
- Outros _____

6.9 Usa o carro para ir aonde.

- Trabalhar
- Visitar parentes e amigos do campo
- Fazer compras na cidade
- Outro _____

6.10 Você acha importante estar próximo da cidade? Sim Não

6.10.1 Por quais motivos

- Facilita a comercialização
- Facilita o escoamento da produção
- Acesso a educação
- Acesso a saúde
- Acesso ao lazer
- Outros _____

6.11 Quais são os motivos que lhe incentivam a continuar morando e produzindo nessa propriedade?

6.12 O que faria (3 motivos) o senhor (a) abandonar o meio rural e se mudar para a cidade?